

OPRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2025

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 A **COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO**, doravante denominada **PORTOSRIO**, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, realizará licitação, sob a modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2025**, tendo como critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL**, sob regime de execução de empreitada por preço global, regido pelas normas da Lei nº 13.303/2016, pelos Decretos nºs 10.024/2019, 8.945/2016, 3.555/2000, 9.507/2018, pela Lei Complementar nº 123/2006, pela Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, pelo Instrumento Normativo de Padronização de Contratações de TIC (IN.GERCOS.10.003), pelo Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos), aprovado pelo Conselho de Administração da **PORTOSRIO** em sua 694ª Reunião, realizada em 25/06/2018, e atualizado em sua 868ª Reunião, realizada em 19/02/2024, disponível na página da **PORTOSRIO** na internet (www.portosrio.gov.br), menu “Licitações e Contratos”, pelo Instrumento Normativo de Apuração e Aplicação de Sanções Administrativas (IN.GECOMP.06.002) e demais disposições legais pertinentes.
- 1.2 O Edital e seus Anexos estarão disponíveis no sítio www.gov.br/compras a partir do dia 07/05/2026, às 08:00 horas.
- 1.2.1 O Edital também poderá ser obtido na página da **PORTOSRIO** na internet (www.portosrio.gov.br), menu “Licitações e Contratos”, “Pregões Eletrônicos”.
- 1.3 As propostas de preços serão recebidas até as 10:00 horas, do dia 19/05/2026, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.gov.br/compras.
- 1.4 **A sessão pública na internet para recebimento dos lances será realizada às 10:00 horas, do dia 19/05/2026, no mesmo endereço eletrônico indicado no subitem anterior.**
- 1.5 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.
- 1.6 Os trabalhos serão conduzidos por empregado da **PORTOSRIO** denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o provedor www.gov.br/compras.
- 1.7 Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.
- 1.8 A licitação terá item único.

2. DO OBJETO

- 2.1 O objeto desta licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **“contratação de sistema de gerenciamento jurídico na modalidade SaaS (Software as a Service), para até 50 usuários nomeados, incluindo implantação, configuração/parametrização, integrações mínimas (SEI, RH-Benner, eproc, PJe/e-SAJ, ERP), migração assistida, treinamentos para usuários e gestores e**

suporte/sustentação, durante 24 meses”, conforme o que consta no Processo Administrativo nº. 50905.001756/2025-17 e de acordo com as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1 Poderão participar da presente licitação empresas do ramo do objeto da licitação, cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e credenciadas junto ao provedor do sistema (Secretaria de Gestão do Ministério da Economia), nos termos da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3/2018, no sítio www.gov.br/compras, e que atendam a todas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos.
- 3.2 Estarão impedidos de participar, de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
- 3.2.1 Em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou liquidação;
- 3.2.2 Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- 3.2.3 Estrangeiras, que não funcionem no país;
- 3.2.4 Que se enquadrem em um ou mais dispositivos do art. 38 da Lei nº 13.303/2016; e
- 3.2.5 Suspensas pela **PORTOSRIO** na forma do art. 83, inciso III, da Lei nº 13.303/2016, impedidas de licitar na forma do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 ou declarada inidônea na forma do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3 Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507/2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:
- a) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) De autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.
- 3.3.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203/2010).
- 3.4 Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203/2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura **CONTRATADA** que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4. DO CREDENCIAMENTO NO PROVEDOR DO SISTEMA ELETRÔNICO

- 4.1 O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

- 4.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 4.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da **PORTOSRIO** por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 4.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 4.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DA PARTICIPAÇÃO

- 5.1 A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha, pessoal e intransferível, do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e dos documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.
- 5.1.1 A informação dos dados para acesso ao Pregão deve ser feita na página inicial do sítio www.gov.br/compras;
- 5.1.2 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao sistema.
- 5.2 Como requisito para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 5.2.1 Declaração de que é microempresa ou empresa de pequeno porte e que, sob as penas da Lei, cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e está apta a usufruir do tratamento favorecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar;
- a) A assinalação do campo “não”, no caso do subitem 5.2.1, apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que seja microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 5.2.2 Declaração de ciência e concordância com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem assim de cumprimento pleno dos requisitos habilitatórios previstos;
- 5.2.3 Declaração expressa de que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 5.2.4 Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

- 5.2.5 Declaração de elaboração independente de proposta, como exigido na Instrução Normativa SLTI nº 02/2009;
- 5.2.6 Declaração de não utilização de trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.2.7 Declaração informando se os serviços são produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991;
- 5.2.8 Declaração de que atende aos requisitos e está apto ao exercício do direito de preferência previsto no art. 8º, § 3º, do Decreto nº 7.174/2010.

5.3 A declaração falsa relativa aos subitens acima sujeitará o licitante às sanções previstas no item 16 deste Edital e na legislação vigente.

6. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 6.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública constantes do subitem 1.4., quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de cadastramento.
- 6.2 O cadastramento da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 6.3 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente cadastrada no sistema.
- 6.4 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas cadastradas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta

7. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 7.1 Até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o Edital, exclusivamente através do endereço eletrônico (e-mail): gecomp@portosrio.gov.br.
 - 7.1.1 Caberá ao Pregoeiro decidir no prazo de 2 (dois) dias úteis sobre a impugnação interposta, a contar do recebimento desta.
 - 7.1.2 Acolhida a impugnação contra o Edital, será designada nova data para a realização do certame.
 - 7.1.3 Na hipótese da **PORTOSRIO** não responder a impugnação no prazo estabelecido no subitem 7.1.1., a licitação será suspensa, convocando-se nova data para a realização do certame.
 - 7.1.4 Para fins de cômputo do prazo constante no subitem 7.1.1., serão considerados apenas os dias em que houver expediente na **PORTOSRIO** e a partir do momento da ciência da impugnação por parte do Pregoeiro.

- 7.2 Os pedidos de esclarecimento referentes a esta licitação deverão ser enviados ao Pregoeiro, até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente através do endereço eletrônico (e-mail): gecomp@portosrio.gov.br.
- 7.2.1 Os esclarecimentos prestados a qualquer dos licitantes estarão disponíveis no site www.gov.br/compras, na parte de “esclarecimentos”.
- 7.2.2 O Pregoeiro deverá responder os pedidos de esclarecimento no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento deste.
- 7.3 O disposto no subitem 7.2 não interfere na apresentação de impugnação nos termos do subitem 7.1.
- 7.4 Caso a impugnação ou o pedido de esclarecimento envolva questões de ordem técnica do objeto ou de exequibilidade de preços, o Pregoeiro poderá solicitar análise e parecer prévio da área requisitante da **PORTOSRIO**.

8. DA SESSÃO PÚBLICA

- 8.1 A partir do horário e dia previstos no Edital, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, ocasião em que o Pregoeiro fará a abertura e divulgação das propostas de preços recebidas, passando, na sequência, a avaliar a aceitabilidade das mesmas.
- 8.2 O Pregoeiro verificará as propostas registradas no sistema, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 8.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 8.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 8.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 8.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da etapa de envio de lances.
- 8.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 8.5 Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 8.6 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes ou seus representantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, os participantes serão informados, em tempo real, de seu recebimento, respectivo horário de registro e valor, não sendo identificado o autor do lance aos demais participantes.
- 8.7 **O lance deverá ser ofertado pelo valor global.**
- 8.8 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.9 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema.

- 8.10 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.11 Para fins do que dispõe o parágrafo único do art. 31 do Decreto nº. 10.024/2019, o intervalo mínimo percentual entre os lances será de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento).
- 8.12 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 8.13 Para a etapa de lances deste certame será adotado o modo de disputa “aberto”, conforme art. 31, I, do Decreto nº. 10.024/2019, ocasião em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento mencionado no subitem 9.1 deste Edital.
- 8.13.1 No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.13.2 A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 8.13.3 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos subitens 8.13.1 e 8.13.2, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 8.13.4 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 8.13.2, o Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução da proposta mais vantajosa para a **PORTOSRIO**.
- 8.14 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
- 8.14.1 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 8.15 No caso de desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances. Quando possível seu retorno, o Pregoeiro continuará atuando no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.17 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.18 Encerrada a etapa de lances, caso haja microempresas ou empresas de pequeno porte com valor final ofertado de até 5% (cinco por cento) superior ao menor preço, será considerado empate. Neste

caso, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá, se houver interesse, efetuar lance de valor inferior ao menor preço já registrado.

- 8.18.1 O procedimento de empate será detectado automaticamente. Encerrado o tempo randômico, o sistema identificará a existência da situação de empate prevista no subitem anterior, informando o nome do licitante. Em seguida, o sistema habilitará um comando para o Pregoeiro convocar tal licitante que se encontre em situação de empate. Após confirmado, o sistema emitirá nova mensagem informando para o licitante em situação de empate que deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado. Durante o período, apenas o licitante convocado poderá registrar o novo lance.
- 8.18.2 Não havendo manifestação do licitante, o sistema verificará, observada a ordem classificatória, se há outra situação de empate, realizando o chamado de forma automática. Não havendo mais nenhum licitante em situação de empate, o sistema emitirá mensagem, cabendo ao Pregoeiro dar encerramento à disputa.
- 8.18.3 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.18, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.19 O disposto no subitem 8.18 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 8.20 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 8.21 Em último caso, persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema dentre as propostas empatadas.
- 8.22 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública e realização de eventual procedimento de desempate, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
 - 8.22.1 A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 8.22.2 Após a tentativa de negociação, quaisquer propostas que permanecerem com o valor acima do valor estimado serão desclassificadas.
 - 8.22.3 O prazo para convocação da licitante, para fins de negociação do valor ofertado, será definido a critério do Pregoeiro, ficando a licitante responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.23 O licitante que ofereceu a melhor proposta deverá anexar a proposta de preços devidamente ajustada ao seu valor final ofertado, nos moldes do Anexo III – Planilha de Proposta de Quantidades e Preços, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, conforme § 2º do art. 38 do Decreto nº. 10.024/2019, contado da solicitação do Pregoeiro no “chat” do COMPRASGOVERNAMENTAIS, prorrogável 1 (uma) única vez por igual período desde que a solicitação seja tempestiva e justificada, observando, ainda, que a proposta:

- 8.23.1 Deverá ser redigida em papel timbrado do licitante, em língua portuguesa, datada, digitada ou datilografada, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;
- 8.23.2 Deverá ser apresentada com 2 (duas) casas decimais e expressa em moeda corrente nacional (R\$);
- 8.23.3 Deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante, para fins de pagamento;
- 8.23.4 Vincula o licitante, em especial no que se refere às condições, informações e especificações técnicas nela apresentada.
- 8.24 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução contratual e aplicação de eventual sanção à **CONTRATADA**, se for o caso.
- 8.25 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 8.26 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 8.27 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 8.28 Após a realização da fase de lances e eventual negociação do valor ofertado, o licitante mais bem colocado será convocado para a realização da Prova de Conceito, conforme previsão no item “6” do Anexo I – Termo de Referência para verificação das funcionalidades básicas descritas no Anexo I-A deste Edital.
- 8.29 Este Pregão submete-se às regras relativas ao direito de preferência estabelecidas no Decreto nº 7.174/2010.
- 8.30 O exercício do direito de preferência disposto no Decreto nº 7.174/2010 será concedido após o encerramento da fase de lances, observando-se, nesta ordem, os seguintes procedimentos:
- 8.30.1 Aplicam-se as regras de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte dispostas no subitem 8.18 deste Edital;
- 8.30.2 Não ocorrendo a contratação na forma do subitem anterior, serão selecionados os licitantes cujas propostas finais estejam situadas até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta válida, para a comprovação e o exercício dos direitos de preferência listados nos incisos abaixo:
- I. Os licitantes enquadrados na condição prevista no caput deste subitem 8.29, cujos bens possuam tecnologia desenvolvida no país e sejam produzidos de acordo com o processo produtivo básico, serão convocados pelo sistema, observada a ordem classificatória para ofertar valor igual ou inferior ao melhor lance;

II. Na hipótese de os licitantes mencionados no inciso anterior deixarem de ofertar valor igual ou inferior, o sistema convocará os licitantes cujos bens possuam tecnologia desenvolvida no país, para o exercício do mesmo direito;

III. Na hipótese de os licitantes mencionados no inciso anterior também deixarem de oferecer valor igual ou inferior, o sistema convocará o licitante cujos bens sejam produzidos de acordo com o processo produtivo básico para o exercício do mesmo direito;

IV. Na hipótese de um licitante exercer seu direito de preferência, o Pregoeiro o convocará, dando prosseguimento à sessão pública.

8.30.3 Não ocorrendo a contratação na forma do subitem anterior, o procedimento licitatório prossegue com os demais licitantes.

9. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

9.1 No julgamento das propostas de preços, considerar-se-á vencedora aquela que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste Edital, apresentar o **“MENOR PREÇO GLOBAL”**.

9.2 O preço máximo fixado neste Edital é de **R\$ 1.435.712,61 (um milhão, quatrocentos e trinta e cinco mil, setecentos e doze reais e sessenta e um centavos)**, conforme Anexo II – Planilha de Estimativa de Quantidades e Preços.

9.3 Serão desclassificados(as):

9.3.1 Os licitantes que não responderem à convocação para negociação, conforme descrito no subitem 8.22.3, ou que não anexarem a proposta comercial ajustada, conforme descrito no subitem 8.23 deste Edital, ambos no prazo solicitado pelo Pregoeiro no “chat”;

9.3.2 As propostas de preços que não apresentem as especificações técnicas exigidas pelo Anexo I – Termo de Referência;

9.3.3 As propostas de preços que não atenderem às exigências do ato convocatório da licitação ou que contenham outras condições que não as constantes deste Edital e de seus Anexos;

9.3.4 As propostas que contenham vício insanável ou ilegalidade;

9.3.5 As propostas com preços acima do valor estimado pela **PORTOSRIO** ou manifestamente inexecutáveis.

9.3.5.1 Para fins do subitem 9.3.5, considera-se manifestamente inexecutável a proposta que:

a) Comprovadamente for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários do mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o instrumento convocatório não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

- b) Apresente um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

9.3.5.2 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, conforme disposto no subitem 17.5 deste Edital e no § 2º do art. 56 da Lei nº 13.303/2016, a exemplo das enumeradas no subitem 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, para que o licitante possa comprovar a exequibilidade de sua proposta.

9.3.5.2.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.3.5.3 Para fins de aferição da inexequibilidade de proposta, o Pregoeiro poderá valer-se do cálculo previsto no § 3º do art. 56 da Lei nº 13.303/2016.

9.3.6 Os licitantes que tiverem seus sistemas reprovados na Prova de Conceito por não ter atendido as funcionalidades básicas descritas no Anexo I-A deste Edital, conforme previsão no item “6” do Anexo I – Termo de Referência.

9.4 Se a proposta não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda o Edital. Também nesta etapa o Pregoeiro deverá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.5 Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto previsto nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.6 Por ocasião da aceitabilidade da proposta de preços, em especial quando houver assuntos técnicos, o Pregoeiro poderá solicitar análise e parecer prévio da área requisitante da **PORTOSRIO**.

9.7 Constatando o atendimento da proposta às exigências fixadas no Edital, o licitante terá sua proposta aceita, passando-se então para a fase de habilitação.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, conforme subitem 10.10, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no presente certame ou a futura contratação, mediante consulta ao:

10.1.1 SICAF, a fim de se verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda o art. 38 da Lei nº 13.303/2016;

10.1.2 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

- 10.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br;
- 10.1.4 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br;
- 10.1.5 Cadastro de Empresas Suspensas mantido no site da **PORTOSRIO** na internet, no endereço eletrônico www.portosrio.gov.br, menu “Licitações e Contratos”; e
- 10.1.6 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.
- 10.2 As consultas previstas no subitem 10.1 realizar-se-ão em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário.
- 10.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará, juntamente com a Equipe de Apoio, para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 10.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 10.5 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 10.6 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado por falta de condição de participação.
- 10.7 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03/2018.
 - 10.7.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03/2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
 - 10.7.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
 - 10.7.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto nº. 10.024/2019.
- 10.8 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, o licitante será convocado a encaminhá-los em formato digital, de preferência em arquivos compactados (.zip ou .rar), via sistema, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, a partir da solicitação do Pregoeiro no “chat”, conforme determina o inciso VI do art. 21 da IN SEGES/MP nº 3/2018 e o § 2º do art. 43 do Decreto nº. 10.024/2019, sob pena de inabilitação.

10.8.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.9.1 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.9.2 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.10 Ressalvado o disposto no subitem 6.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.10.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Cédula de identidade, no caso de pessoa física;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais sendo que, no caso de sociedades por ações, deverá se fazer acompanhar da ata de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização ou equivalente, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir.

10.10.2 REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de inscrição no CNPJ ou CPF, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional e com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa, ou Positiva com efeitos de Negativa, de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).

10.10.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, exigíveis na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
 - i. As empresas que se utilizam do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, deverão comprovar a Escrituração Contábil Digital – ECD por meio de recibo de entrega junto à Receita Federal, igualmente, deverão apresentar o Balanço Patrimonial do último exercício social exigível.

- ii. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.
- iii. As empresas que estiveram inativas no ano anterior deverão apresentar cópia da declaração de inatividade entregue à Receita Federal, apresentando o último balanço patrimonial que antecede à condição de inatividade.
- b) Comprovação de capital social ou patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor proposto pela licitante para a prestação dos serviços objeto desta licitação, exigida somente no caso de a licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) nos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral.
- c) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, em até no máximo 90 (noventa) dias da data da sessão pública deste certame.

10.10.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional que comprove(m) que a licitante tenha executado para órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, ou, ainda, para empresas privadas, serviços compatíveis em características técnicas similares às do objeto da presente licitação.
 - Comprovação do quantitativo de, no mínimo, 1.100 (mil e cem) processos judiciais/administrativos ativos em contencioso, correspondendo a cerca de 50% do total estimado do acervo da PortosRio (2.200 ações).
 - Sendo admitido somatório de atestados, documentos de entidades públicas ou privadas e equivalência funcional (gestão de contencioso judicial e/ou administrativo em qualquer ramo/esfera), em conformidade com o art. 58, II, da Lei 13.303/2016.
- i. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do instrumento contratual ou se decorrido, pelo menos, 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme subitem 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- ii. Em caso de necessidade de diligência por parte do Pregoeiro, o licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do instrumento contratual que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no subitem 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- b) Declaração, em papel timbrado da licitante, datada e assinada pelo representante legal, atestando que a licitante concorda com a disposição do instrumento convocatório sob referência e seus anexos, garantindo o prazo de validade dos preços e condições da proposta por 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data da apresentação da proposta, bem como as demais condições da Declaração constantes do Anexo IV – Modelo de Declaração. A licitante não poderá alegar, a posterior, desconhecimento de qualquer fato.
- c) Declarações, em papel timbrado da licitante, datada e assinada pelo representante legal, seguindo os modelos dos Anexos V e VI.

- 10.11 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, a comprovação da regularidade fiscal somente será exigida para efeito de contratação e não como condição para participação na licitação.
- 10.11.1 Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal quando da comprovação de que trata o subitem 10.11, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 10.11.2 Para aplicação do disposto no subitem 10.11.1, o prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação.
- 10.11.3 A prorrogação do prazo prevista no subitem 10.11.1 poderá ser concedida, a critério da **PORTOSRIO**, quando requerida pela licitante, mediante apresentação da devida justificativa.
- 10.11.4 A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal de que tratam os subitens 10.11.1 e 10.11.3.
- 10.11.5 A não regularização da documentação no prazo previsto nos subitens 10.11.1. e 10.11.3 implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no subitem 16 deste Edital e na Lei nº. 13.303/2016, sendo facultado à **PORTOSRIO** convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- 10.11.6 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências deste Edital.
- 10.12 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos para a habilitação ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 10.13 Ocorrida a inabilitação a que se refere o subitem 10.12, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência de empate ficto, previsto nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 10.14 Após o disposto no subitem 10.12 ou 10.13, será retomada a sessão pública e chamados os demais licitantes, na ordem de classificação, e após a tentativa de negociação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observando que o Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, até que encontre uma proposta que atenda integralmente o Edital.
- 10.14.1 Por ocasião da documentação de habilitação, em especial a que trata da habilitação técnica, o Pregoeiro poderá solicitar análise e parecer prévio da área requisitante da **PORTOSRIO**.
- 10.15 Nos casos em que os documentos faltantes relativos à habilitação forem de fácil elaboração e consistam em meras declarações sobre fatos preexistentes ou em compromissos pelo licitante, será concedido prazo razoável para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade, bem como ao art. 2º, caput, da Lei 9.784/1999.
- 10.16 Constatando o atendimento às exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado habilitado e, consequentemente, vencedor.

- 10.17 Tendo em vista que a **PORTOSRIO** dispõe de sistema interno eletrônico de documentos e, ainda, objetivando a celeridade e a economicidade processual, uma vez habilitado, não será necessário que o licitante encaminhe posteriormente a documentação original apresentada durante a sessão pública.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 11.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o instrumento contratual no prazo previsto no subitem 14.1, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

- 11.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1 A convocação se dará por meio do “chat” e e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante mantê-los atualizados.

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 12.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal da microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo mínimo de 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por qual(is) motivo(s), em campo próprio sistema, o qual registrará em ata a síntese das razões, momento a partir do qual será concedido ao interessado o prazo de 3 (três) dias, a contar do dia útil subsequente ao término da sessão pública, para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual prazo, que começará a correr no dia útil subsequente ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.1.1 No momento da apresentação da intenção de recorrer, cabe ao Pregoeiro avaliar tão somente a existência dos pressupostos recursais, o que se restringe à aferição de sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação.

a) O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, caso a licitante deixe de demonstrar algum dos pressupostos recursais constantes do subitem acima;

b) É vedado rejeitar o recurso de pleno em razão da discordância de mérito com os motivos apresentados pelo licitante.

- 12.2 É de inteira responsabilidade dos licitantes a correta apresentação da intenção e das razões recursais, podendo estes, caso seja detectado pela **PORTOSRIO** que se trata de mero recurso protelatório, sofrer a sanção prevista no inciso I do subitem 16.5.1 deste Edital.

- 12.3 Na hipótese de interposição de recurso, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados mediante solicitação por endereço eletrônico (e-mail): gecomp@portosrio.gov.br.
- 12.4 A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 12.1, importará na decadência desse direito, e o Pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 12.5 Os recursos deverão ser dirigidos ao Pregoeiro, devidamente protocolados e cadastrados no sistema COMPRASGOVERNAMENTAIS, e observar:
- 12.5.1 Quanto à sua interposição, o prazo constante do subitem 12.1;
 - 12.5.2 A forma escrita, com a identificação do licitante ou seu representante legal;
 - 12.5.3 A legitimidade e o interesse recursal; e
 - 12.5.4 A fundamentação.
- 12.6 O Pregoeiro disporá de até 5 (cinco) dias úteis, contados do dia útil subsequente ao término do prazo previsto no subitem 12.1, para julgar o(s) recurso(s) interposto(s).
- 12.6.1 Caso as razões recursais envolvam questões de ordem técnica ou de exequibilidade dos preços propostos, o Pregoeiro poderá solicitar análise e parecer prévio da área requisitante da **PORTOSRIO**;
 - 12.6.2 Caso seja necessário devido à complexidade do assunto e com a devida justificativa nos autos, o prazo constante no subitem 12.6 poderá ser ampliado.
- 12.7 Após julgamento do(s) recurso(s), o Pregoeiro elaborará relatório circunstanciado com vistas ao Diretor-Presidente para decisão definitiva.
- 12.8 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 13.1 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante no prazo previsto no subitem 12.1, quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a dar continuidade ao processo, com vistas à adjudicação e homologação pelo Diretor-Presidente.
- 13.2 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o Diretor-Presidente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

14. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

- 14.1 Homologada a licitação pelo Diretor-Presidente, o adjudicatário será convocado para assinar o instrumento contratual em até 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período, desde que devidamente justificado, observando ainda as demais disposições deste item 14.
- 14.1.1 O prazo a que se refere o subitem 14.1 contempla inclusive o período necessário para os procedimentos de cadastramento do(s) usuário(s) no Sistema SEI!, nos moldes do subitem 14.4, sendo de inteira responsabilidade da própria licitante realizar o passo a passo de acordo com as instruções, sob pena de exclusão do certame e convocação do próximo colocado.

- 14.2 Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar, não aceitar ou não retirar o(s) instrumento(s) contratual(is), injustificadamente, ou ainda, não apresentar situação regular, estará sujeito às penalidades previstas no item 16 deste Edital e na Lei nº 13.303/2016. Neste caso, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a habilitação das licitantes, observada a ordem final de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o mesmo convocado para negociar a redução do preço ofertado em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado, inclusive quanto aos preços atualizados em conformidade com o Edital.
- 14.3 A contratação será formalizada por intermédio de instrumento contratual (Anexo VII) com base nos dispositivos da Lei nº. 13.303/2016 e do Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos).
- 14.4 Para assinatura do instrumento contratual, o(s) responsável(is) legal(is) da licitante deverá(ão) realizar o cadastro prévio no Sistema SEI!, mediante o link externo: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/cadastrar-no-super-do-ministerio-dos-transportes>.
- 14.4.1 O(s) cadastro(s) deverá(ão) ser feito(s) por aquele(s) que efetivamente irá(ao) assinar o(s) instrumento(s) contratual(is).
- 14.5 Após realização do(s) cadastro(s), o ato de assinatura do instrumento contratual realizar-se-á via plataforma SEI!, mediante acesso através de link externo constante na parte superior da página da internet da **PORTOSRIO** (www.portosrio.gov.br).
- 14.6 A assinatura do instrumento contratual ficará condicionada à aferição da regularidade da futura CONTRATADA, em conformidade com o item 10 – Da Habilitação, e à consulta ao CADIN, em conformidade com o disposto no art. 6º, inciso III, cumulado com o art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002.
- 14.7 Na assinatura do instrumento contratual será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência contratual.
- 14.8 O licitante, em vias de ser julgado vencedor ou já vencedor da licitação, ou já convidado a assinar o instrumento contratual com a **PORTOSRIO**, poderá perder sua condição para assinar o aludido instrumento, caso se encontre em estado de falência, insolvência notória ou situação econômico-financeira comprometida.
- 14.9 O prazo de execução do instrumento contratual corresponde ao prazo que a **CONTRATADA** dispõe para executar a sua obrigação. Já o prazo de vigência corresponde ao prazo em que ele é considerado apto a produzir efeitos até que todos os seus efeitos sejam consumidos, inclusive recebimento e pagamento por parte da **PORTOSRIO**, excetuando-se o prazo de garantia técnica.

15. DO PAGAMENTO

- 15.1 O pagamento será efetuado conforme o instrumento contratual a ser emitido e dar-se-á a proporção de execução do contrato, conforme cronograma apresentado no item 15 do Termo de Referência, através de depósito bancário em favor da **CONTRATADA**, no prazo de até 30 (trinta) dias da apresentação da nota fiscal correspondente devidamente atestada pela **FISCALIZAÇÃO** da **PORTOSRIO**.
- 15.2 A(s) nota(s) fiscal(is) deverá(ão) ser apresentada(s) sem emendas, rasuras ou ressalvas, observada a legislação fiscal vigente.

- 15.3 Na(s) nota(s) fiscal(is) é recomendado que a **CONTRATADA** faça constar, para fins de pagamento, as informações relativas ao instrumento contratual, ao nome e número do banco, da agência e de sua conta corrente.
- 15.4 Em hipótese alguma haverá pagamento sem que ocorra a efetiva entrega do objeto contratado, podendo ocorrer, contudo, o pagamento correspondente à parte do objeto que, mediante autorização da **PORTOSRIO**, for recebido parcialmente.

16. DAS SANÇÕES

- 16.1 A **CONTRATADA**, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e a ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no art. 83 da Lei nº 13.303/2016:
- I. Advertência;
 - II. Multa;
 - III. Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **PORTOSRIO**, por até 2 (dois) anos.
- 16.2 A sanção constante do inciso II do subitem anterior poderá ser aplicada de forma cumulativa com as constantes dos incisos I e III do mesmo subitem, conforme a gravidade do fato, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 16.3 São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras:
- I. Interpor recurso meramente protelatório;
 - II. Não manter a proposta ou abandonar o certame;
 - III. Deixar de apresentar, apresentar em manifesta desconformidade ou apresentar parcialmente documentação exigida no certame;
 - IV. Deixar de realizar a Prova de Conceito na data agendada e sem prévia justificativa;
 - V. Declarar falsamente que cumpre algum dos requisitos previstos no subitem 5.2 deste Edital;
 - VI. Não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do instrumento contratual ou de instrumento equivalente;
 - VII. Apresentar documento falso em qualquer processo administrativo instaurado pela **PORTOSRIO**;
 - VIII. Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a **PORTOSRIO** em virtude de atos ilícitos praticados;
 - IX. Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
 - X. Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;
 - XI. Incurrir em inexecução contratual;
 - XII. Ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório;
 - XIII. Ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato do procedimento licitatório;
 - XIV. Ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
 - XV. Agir em conluio com empresa do mesmo grupo econômico com o objetivo de manipular o caráter competitivo da licitação;
 - XVI. Ter fraudado licitação pública ou instrumento contratual dela decorrente;
 - XVII. Ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar instrumento contratual;

- XVIII. Ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de instrumentos contratuais celebrados com a **PORTOSRIO**, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- XIX. Ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos instrumentos contratuais celebrados com a **PORTOSRIO**;
- XX. Ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos;
- XXI. Ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização;
- XXII. Ter sofrido condenação definitiva por prática, por meios dolosos, de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- XXIII. Ter deixado de proceder ao pagamento de salários, vale-transporte e de auxílio-alimentação dos empregados na data fixada;
- XXIV. Ter deixado de cumprir com as obrigações relativas a encargos sociais, previdenciários e trabalhistas;
- XXV. Deixar de manter o nível de qualidade exigido pela **PORTOSRIO** na execução do instrumento contratual, bem como deixar de evitar a sua degeneração quando for o caso.

16.4 DA SANÇÃO DE ADVERTÊNCIA

- 16.4.1 A aplicação da sanção de advertência se efetiva com o registro da mesma junto ao SICAF ou em outro sistema próprio para este fim.

16.4.1.1 A reincidência da sanção de advertência ensejará a aplicação de penalidade de multa pela **PORTOSRIO**.

16.5 DA SANÇÃO DE MULTA

- 16.5.1 A multa poderá ser aplicada, dentre outros, nos seguintes casos:

- I. Em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor estimado para a licitação em questão;
- II. Em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis pelo mesmo período, a pedido justificado pela licitante, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor estimado para a licitação em questão;
- III. Em decorrência da declaração falsa relativa aos requisitos previstos no subitem 5.2 deste Edital, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor estimado para a licitação em questão;
- IV. Em decorrência da não apresentação de documentação exigida no certame, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor estimado para a licitação em questão;
- V. Nos casos em que a licitante não mantiver a sua proposta, poderá ser aplicada multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor estimado para a licitação em questão;
- VI. Nos casos em que a licitante apresentar documento falso, cometer fraude ou comportar-se de modo inidôneo, poderá ser aplicada multa correspondente a até 20% (vinte por cento) do valor estimado para a licitação em questão;

- VII. Pela recusa em assinar, aceitar ou retirar o instrumento contratual, no prazo previsto no Edital, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor estimado para a licitação em questão;
- VIII. No caso de atraso na entrega da garantia contratual, após 10 (dez) dias úteis contados da data de assinatura do instrumento contratual, incidirá multa correspondente a 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do instrumento contratual por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);
- IX. Nos demais casos de atraso (ou no caso de atraso na execução contratual), poderá ser aplicada multa na razão de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do Contrato, limitada a incidência a 10 (dez) dias. A partir do 11º (décimo primeiro) dia, o percentual de multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato. No caso de inexecução parcial, incidirá multa na razão de até 20% sobre o valor do instrumento contratual;
- X. No caso de inexecução total, incidirá multa na razão de até 30% sobre o valor do instrumento contratual.

16.5.2 Os casos previstos no subitem anterior são meramente exemplificativos, podendo a **PORTOSRIO** sugerir a aplicação de um percentual de multa para outros casos devendo, entretanto, levar em consideração a conduta praticada e a intensidade do dano provocado e segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

16.5.3 O não pagamento da multa aplicada importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e poderá ensejar a aplicação de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **PORTOSRIO**, por até 2 (dois) anos.

16.5.4 A aplicação da sanção de multa será registrada no SICAF ou em outro sistema próprio para este fim.

16.6 DA SANÇÃO DE SUSPENSÃO

16.6.1 Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à **PORTOSRIO**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

16.6.2 A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

16.6.3 A aplicação da sanção de suspensão será registrada no SICAF ou em outro sistema próprio para este fim.

16.7 Para aplicação de quaisquer das sanções previstas no subitem 16.1, a **PORTOSRIO** seguirá o rito previsto no Regulamento de Apuração e Aplicação de Sanções Administrativas (IN.GECOMP.06.002), observando, em especial, o seguinte:

- I. Notificação formal à **CONTRATADA**;
- II. Garantia do contraditório e da ampla defesa;
- III. Concessão de prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentar manifestação.

16.8 No caso de indeferimento da defesa apresentada, e uma vez concluído o processo administrativo, a multa porventura aplicada fica, desde logo, considerada dívida líquida e certa, ficando a **PORTOSRIO** autorizada a descontar do pagamento a ser efetuado à **CONTRATADA** o valor da multa devida.

16.8.1 Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a **CONTRATADA** obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

16.8.2 Caso não haja o recolhimento da multa no prazo acima, em último caso, o valor da multa será cobrado judicialmente.

16.9 As decisões oriundas dos processos administrativos sancionatórios serão publicadas no Diário Oficial da União (DOU).

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 A apresentação de uma proposta na licitação fará prova de que a empresa licitante:

17.1.1 Examinou criteriosamente todos os documentos do Edital e seus Anexos, que os comparou entre si e obteve expressamente da **PORTOSRIO** as informações necessárias, antes de apresentá-la;

17.1.2 Conhece e concorda com todas as especificações e condições do Edital;

17.1.3 Considerou que o Edital e seus Anexos permitiram a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória;

17.1.4 Atende às condições de participação, não se enquadrando nas hipóteses de impedimento previstas no Edital.

17.2 Fica também estabelecido que as especificações, os Anexos e a documentação da licitação são complementares entre si.

17.3 A **PORTOSRIO** reserva-se o direito de revogar a presente licitação por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, anteriormente ao início da fase de lances ou propostas, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e fundamentado.

17.3.1 Caso a revogação ou a anulação ocorra após o início da fase acima, a mesma será precedida de Processo Administrativo no qual sejam asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para que os licitantes interessados ofereçam manifestação, salvo no caso de manifestação expressa e prévia de todos os licitantes renunciando o direito de contestar o ato respectivo.

17.3.2 A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

17.4 No caso de meros erros formais em que a possível alteração não afete a formulação das propostas, a **PORTOSRIO** poderá inserir aviso no sistema ou realizar modificações e revisões no presente Edital a qualquer tempo, antes da data limite para a abertura da sessão pública. Contudo, qualquer outra modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.

17.5 É facultado à **PORTOSRIO**, se assim julgar conveniente, em qualquer fase da licitação, promover diligência(s) destinada(s) a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

- 17.6 O Pregoeiro, durante a análise de documentos e propostas, poderá solicitar de qualquer licitante informações sobre a documentação exigida, fixando o prazo que julgar necessário para o atendimento.
- 17.7 As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro instrumento contratual.
- 17.8 Não serão levadas em consideração as propostas que fizerem referência às propostas de outros licitantes ou que apresentem qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, tal como proposta alternativa.
- 17.9 A **PORTOSRIO** não aceitará, em hipótese alguma, futuras alegações de omissão na proposta de serviços necessários à execução do instrumento contratual ou de inexatidão relativa às quantidades contratuais, com o objetivo de alterar o preço proposto.
- 17.10 Uma vez apurado, no curso da contratação, que a **CONTRATADA** acresceu, indevidamente, a seus preços, valores correspondentes a tributos, contribuições fiscais e/ou parafiscais e emolumentos de qualquer natureza, não incidentes sobre a execução dos serviços contratados, tais valores serão imediatamente excluídos, com a consequente redução dos preços praticados e o reembolso dos valores porventura pagos à **CONTRATADA**.
- 17.11 Se, por ocasião do julgamento desta licitação, da celebração ou da execução do instrumento contratual, ficar comprovada a existência de irregularidades que denunciem dolo, má fé ou grave omissão por parte do licitante, este, a critério da **PORTOSRIO**, ficará impossibilitado de contratar com a **PORTOSRIO** e sujeito às sanções previstas no subitem 16 deste Edital e na Lei nº 13.303/2016.
- 17.12 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, o Pregoeiro enviará mensagem aos licitantes informando o ocorrido e remarcando, de imediato, nova data e hora para a sessão pública.

18. DOS DOCUMENTOS ANEXOS

- 18.1 Os documentos relacionados abaixo fazem parte integrante deste Edital como Anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I-A – PROVA DE CONCEITO (PoC) – FUNCIONALIDADES BÁSICAS

ANEXO I-B – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

ANEXO II – PLANILHA DE ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E PREÇOS

ANEXO III – PLANILHA DE PROPOSTA DE QUANTIDADES E PREÇOS

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DO FORNECEDOR RELATIVA À TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD

ANEXO VII – MINUTA DE CONTRATO

Rio de Janeiro, 07 de maio de 2026.

FLAVIO VIEIRA DA SILVA
Diretor-Presidente

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2025

SUMÁRIO EXECUTIVO

Resumo do objeto. Trata-se de contratação, via Pregão Eletrônico (menor preço), de solução de sistema jurídico em SaaS para até 50 usuários nomeados, contemplando implantação, parametrização/configuração, migração assistida do AJUS (histórico e anexos, na medida da viabilidade técnica), treinamentos e suporte/sustentação por 36 meses. Integrações mínimas:

I-SSA (StarSoft Applications), enquanto sistema corporativo vigente;

II-e-Social; e

III-SEI, por abordagem em camadas, sendo:

a)Camada A (obrigatória) com rastreabilidade e evidência documental no SEI;

b)Camada B (condicionada) à disponibilidade de API pública/oficial e tratativas externas necessárias para integração transacional. Demais integrações serão tratadas como evolutivas/desejáveis, não constituindo condição de habilitação, classificação, aceite inicial ou go-live.

1. OBJETO

1.1. Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para contratação de sistema de gerenciamento jurídico na modalidade SaaS (Software as a Service), para até 50 usuários nomeados, incluindo implantação, configuração/parametrização, migração assistida do AJUS, treinamentos para usuários e gestores e suporte/sustentação, durante 36 (trinta e seis) meses, com integrações mínimas com **SSA (StarSoft Applications) ou sistema corporativo que venha a substituí-lo, e-Social e SEI (Camada A obrigatória; Camada B condicionada à disponibilidade de API oficial)**. As demais integrações (ex.: RH-Benner, eproc, PJe/e-SAJ e ERP corporativo) serão tratadas como evolutivas/desejáveis, sem constituírem condição de habilitação, aceite inicial ou Go-Live.

2.JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação de solução de TIC está alinhada com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) vigente e foi aprovada no Plano Anual de Aquisições de Bens/Serviços (PLABS), conforme o Documento de Oficialização da Demanda (DOD).

2.2. A PortosRio pretende com esta contratação adquirir um software desenvolvido dentro das técnicas modernas de gestão administrativa e que permita garantir a funcionalidade, integralidade, eficiência e eficácia dos serviços técnicos profissionais de natureza jurídica, na esfera judicial, administrativa contenciosa.

a) A Gerência de Contencioso – GERCON é a responsável pelo acompanhamento das demandas judiciais em que a PortosRio figure como parte ou interessada, sendo certo que o Tribunal de Contas da União no Processo TC 010.364/2015-3 determinou que fossem adotadas as providências para a contratação de software jurídico para a SUPJUR.

b) Assim, o serviço de software jurídico é necessário e essencial à PortosRio para o desempenho de suas atribuições no âmbito jurídico, visando o bom desempenho das atividades da Gerência de Contencioso considerando a internalização dos processos cíveis e a necessidade de acompanhamento dos processos trabalhistas junto ao escritório externo.

c) Neste sentido, a contratação de um software jurídico tem como finalidade garantir o bom andamento dos trabalhos da GERCON, auxiliando a manter o acompanhamento dos processos judiciais que impactam diretamente nas atividades da Companhia.

2.3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.3.1. Constituíram o referencial normativo da presente contratação os seguintes dispositivos legais:

2.3.1.1. Lei 13.303/2016: Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, as sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

2.3.1.2. Decreto nº 10.024, de 20/09/2019: Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

2.3.1.3. Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

2.3.1.4. Instrumento Normativo GECOMP 06.001 (Regulamento de Licitações e Contratos da PortosRio)

2.3.1.5. Instrumento Normativo GERCOS 10.003 (Padronização de Contratações de TIC).

2.3.1.6. Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD): dispõe sobre o tratamento de dados pessoais por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado e dá outras providências.

2.3.1.7. Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet – MCI): estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, incluindo regras sobre tratamento e guarda de registros de acesso a aplicações e sua disponibilização mediante ordem judicial.

2.3.1.8. Lei nº 9.609/1998 (Lei de Software): dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador e sua comercialização no País.

2.3.1.9. Lei nº 9.610/1998 (Direitos Autorais): consolida a legislação sobre direitos autorais e conexos.

2.3.2. A contratação será realizada por pregão eletrônico, observados a Lei nº 13.303/2016 e o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PortosRio (IN GECOMP nº 06.001), aplicando-se, no que couber, as regras procedimentais do Decreto nº 10.024/2019.

3. PRESTAÇÃO DE GARANTIAS

3.1. A CONTRATADA deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do instrumento contratual, apresentar à FISCALIZAÇÃO a garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do futuro instrumento contratual.

3.2. A garantia poderá ser realizada por qualquer das formas estabelecidas no §1º do art. 70 da Lei nº 13.303/2016.

3.3. A garantia somente será devolvida à CONTRATADA quando terminada a execução contratual e depois do integral cumprimento das obrigações assumidas e constatada a inexistência de qualquer débito com a PortosRio, e, ainda, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

3.4. Em caso de aditamento ao instrumento contratual, importando tal fato na elevação de seu valor total, a CONTRATADA se obriga a reforçar proporcionalmente as garantias prestadas.

4. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

4.1. REQUISITOS TÉCNICOS

4.1.1. O Sistema deverá possuir as seguintes características:

4.1.1.1. O sistema deverá possuir cadastro de unidades organizacionais, com diferentes níveis de uma estrutura hierárquica (superintendência / gerência / supervisão). Tais unidades organizacionais serão utilizadas, conforme discriminado em requisitos posteriores, para fins de cadastro de usuário, perfis de

acesso, unidade de responsabilidade por uma ficha (de processo ou consulta) e para atribuição de responsabilidade de tarefas em workflow;

4.1.1.2. O sistema deve permitir o gerenciamento de usuários do sistema por um controlador de domínio compatível com Active Directory, LDAP, e/ou através de gerenciador próprio do sistema, via conexão segura criptografada (TLS 1.2 ou superior);

4.1.1.3 O sistema deve suportar autenticação em dois fatores (MFA) para todos os usuários, com política parametrizável por perfil/unidade, aceitando pelo menos TOTP (aplicativo autenticador) e notificação push; integração com SSO (OIDC/SAML), quando aplicável.

4.1.1.4. O sistema deverá possuir cadastro de usuários, incluindo informação sobre lotação em uma estrutura organizacional (superintendência/gerência/supervisão), de acordo com cadastro de unidades organizacionais;

4.1.1.5. O sistema deverá permitir a criação de diferentes níveis de perfis de acesso. Ex: consulta, inclusão, edição, etc...;

4.1.1.6. O sistema deverá disponibilizar solução interface gráfica web segura, através de protocolo https;

4.1.1.7. O sistema deve apresentar compatibilidade com as duas últimas versões dos navegadores Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Google Chrome;

4.1.1.8. O sistema deve permitir a abertura de múltiplas telas de forma simultânea;

4.1.1.9. O sistema deverá permitir a exportação dos dados para os formatos de texto puro .txt, .csv, .xml, .odf e pdf;

4.1.1.10. O sistema deverá disponibilizar mecanismo que permita ao administrador do sistema auditar todos os processos executados. Esta auditoria deverá registrar as sessões de usuários e o log de operações;

4.1.1.11. Possuir no sistema ferramentas que permitam gerenciar remotamente as sessões ativas dos usuários conectados no sistema, apresentando no mínimo: usuário conectado e tempo de conexão da sessão aberta;

4.1.1.12. O sistema deve oferecer um recurso de busca que localize uma palavra ou parte desta e traz a relação dos itens de menu que contém esta ocorrência (em qualquer posição). Esta busca deve ser ativa, ou seja, ao selecionar o item encontrado a funcionalidade correspondente do sistema é acessada;

4.1.1.13. O sistema deve permitir a troca de funcionalidades/módulos em uso sem a necessidade de logar novamente e contextualizando automaticamente a interface para o novo módulo/funcionalidade carregado;

4.1.1.14. Todos os grids de consulta do sistema devem permitir o alerta ao usuário quando uma determinada pesquisa resultar em um número muito grande de registros, o que pode comprometer a performance do sistema, bem como definir por parâmetro o número de registros a serem trazidos na consulta; A ordenação e sub ordenação das colunas, na forma ascendente e descendente, bastando para isto a seleção da coluna a ser ordenada; As formatações aplicadas ao "Grid" devem ser armazenadas e associadas ao usuário;

4.1.1.15. As grids devem possibilitar ao usuário pesquisar por qualquer campo presente no grid, permitindo ao mesmo personalizar as consultas realizadas. Essas consultas devem permitir a pesquisa pelos registros dos detalhes em caso de uma tela mestre/detalhe;

4.1.1.16. Todas as grids devem possibilitar ao usuário exportar as informações contidas na mesma para os formatos listados no item 4.1.1.9;

4.1.1.17. Deverá ser possível a um usuário trocar a senha de acesso ao sistema, sem depender de interferência dos responsáveis pela área de Tecnologia da Informação, caso a autenticação seja em gerenciador próprio de acesso;

4.1.1.18. Permitir validação automática do dígito verificador de CPF e CNPJ nos diversos pontos do sistema onde estas informações sejam tratadas;

- 4.1.1.19. O sistema deve ter controle de acesso através de senhas, de modo a garantir a integridade e impeça o acesso indevido aos dados, com regras específicas de permissões por usuário e grupos de usuários.
- 4.1.1.20. O sistema deve permitir acessos simultâneos, dentro das quantidades de licenças;
- 4.1.1.21. O sistema deve ser operado através de interface gráfica, teclado e mouse;
- 4.1.1.22. O sistema deve ter a interface e os relatórios gerados em língua portuguesa do Brasil;
- 4.1.1.23. O sistema deve permitir que os dados e campos sejam criticados para garantir que informações incorretas não sejam alimentadas, de acordo com as regras de negócio;
- 4.1.1.24. A planilha de origem conterá volumes estimados (ex.: ~8.000 processos / 7.000 documentos), podendo variar sem prejuízo do objeto, observado o dimensionamento base (4.8), bem como informações referentes a todos os cadastros necessários. Ex: usuário, organograma, workflow, bens, etc.;
- 4.1.1.25. O sistema deve permitir o backup e restauração dos dados, sendo tais atividades de responsabilidade da Contratada, conforme definição da modalidade de contratação;
- 4.1.1.26. A contratada deverá permitir o acompanhamento de todas as etapas de configuração e migração pelos fiscais do contrato;
- 4.1.1.27. O banco de dados, com toda a base de informações da PortosRio, deverá estar hospedado numa nuvem cujo datacenter esteja localizado no território nacional;
- 4.1.1.28. O datacenter deve garantir disponibilidade de, no mínimo, 99,982% (ou superior) cuja comprovação será dada pela certificação TIA 942 TIER III, Uptime Institute Tier III, ou certificação equivalente emitida por entidade reconhecida;
- 4.1.1.28.1 O SLA de disponibilidade do datacenter deverá ser verificado ao longo dos primeiros 12 (doze) meses do contrato, devendo ser $\geq 99,9883\%$, conforme metodologia de apuração acordada com a fiscalização.
- 4.1.1.29. O sistema deve controlar através de logs as alterações realizadas nos dados de forma seletiva, contendo, no mínimo, as seguintes informações: data, hora, usuário, dados alterados e conteúdo anterior;
- 4.1.1.30. A contratada deve prestar serviços especializados na solução de problemas do software, garantindo a operacionalização do sistema;
- 4.1.1.31. A contratada deve fornecer informações aos usuários sobre a situação e o andamento dos serviços de manutenção solicitados;
- 4.1.1.32. A contratada deverá efetuar toda a parametrização do sistema de forma a permitir a sua implantação e continuidade em conformidade com a legislação brasileira corrente. A execução da parametrização deverá ser acompanhada por técnicos da contratante;
- 4.1.1.33. A parametrização será realizada pelos técnicos da contratada e não por técnicos da contratante.
- 4.1.1.34. Política de ciclo de vida dos dados: (i) retenção mínima dos dados de negócio conforme matriz de temporalidade a ser validada pela PortosRio; (ii) backups diários com retenção de 30 dias e cópia mensal mantida por 90 dias; (iii) expurgo seguro ao final da vigência ou quando determinado pelos fiscais, com termo de descarte.

4.2. REQUISITOS DE DESEMPENHO, DISPONIBILIDADE E CONTINUIDADE

4.2.1. Desempenho de uso:

- 4.2.1.1. Consultas e navegação: **p95 < 3s** com **50 usuários simultâneos**;
- 4.2.1.2. Relatórios (até 20 colunas e 5 filtros): **p95 < 5s** com **50 usuários simultâneos**;

4.2.1.3. Desempenho com 50 usuários simultâneos. Em carga representativa ($\approx 70\%$ consultas e 30% operações de escrita) com 50 sessões ativas, o sistema deve manter: $p95 \leq 2$ s para consultas; $p95 \leq 5$ s para gravações/associações; erros $5xx < 0,5\%$; sem quedas de sessão (logout involuntário). As métricas devem ser auditáveis via observabilidade (4.5.3);

4.2.1.4. Tempos de resposta da inteligência artificial:

I-Sem anexos grandes: pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) das solicitações com até 25.000 tokens (aprox. 45.000 caracteres) devem ser respondidas em até 180 (cento e oitenta) segundos para classificação/extração de informações e em até 15 (quinze) segundos para resumo/perguntas, mesmo com 50 (cinquenta) usuários simultâneos, sem encerramento involuntário de sessão.

II-Com documentos muito grandes (por exemplo, leitura automática de 200 páginas ou arquivo acima de 50 megabytes): admite-se pelo menos 95% das respostas em até 5 minutos.

III-Todos os números acima devem poder ser verificados por meio dos painéis e registros do sistema.

4.2.2. Compatibilidade de cliente:

4.2.2.1. Suporte às **duas últimas versões** de Chrome, Edge e Firefox;

4.2.2.2. Interface responsiva (**PWA**) para uso em dispositivos móveis (Android/iOS).

4.2.3. Disponibilidade (SLA):

4.2.3.1. Disponibilidade mensal mínima: $\geq 99,90\%$;

4.2.3.2. Janelas de manutenção programada: fora do horário útil, com aviso prévio de $\geq 72h$;

4.2.3.3. Registro e divulgação mensal do indicador de disponibilidade, com metodologia de apuração.

4.2.4. Continuidade e Recuperação de Desastres:

4.2.4.1. $RPO \leq 8h$ e $RTO \leq 4h$, com **teste anual de DR** e relatório de evidências;

4.2.4.2. Rotina de backup diário, retenção mínima de 30 (**trinta**) dias e verificação periódica de restauração.

4.2.5. Acessibilidade:

4.2.5.1. Conformidade **WCAG 2.1 nível AA**, com **laudo de acessibilidade** apresentado no aceite.

4.3. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, IDENTIDADE E PRIVACIDADE (LGPD)

4.3.1. Autenticação e identidade:

4.3.1.1. SSO por **OIDC** ou **SAML 2.0**;

4.3.1.2. **SCIM** para provisionamento/desprovisionamento;

4.3.1.3. **MFA obrigatório para todos os usuários**, conforme 4.1.1.3, com política parametrizável por perfil/unidade; admite-se fator adicional/condições reforçadas para perfis sensíveis (gestão, fiscalização e auditoria).

4.3.2. Criptografia e proteção:

4.3.2.1. Tráfego: **TLS 1.2+**; Dados em repouso: **AES-256** (ou equivalente robusto);

4.3.2.2. Segregação de dados entre clientes (multi-tenant) ou isolamento (single-tenant gerenciado).

4.3.2.3. Chaves criptográficas geridas em KMS/HSM auditável, com rotação no mínimo semestral, segregação de funções e trilha de acesso a chaves disponível à fiscalização.

4.3.3. Assinatura digital:

4.3.3.1. Compatibilidade com **ICP-Brasil (A1/A3)** para autenticação e assinatura/validação de documentos, nos termos da MP 2.200-2/2001, desejável (nativamente) ou implantada junto com a camada A do SEI ou sob demanda.

4.3.4. Logs e auditoria:

4.3.4.1. Trilha de auditoria imutável (WORM ou hash encadeado com carimbo de tempo RFC 3161), retenção mínima de **5 anos**;

4.3.4.2. Registro dos principais eventos: autenticação, acessos, alterações, integrações, erros e ações críticas;

4.3.4.3. Conformidade com o MCI: A CONTRATADA, na condição de provedora de aplicações de internet, deverá manter registros de acesso a aplicações nos termos da Lei nº 12.965/2014, com integridade, sigilo e controle de acesso, observadas as medidas de segurança previstas neste Termo;

4.3.4.4. Retenção legal mínima (MCI): Os registros de acesso a aplicações serão mantidos pelo prazo legal mínimo de 6 (seis) meses, sem prejuízo das obrigações deste Termo para logs de auditoria (retenção mínima de 5 anos, item 4.3.4.1);

4.3.4.5. Precisão temporal e integridade: Todos os registros deverão conter data/hora com carimbo confiável, sincronização de tempo (NTP) e mecanismos que assegurem imutabilidade e rastreabilidade (ex.: WORM, hash encadeado);

4.3.4.6. Disponibilização de logs: A CONTRATADA deverá disponibilizar à fiscalização/gestão do contrato, sempre que formalmente solicitado, exportação dos registros (CSV/JSON) com metadados, garantindo cadeia de custódia;

4.3.4.7. Transferência e sigilo: O compartilhamento de registros de acesso observará as hipóteses legais, inclusive ordem judicial quando aplicável, resguardando sigilo e confidencialidade.

4.3.5. LGPD:

4.3.5.1 Tratamento com base legal definida (execução de contrato/obrigação legal/legítimo interesse – **conforme deliberação da SUPJUR/DPO**);

4.3.5.2. DPIA/Relatório de Impacto quando aplicável;

4.3.5.3. Direitos do titular assegurados (acesso, correção, portabilidade, eliminação);

4.3.5.4. Vedado usar dados da PortosRio para treinar **modelos externos** sem **anuência expressa** da PortosRio;

4.3.5.5. Papéis e responsabilidades (LGPD): Para fins da LGPD, a PortosRio atuará como Controladora dos dados pessoais tratados no âmbito desta contratação e a CONTRATADA como Operadora, devendo observar as instruções documentadas da Controladora e adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais;

4.3.5.6. Suboperadores: A CONTRATADA somente poderá envolver suboperadores (terceiros) mediante autorização prévia e por escrito da Controladora, permanecendo integralmente responsável pelo cumprimento da LGPD e deste Termo por tais terceiros;

4.3.5.7. Encarregado (DPO) e contato: A CONTRATADA deverá indicar Encarregado pelo tratamento de dados pessoais (DPO) e disponibilizar canal de contato para titulares e para a Controladora, mantendo-os atualizados durante a vigência contratual;

4.3.5.8. Notificação de incidentes (art. 48 da LGPD): A CONTRATADA deverá notificar a Controladora sobre incidente de segurança que, após análise técnica preliminar, configure potencial risco ou dano relevante aos titulares, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contadas da ciência inequívoca do incidente relevante. Considera-se ciência inequívoca o momento em que houver confirmação técnica de que o evento ultrapassou a fase de mera suspeita ou anomalia sistêmica.

4.3.5.9. Transferência internacional: É vedada a transferência internacional de dados pessoais, salvo nas hipóteses dos arts. 33 a 36 da LGPD e mediante anuência expressa da Controladora, com comprovação das garantias exigidas e registro dessa condição contratual;

4.3.5.10. Término do contrato (destinação dos dados): Ao término do contrato, a CONTRATADA deverá devolver à Controladora todos os dados pessoais e, quando determinado, eliminá-los com comprovação, preservando cópias apenas nas hipóteses legais;

4.3.5.11. Registro das operações (art. 37 da LGPD): A CONTRATADA manterá registros das operações de tratamento realizadas em nome da Controladora e, quando solicitado, disponibilizará evidências à fiscalização/gestão do contrato;

4.3.5.12. Tratamento conjunto com controladores externos (integrações): Nas integrações com aplicações controladas por terceiros (a exemplo de PJe/CNJ, SEI, eproc, e-SAJ, entre outras), as operações de tratamento decorrentes da interoperabilidade serão consideradas tratamento conjunto entre controladores, mantida a PortosRio como Controladora dos dados sob sua determinação e os terceiros como Controladores de suas respectivas aplicações. A CONTRATADA permanece Operadora no âmbito da PortosRio, observando as instruções documentadas da Controladora;

4.3.5.13. Instrumento de alocação de responsabilidades: A CONTRATADA deverá apoiar a PortosRio na formalização de instrumento de controladoria conjunta (arranjo/termo entre controladores), definindo: finalidades e bases legais; papéis e responsabilidades (atendimento a titulares, prazos e fluxos); retenção e eliminação; medidas de segurança; resposta a incidentes; registros de operações; transferência internacional (quando aplicável); e canais/DPO de cada parte;

4.3.5.14. Responsabilidade perante titulares: Sem prejuízo da alocação interna de responsabilidades, as partes envolvidas no tratamento conjunto respondem solidária ou conjuntamente por danos causados aos titulares, nos termos do art. 42, §1º, da LGPD, preservado o direito de regresso conforme a legislação aplicável;

4.3.5.15. Deveres da Operadora integradora (CONTRATADA): Compete à CONTRATADA:

I-Não reutilizar dados para fins alheios ao contrato;

II-Manter registros de compartilhamento e rastreabilidade (incluindo logs e metadados de integrações);

III-Disponibilizar evidências à fiscalização;

IV-Submeter suboperadores à anuência da Controladora e às mesmas obrigações;

V-Notificar incidentes à PortosRio em até 48 (quarenta e oito) horas da ciência, com plano de remediação.

4.3.5.16. Matriz RACI de privacidade nas integrações: A CONTRATADA deverá propor e manter uma matriz RACI de privacidade e proteção de dados para integrações com controladores externos, indicando, no mínimo: quem define base legal; quem responde solicitações de titulares; quem notifica incidentes/ANPD; e quem mantém registros (art. 37, LGPD), para homologação pela PortosRio;

4.3.5.17. Auditoria/Relatório anual de conformidade: a CONTRATADA deverá, até 60 (sessenta) dias após cada aniversário contratual, apresentar Relatório Anual de Conformidade LGPD, contemplando:

I-Inventário atualizado de tratamentos, bases legais e compartilhamentos (incl. suboperadores);

II-Evidências de registros de operações (art. 37) e de atendimento a direitos de titulares;

III-Avaliação das medidas técnicas e administrativas de segurança;

IV-Incidentes e lições aprendidas;

V-Plano de melhorias com prazos e responsáveis, para homologação da PortosRio (Controladora).

4.3.5.18. Notificação de incidente de segurança (LGPD): A CONTRATADA deverá notificar a PortosRio (Controladora) e o DPO da PortosRio sobre qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares em até 48 (quarenta e oito) horas contadas da ciência do evento, com:

I-Descrição do incidente e momento da detecção;

II-Sistemas/integrações afetados;

III-Tipos de dados pessoais e volume estimado impactados;

IV-Titulares potencialmente afetados e riscos envolvidos;

V-Medidas de contenção adotadas e plano de remediação com prazos e responsáveis;

VI-Registros e evidências (logs/indicadores) que comprovem a análise técnica;

VII-A CONTRATADA deverá cooperar com a PortosRio no atendimento a obrigações legais (incluía eventual comunicação à ANPD e aos titulares) e manter registros do incidente e das providências, nos termos do capítulo 4.3.

4.3.6. Residência e datacenter:

4.3.6.1. Dados primários no Brasil;

4.3.6.2. Datacenter Tier III ou superior;

4.3.6.3. Evidência anual de $\geq 80\%$ de **energia renovável** e inventário de emissões (ou declaração independente equivalente).

4.4. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (N21) – REQUISITOS E PROVA DE CONCEITO PoC (Proof of Concept).

4.4.1. Escopo funcional de IA (nativa):

4.4.1.1. Classificação de êxito/risco e priorização de casos;

4.4.1.2. Sugestões de Prazos/Decisões;

4.4.1.3. Classificação/extração de informações (OCR+NLP) quando aplicável;

4.4.1.4. Operação com revisão humana obrigatória em ações críticas (human-in-the-loop), que permita a visualização do score, dos fatores de contribuição e o registro obrigatório de feedback do usuário (aceite/recusa) em cada inferência assistida, garantindo a rastreabilidade da decisão e a manutenção da curadoria.

4.4.2. Qualidade, explicabilidade e MLOps:

4.4.2.1. Modelos **auditáveis/explicáveis** (apresentar fatores que mais contribuíram para o resultado);

4.4.2.2. Versionamento de modelos e dados, reprodutibilidade e **registro de modelos**. Obrigatório o monitoramento contínuo de drift de dados e de modelo, conforme plano de MLOps, para garantir a relevância e acurácia do modelo ao longo da vigência contratual.

4.4.3. PoC – critérios eliminatórios de aceite: Os critérios eliminatórios da PoC estão definidos neste item; os procedimentos, prazos e logística da PoC constam do Capítulo 6 (PoC – Proof of Concept), que deverá ser observado para convocação, realização, participantes e documentação.

4.4.3.1 Backtest com base histórica PortosRio (**amostra de (10) casos** anonimizada);

4.4.3.2. Métricas mínimas: **AUC $\geq 0,75$** (classificação de êxito) e **F1 $\geq 0,70$** (risco de atraso);

4.4.3.3. Registro da **versão do modelo**, amostra de teste separada e **relatório de validação, 10 casos anonimizados** para o backtest, tornando o critério eliminatório da PoC mensurável e exigível;

4.4.3.4. Demonstração, no mínimo, dos seguintes mecanismos/integrações: (i) SEI – Camada A (rastreadabilidade das RTs no SEI) e indicação da Camada B via API, quando disponível; (ii) SSA (StarSoft Applications); (iii) e-Social; (iv) migração assistida do AJUS (com evidência de carga de amostra/dados anonimizados); e (v) mecanismo de captura/consulta de andamentos e publicações, observadas as limitações de acesso às fontes. A demonstração poderá ser funcional e/ou por evidência técnica auditável (logs, relatórios e trilha de auditoria), conforme aplicável.

4.4.4 Auditoria e portabilidade da IA:

4.4.4.1. Exportação, quando requisitada, de **artefatos de IA**: versões de modelos, dicionário de variáveis/embeddings, métricas históricas e **logs de inferência** associados.

4.5. INTEGRAÇÕES, INTEROPERABILIDADE E PORTABILIDADE

4.5.1. Integrações mínimas obrigatórias: (i) SSA (StarSoft Applications); (ii) e-Social; e (iii) SEI, observada a abordagem em camadas: Camada A (obrigatória) para rastreabilidade e evidência documental no SEI; e Camada B (condicionada) à disponibilidade de API pública/oficial e tratativas externas necessárias para integração transacional.

4.5.1.1. Camada A (obrigatória no Go-Live): interoperabilidade operacional, com vinculação inequívoca entre o registro no software jurídico e o identificador do processo/documento no SEI (NUP/ID), exportação em lote de peças e metadados (ex.: PDF/A + arquivo estruturado) para juntada, e trilha de auditoria dos envios/associações;

4.5.1.2. Camada B (evolutiva/condicionada): integração automatizada via API/serviço oficial do SEI, condicionada à existência de interface oficial disponível para o ambiente da PortosRio e às autorizações/credenciais externas necessárias. A indisponibilidade dessa interface não impede o Go-Live, desde que a Camada A esteja operacional.

4.5.1.3. SSA (StarSoft Applications) ou sistema corporativo sucessor: integração para troca de informações necessárias ao fluxo financeiro/orçamentário e rastreabilidade administrativa, com mecanismos de reprocessamento e reconciliação.

4.5.1.4. e-Social: integração para envio/consulta de informações e evidências necessárias às rotinas jurídicas relacionadas, com logs e mecanismos de auditoria.

4.5.1.5. Migração AJUS: migração assistida de dados do sistema AJUS para a solução contratada, com validação amostral, relatório de consistência e trilha de auditoria da carga.

4.5.1.6. Uso de APIs oficiais com OpenAPI 3.x; suporte a **webhooks**;

4.5.1.7. Mecanismo de reprocessamento e reconciliação (tolerante a falhas);

4.5.1.8. É vedada a adoção de soluções frágeis como única estratégia (ex.: automações não auditáveis e sem tolerância a mudanças de layout). Quando inexistir API/serviço oficial, admite-se coleta automatizada a partir de fontes públicas desde que implementada de forma sustentável (logs, reprocessamento, reconciliação, evidências e plano de manutenção), sem comprometer a continuidade do serviço.

4.5.2. Limitações decorrentes de sistemas de terceiros

4.5.2.1. A CONTRATADA não será responsabilizada por indisponibilidades, limitações técnicas, alterações unilaterais de layout, APIs, autenticações, políticas de acesso ou quaisquer mudanças promovidas por aplicações externas (a exemplo de SEI, e-Social, SSA ou sistemas judiciais), desde que:

I-comprove tentativa técnica adequada de integração ou reprocessamento;

II-mantenha operacional a Camada A ou mecanismo alternativo previsto neste Termo;

III-comunique formalmente a fiscalização no prazo máximo de 1 (um) dia útil após a detecção do impedimento.

4.5.2.2. Nessas hipóteses, não haverá aplicação de glosa ou penalidade enquanto perdurar a indisponibilidade externa, desde que mantida a rastreabilidade e evidência documental previstas neste Termo.

4.5.3. Integrações evolutivas/desejáveis (não condicionantes):

4.5.3.1. Integrações evolutivas/desejáveis: além das integrações mínimas, poderão ser demandadas integrações adicionais (ex.: RH-Benner, outras soluções corporativas e/ou fontes externas), tratadas como evolutivas, mediante priorização e plano de execução pactuado. Tais integrações não constituem requisito de habilitação nem condição de aceite inicial/Go-Live, e dependerão de viabilidade técnica e disponibilidade de interfaces oficiais/condições de acesso.

4.5.4. Portabilidade/reversibilidade:

4.5.4.1. Exportação **integral** dos dados, sem custo adicional, em **CSV/JSON/XML** (além de DOCX/PDF/ODF), com **dicionário de dados e esquemas**;

4.5.4.2. Prazo para entrega após solicitação, abranja explicitamente todos os artefatos de IA referidos no item 4.4.4.1.: **≤ 7 dias corridos**;

4.5.5. Observabilidade:

4.5.5.1. Coleta de métricas, logs e traços por **OpenTelemetry** (ou equivalente aberto), com **painel de saúde** acessível à fiscalização;

4.5.5.2. Painel de registros de acesso (MCI): Disponibilizar painel com filtros por usuário, IP, data/hora e evento para consulta dos registros de acesso a aplicações exigidos pelo MCI, com exportação on demand para a fiscalização.

4.6. NÍVEIS DE SERVIÇO (SLA), RELATÓRIOS E GLOSAS

4.6.1. Severidades e tempos:

4.6.1.1. Crítica: resposta **≤ 30 min** | solução **≤ 4h** (24x7);

4.6.1.2. Alta: resposta **≤ 1h** | solução **≤ 8h** (horário estendido);

4.6.1.3. Média: resposta **≤ 4h** | solução **≤ 24h**;

4.6.1.4. Baixa: resposta **≤ 8h** | solução **≤ 72h**.

4.6.1.5. Integrações: (i) falha de envio/consumo: reprocessamento automático **≤ 2h**; (ii) divergência de dados: reconciliação **≤ 24h**; (iii) notificação à fiscalização em até 1h após detecção, com relatório de causa raiz no RPI do mês.

4.6.2. Relatórios mensais:

4.6.2.1. Disponibilidade e incidentes;

4.6.2.2. Desempenho (p95 consultas/relatórios/IA);

4.6.2.3. Uso de **APIs, armazenamento, usuários**;

4.6.2.4. Qualidade da **IA** (AUC, F1, drift, taxa de aceitação das sugestões);

4.6.2.5. Acessibilidade (achados e correções);

4.6.2.6. Segurança (eventos relevantes);

4.6.2.7. Privacidade/LGPD (solicitações de titulares, incidentes, suboperadores e transferências).

4.6.3. Período de estabilização

4.6.3.1. Nos primeiros 30 (trinta) dias corridos após o Go-Live do ambiente produtivo, os indicadores de desempenho e tempos de resposta não gerarão aplicação de glosa, exceto nos casos de indisponibilidade total do sistema ou descumprimento de SLA de severidade crítica.

4.6.3.2. O período de estabilização não afasta a obrigação de correção tempestiva de falhas nem a aplicação de sanções em caso de descumprimento contratual grave.

4.6.4. Glosas e sanções:

4.6.4.1. Aplica-se glosa proporcional, calculada sobre o valor mensal do licenciamento, conforme critérios objetivos abaixo, sem prejuízo das sanções contratuais quando cabíveis:

4.6.4.2. Disponibilidade mensal do ambiente de produção: $\geq 99,5\%$: 0% de glosa; de 99,0% a 99,49%: 2%; de 98,0% a 98,99%: 5%; de 97,0% a 97,99%: 10%; $< 97,0\%$: 20%.

4.6.4.3. Prazos de atendimento/solução por severidade: para cada ocorrência com prazo excedido, glosa de 0,5% por ocorrência (limitada a 5% ao mês).

4.6.4.4. Limite mensal de glosa: a glosa total mensal fica limitada a 20% do valor mensal do licenciamento.

4.7. ESCOPO DE SERVIÇOS, TREINAMENTO E ENTREGÁVEIS

4.7.1. Escopo mínimo incluído:

4.7.1.1. Implantação e parametrização; migração assistida; integrações mínimas; treinamento; suporte/sustentação; observabilidade; documentação técnica e do usuário.

4.7.1.2. Disponibilização de ambiente de homologação segregado da produção, com dados sintetizados/mascarados; é vedado o uso de dados reais de produção fora do ambiente produtivo.

4.7.2. Treinamento:

4.7.2.1. **3 turmas de usuários (4h); 1 turma de gestores (4h); 1 turma de fiscais (3h);**

4.7.2.2. Materiais em **PT-BR** (guia rápido, FAQ, trilha EAD);

4.7.2.3. Registro de presença e avaliação de satisfação.

4.7.3. Entregáveis para aceite:

4.7.3.1. Laudo de desempenho (vide 4.2.1);

4.7.3.2. Relatório de DR contendo as evidências do teste anual de recuperação de desastres (vide 4.2.4.1);

4.7.3.3. Laudo de acessibilidade (vide 4.2.5);

4.7.3.4. Dossiê de segurança/LGPD (itens 4.3.x);

4.7.3.5. Relatório de PoC/IA (vide 4.4.3 e Cap. 6);

4.7.3.6. Evidências de integrações (vide 4.5.1 e 4.5.3);

4.7.3.7. Pacote de portabilidade amostral (vide 4.5.2);

4.7.3.8. Plano de operação/suporte e catálogo de serviços;

4.7.3.9. Pacote de Transferência de PI e Integrações:

a) Repositórios com código-fonte, diagramas e documentação de conectores/scripts/pipelines;

b) Pacote de artefatos de IA conforme 4.4.4.1 (modelos, dicionários/embeddings, métricas, logs de inferência);

c) Coleções OpenAPI/Postman das APIs expostas/consumidas;

d) Instruções de build/deploy (incl. pipelines) e termo de cessão/declaração de inexistência de restrições de terceiros que impeçam o uso pela PortosRio.

e) A obrigação de entrega de artefatos, códigos, conectores, scripts, pipelines e integrações aplica-se exclusivamente aos componentes desenvolvidos ou customizados especificamente para atendimento às necessidades da PortosRio no âmbito deste contrato.

f) Permanecem resguardados os direitos de propriedade intelectual da solução-base da CONTRATADA, incluindo núcleo do sistema SaaS, frameworks proprietários e bibliotecas preexistentes.

4.7.3.10. Relatório de Conformidade LGPD (RAC-LGPD): documento de fechamento de implantação contendo evidências de aderência aos requisitos do capítulo 4.3.5 (papéis/controladora-operadora, DPO, registros do art. 37, segurança, gestão de suboperadores, notificação de incidentes, destinação de dados, transferência internacional, entre outros), mapeamento dos tratamentos, bases legais e plano de ações remanescentes com prazos e responsáveis. A aprovação do RAC-LGPD é condição para o aceite final;

4.7.3.11. Dossiê de Provisões e Depósitos/Alvarás: evidências dos workflows de alterações de provisões (justificativas e aprovações por alçada), conciliações de depósitos/alvarás e relatórios de divergências saneadas do período de implantação/homologação.

a) Parágrafo único. O dossiê deverá ser validado conjuntamente pela GERCON e pela área Contábil da PortosRio, atestando conciliações e divergências zeradas do período de implantação/homologação ou, se houver pendências, plano de saneamento com prazos e responsáveis.

4.8. QUANTITATIVOS, EXCEDENTES E AJUSTES DE CAPACIDADE

4.8. 1Quantitativos base:

4.8.1.1. 50 usuários nomeados;

4.8.1.2. A solução deverá permitir a utilização de até 50 usuários nomeados, assegurando desempenho para, no mínimo, 25 (vinte e cinco) sessões simultâneas, com possibilidade de expansão até 50 sessões simultâneas sem reengenharia da solução, mediante ajuste de quantitativos/licenciamento quando aplicável.

4.8.1.3. 100.000 chamadas de API/mês.

4.8.1.4. Remanejamento de usuário nomeado (substituição): efetivação \leq 1h após solicitação do gestor/fiscal, com trilha de auditoria (usuário anterior, novo usuário, data/hora).

4.8.2. Excedentes e alertas:

4.8.2.1. Tabelas de preços para excedentes de **usuários, APIs, GB e previsões IA;**

4.8.2.2. Alertas automáticos em **80% e 90%** do contratado;

4.8.2.3. Upgrade/downgrade trimestral sem multa, mediante termo aditivo.

4.9. SUPORTE TÉCNICO

4.9.1 A CONTRATADA deverá fornecer suporte técnico ao produto durante toda a vigência do contrato conforme as especificações que abaixo seguem:

4.9.1.1 O suporte técnico à solução ofertada:

I-O suporte técnico será prestado em dias úteis e horário comercial por meio de sistema web, dedicado ao gerenciamento e registro de todos os chamados e solicitações. Excepcionalmente, o atendimento aos chamados de Severidade Crítica (item 4.6.1.1) deverá ser garantido em regime ininterrupto (24x7);

II-Na abertura do chamado, serão apresentados todos os detalhes do problema encontrado, inclusive o nível de criticidade. Na fase de triagem, por parte da Contratada, o nível de criticidade poderá ser alterado, desde que justificado nos comentários do chamado;

III-A pausa do SLA por pendência da PortosRio exige solicitação formal da Contratada, concordância registrada no chamado e prazo acordado; decorrido o prazo, o SLA retoma automaticamente;

IV-Caso haja solução paliativa, o chamado permanece aberto e vinculado a registro de problema até a solução definitiva, sem prejuízo da contagem dos prazos de solução do SLA;

V- Nas situações em que o atendimento presencial se fizer necessário, nos casos em que o acesso remoto não seja suficiente para resolver o problema origem do chamado, o mesmo será realizado na sede da PortosRio (endereço institucional vigente) em horário comercial, devidamente informado pelo Gestor do contrato.

4.9.1.2. Escopo do suporte/sustentação e faturamento.

I-As obrigações deste capítulo integram o suporte/sustentação incluído na rubrica mensal conjunta com o licenciamento (ver 15.1 – Etapa 3 e 15.3), observadas as métricas e penalidades de SLA aqui previstas.

4.9.1.3. Da metodologia:

I-O sistema disponibilizado pela empresa, para a abertura dos chamados, deverá registrar as seguintes informações:

II-Número único para cada chamado;

III-Nome do solicitante (key user);

IV-Data e hora do registro;

V-Detalhes do problema, com possibilidade de anexar imagens de telas, relatórios, e outros documentos que possam documentar o problema ou solicitação;

VI-Nível de criticidade;

VII-Possibilidade de monitorar o andamento da solicitação com visão das previsões e status;

VIII- Detalhes do que foi feito para solucionar o problema.

4.10. REQUISITOS FUNCIONAIS MÍNIMOS

4.10.1. O sistema deve permitir o cadastro de um ou mais usuários responsáveis pelo processo/ficha;

4.10.2. Os usuários deverão estar previamente cadastrados e constar de uma lista de valores que permita serem selecionados como responsáveis por determinado processo/ficha;

4.10.3 O sistema deverá permitir a alteração em massa/lote de um determinado responsável por diversos processos. Caso o sistema não possua essa função de forma nativa, a Contratada deverá executar essa ação, após a relação DE x PARA ser disponibilizada pela PortosRio;

4.10.4. O sistema deverá permitir o cadastro de tipos de andamentos (anotações) num processo/ficha, contendo lista com tipos de andamentos (ex. administrativo, judicial, etc.) e sub-tipos (ex. para o tipo judicial, deve permitir o cadastro de sub-tipos petição inicial, sentença; para tipo administrativo: solicitação de informações, e-mail, reunião, etc.);

4.10.5. O sistema deverá permitir a inclusão de comentários do tipo descrição (campo com texto livre), data de inclusão e log do usuário que incluiu, além da possibilidade de anexar documentos vinculados a cada andamento específico, nos processos/fichas;

4.10.6. O conjunto de andamentos e de comentários formará o histórico daquele processo/ficha;

4.10.7. O sistema deverá permitir a visualização dos andamentos em forma de lista, em uma ficha, devendo haver a possibilidade de sua visualização com filtros por tipo/ sub-tipo;

4.10.8. O sistema deverá possuir um cadastro de status dos processos. Ex: Ativo, arquivado, etc...;

4.10.9. O sistema deverá permitir atribuir um status a um processo, bem como alterar esse status. É imperativo manter log dessa ação: data e usuário que incluiu/alterou o status. No histórico do processo, deverá ser exibido todo o histórico de alteração de status;

4.10.10. O sistema deve permitir anexação de arquivos com tipos e tamanhos parametrizáveis pela PortosRio, com pelo menos 3 tipos nativos doc/pdf/xls, incluindo controle por perfil/unidade e registro em log das operações de upload/download, o tamanho mínimo aceitável por arquivo é 20 MB, podendo ser ajustado pela fiscalização.

4.10.10.1 Arquivamento com motivo padronizado. Ao alterar o status para “Arquivado/Encerrado”, o sistema deverá exigir o motivo padronizado (lista parametrizável) e justificativa textual, registrando responsável, unidade e data/hora, e exibindo no histórico do processo.

4.10.11. Os anexos devem ser armazenados cifrados em repouso e acessíveis somente via aplicação, respeitando permissões (RBAC); é vedado acesso direto ao repositório por URLs públicas. Deve existir trilha de auditoria (usuário/data/hora/ação/arquivo).

4.10.12. O sistema deve permitir a visualização de todos os arquivos anexados em determinado processo, de forma contínua, respeitando a estrutura cronológica de inserção dos anexos;

4.10.13. O sistema deverá permitir o cadastro (inclusão, alteração e exclusão) de pessoas físicas e jurídicas, que poderão ser incluídas como parte de um processo.

4.11. AGENDA/PRAZOS/NOTIFICAÇÕES

4.11.1. O sistema deve possuir painel de alertas com sincronização bidirecional (criação/atualização/cancelamento) com Microsoft 365 (Teams/Outlook) via Microsoft Graph API, quando aplicável, e/ou por padrões interoperáveis (iCalendar/CalDAV), conforme o ambiente corporativo da PortosRio;

4.11.2. O gestor da equipe deve poder visualizar centralmente todos os alertas, eventos e prazos por ele criados/atribuídos ou pelos empregados sob sua supervisão, de acordo com as permissões (RBAC/perfis/unidades) e as regras de privacidade e mínima necessidade de acesso previstas no capítulo 4.3;

4.11.3. O sistema deve permitir configurar alertas para que sejam enviados por email. Deve ser possível configurar os dias de antecedência para o envio do email de notificação;

4.11.4. O sistema deverá enviar email de notificação, no mínimo, nas seguintes situações: processos sem movimentação por determinado período (deve notificar o usuário que for o responsável por aquele processo), novo andamento do processo, nova distribuição do processo;

4.11.5. A PortosRio deverá informar à Contratada as informações necessárias para acesso ao servidor de email, se for o caso;

4.11.6. O Sistema deverá permitir que sejam criados eventos na agenda/calendário;

4.11.7. O sistema deverá permitir a inclusão de status nos eventos constantes da agenda/calendário. Ex: concluído, em andamento, sobrestado, etc.;

4.11.8. O sistema deverá, ao executar-se uma busca e o usuário que está realizando a busca não possuir permissão para acessar tal processo, exibir mensagem com essa informação. Caso seja realizada a busca e o processo de fato não for encontrado na base, deverá exibir essa informação.

4.12. RELATÓRIOS

4.12.1. O sistema deverá permitir a geração de relatórios, de forma que todos os campos das fichas/processos, inclusive andamentos, possam servir como filtro. Além disso, todos os campos das fichas/processos devem ser passíveis de inclusão no relatório;

4.12.2. Possibilitar que o relatório seja exportado no formato de planilha (XLS/XLSX/ODS);

4.12.3. Permitir a criação de modelos de relatórios (campos pré-configurados), customizáveis pelo usuário;

4.12.4. O sistema deverá possibilitar a impressão das fichas/processos, com todos os campos e informações;

4.12.5. O sistema deverá permitir a geração de relatório sobre processos sem movimentação por determinados número de dias;

4.12.6. O sistema deverá permitir a geração de relatório jurimetria, que é a aplicação de métodos quantitativos, com a finalidade de implementar o contencioso preventivo, auxiliando na tomada de decisão sobre priorização e risco de demandas;

4.12.7. Disponibilizar dashboards gerenciais interativos com KPIs de contencioso (ex.: volume por matéria e instância, prazos críticos, taxa de êxito, distribuição por chance de perda, evolução de provisões, valores conciliados de depósitos/alvarás), com filtros por período, unidade, matéria e situação, e exportação dos dados subjacentes;

4.12.8. Disponibilizar relatório e API com o histórico completo de alterações de 'chance de perda' e de provisões (valor anterior/novo, autor, data/hora, justificativa e evidências), com filtros por período/unidade/matéria e exportação CSV/JSON.

4.13. PROCESSOS/FICHAS

4.13.1. Cadastro/ Auditoria/ Governança:

4.13.1.1. Permitir cadastro da numeração do CNJ e de outras numerações do processo.

4.13.1.2. Possibilitar a navegação pelos desdobramentos (recursos e agravos, por exemplo) de um determinado processo visualizando suas informações cadastrais, andamentos e anexos. Ex: "árvore" de processo principal e dependentes OU abertura em abas.

4.13.1.3. Permitir registro de acordos, inclusive extra-judiciais, com informações apropriadas, em uma ficha de tipo específico para tais informações. Observa-se que tal ficha (de registro de acordo) deve poder ser associada a qualquer outra ficha de processo.

4.13.1.4. Exibir lista de pedidos segregados por matéria (ex. trabalhista, cível, etc.).

4.13.1.5. Possibilitar o cadastro do resultado final para cada pedido do processo (favorável, parcialmente favorável, desfavorável...).

4.13.1.6. Possibilitar, para cada pedido do processo, o cadastro da decisão proferida em cada instância (ex: procedente, procedente em parte, improcedente, não se aplica).

4.13.1.7. Permitir o cadastro das condenações financeiras do processo (ou de cada pedido). As condenações financeiras deverão contemplar, de forma estruturada, os campos "valor principal", "honorários sucumbenciais" e "honorários contratuais", com data-base e responsável pelo lançamento.

4.13.1.8. Permitir o cadastro das condenações relativas à obrigação de fazer do processo.

4.13.1.9. Armazenar log de alteração do cadastro de pedidos (classificação de risco e valores de provisionamento), com armazenamento das informações anteriores à alteração efetivada. Permitir visualizar tais informações pelo usuário.

4.13.1.10. Permissão de encerramento de um processo, em determinados tipos de fichas, como, por exemplo, a trabalhista, apenas quando houver preenchimento de determinados campos, como status, e baixa de valor das garantias/depósitos nele cadastrados (através da geração da ordem de processamento de fatura a pagar ou a receber).

a) Fica igualmente vedado o encerramento enquanto houver provisão pendente de revisão/baixa, devendo o sistema exigir o saneamento prévio.

b) Fica igualmente vedado o uso de softwares não licenciados ou que violem direitos autorais e/ou quaisquer direitos de propriedade intelectual.

4.13.1.11. Permitir a identificação de possíveis fichas repetidas, pelo número do processo, com alerta para o usuário antes da criação da ficha.

4.13.1.12. Permitir associar uma pessoa física ou jurídica como parte envolvida (réu, autor, testemunha, preposto, juiz) em um processo, com possibilidade de informar a data de início e fim da participação da parte no processo.

4.13.2. Contingências:

4.13.2.1. Contingências - Gestão de contingências, possibilitando o controle dos prognósticos dos processos e geração de valores de provisionamento para a área contábil.

4.13.2.2. Permitir cadastro individual dos pedidos dos processos (principal, correção, juros, multa, honorários etc), incluindo uma data-base para os valores. O sistema deve permitir o cadastramento de mais de uma expectativa (provável, possível e remota), com um valor associado, para cada pedido do processo. O valor da(s) expectativa(s) do pedido deve ser atualizado automaticamente, conforme índices econômicos (ex: TR, Selic) e tabelas judiciais (ex: Índice da Justiça Federal, TJ/SP, TST), aplicados a partir da data-base cadastrada, e posteriormente em periodicidade parametrizada, de acordo com cada índice.

4.13.2.3. Toda alteração da expectativa de perda (provável/possível/remota) deverá exigir campo de justificativa obrigatória e será registrada com data, hora, usuário e valores anterior/posterior, mantendo versão histórica acessível para auditoria e fiscalização;

a) A justificativa deverá permitir o anexo de evidências (decisões, pareceres, cálculos), vinculadas ao evento de alteração;

b) A alteração deverá registrar um motivo padronizado (lista parametrizável pela PortosRio), além da justificativa textual e evidências já previstas.

4.13.4 A alteração da expectativa de perda deve disparar tarefa automática para revisão da provisão associada (Cap. 4.18), com prazo parametrizável e registro na trilha de auditoria.

4.13.5. A parametrização de índices econômicos, tabelas judiciais e critérios de atualização de valores será realizada pela CONTRATADA com base nas orientações técnicas fornecidas pela PortosRio.

4.13.2.5.1. A responsabilidade pela validação jurídica e técnica da escolha dos índices e critérios de atualização permanece com a PortosRio, cabendo à CONTRATADA assegurar correta operacionalização sistêmica das parametrizações aprovadas.

4.13.3. Garantias:

4.13.3.1. A Solução deve possuir, na ficha do Contencioso, tabela com campo "número de contrato" referente às garantias, na qual possa cadastrar vários números, de forma estruturada.

4.13.3.2. Registrar depósitos judiciais vinculados ao processo (valores, datas, atualização por índices/tabelas, conta/vara), permitir o registro de depósitos judiciais, inclusive os de natureza recursal e em garantia, bem como suas movimentações e atualizações financeiras.

4.13.3.3. Bloquear o encerramento do processo quando houver garantias/depósitos pendentes, exigindo o registro da respectiva baixa/levantamento.

4.13.3.4. Conciliar depósitos por comparação dos valores registrados no sistema com os extratos oficiais do Banco do Brasil e/ou Caixa Econômica Federal.

4.13.3.5. Registrar alvarás e levantamentos (pelas partes e pela PortosRio), vinculando-os aos depósitos judiciais/recursais ou em garantia, com campos para valores, datas, índice aplicado, responsável e documentos comprobatórios, habilitando sua conciliação no módulo financeiro.

4.14. CAPTURA DE DISTRIBUIÇÕES EM TRIBUNAIS

4.14.1. O sistema deverá realizar busca e captura automática de distribuição de novos processos judiciais, nos tribunais de todas as esferas do Judiciário, via integração com ferramentas de mercado ou mecanismos próprios, observadas as vedações do item 4.5.1.4 quanto a mecanismos frágeis/scraping que comprometam estabilidade e auditabilidade;

4.14.2. Deverá permitir a configuração de filtros para que não sejam capturados processos dos quais a PortosRio não seja parte, por conta de algum equívoco, como nome similar;

4.14.3. Os processos capturados devem ser disponibilizados numa tela própria, onde haverá uma triagem, por parte de um usuário previamente cadastrado, para admitir ou não, a criação de uma ficha/processo de forma automática;

4.14.4. Após a criação do processo anterior, deve ser enviada uma notificação por email, para o gerente da GERCON, ou a quem delegar, para que o mesmo indique o colaborador responsável por acompanhar tal processo;

4.15. CAPTURA DE ANDAMENTOS PROCESSUAIS EM TRIBUNAIS

4.15.1. A solução deverá realizar a captura automática das informações e publicações, com frequência, no mínimo, diária, admitindo parametrização por fonte/criticidade, e com mecanismos de reprocessamento, reconciliação e trilha de auditoria;

4.15.2. Para cada processo, o sistema só deverá capturar os andamentos criados nos tribunais, retroagindo a, no máximo, 30 (trinta) dias da data de inserção do processo no mecanismo de captura de andamentos;

4.15.3. Deverá ser possível cadastrar os tipos de andamento (intimação, despacho, sentença, etc...)

4.15.4. Após a captura de um novo andamento, o sistema deverá inserir automaticamente esse novo andamento na ficha/processo.

4.15.5. No momento da captura dos andamentos de um processo, permitir carregar automaticamente, as peças processuais do respectivo processo ou os links processuais, na ficha/processo.

4.16. CONSULTA DE CAPTURA DE ANDAMENTOS

4.16.1. O sistema deve possuir tela de consulta para visualização dos andamentos capturados, com filtro por período e usuários/unidades responsáveis pela ficha/processo. O resultado da consulta deverá trazer, no mínimo, o número do processo, o tipo do andamento, as partes envolvidas, descrição do processo e o link para acessar a ficha do processo;

4.16.2. O sistema deve permitir gerar relatório onde, a partir de um filtro, sejam relacionados os processos que não tiveram atualização de andamento em determinado período de tempo. Este relatório deve conter, no mínimo, as informações de número do processo e colaborador responsável pelo processo. O relatório também deverá informar qual a data da última consulta com sucesso ao Tribunal daquele processo.

4.17. CONTROLE DE PRAZOS

4.17.1. A solução deve controlar prazos de execução de tarefas e de solicitações como um todo, para determinados tipos de solicitação, parametrizados.

4.17.2. A Solução deve possibilitar suspender a contagem de prazo de uma tarefa ou solicitação, em função de uma pendência sob responsabilidade de terceiro. E deve ser capaz de calcular o tempo total de execução de uma tarefa ou solicitação, desconsiderando os períodos de suspensão de prazo, ou seja, os períodos de pendências com terceiro.

4.17.3. Consulta para solicitações e consultas em aberto que estão atrasadas em relação ao tempo padrão estabelecido.

4.18. GESTÃO FINANCEIRA

4.18.1. A solução deve gerenciar o ciclo financeiro de despesas processuais (adiantamentos, reembolsos, condenações/acordos, depósitos judiciais/recursais), com solicitação, workflows de aprovação (técnica e por alçadas de valor), execução do pagamento e arquivamento obrigatório de comprovantes.

4.18.2. Cada solicitação deve conter: processo, tipo de despesa, favorecido, valores (principal/encargos), centro de custo, status do fluxo, datas e responsável.

4.18.3. O sistema deve prover trilhas de auditoria e relatórios gerenciais (por tipo, fase, alçada, período e unidade), além de exportação em planilha.

4.18.4. Alterações de valores de provisão deverão exigir justificativa obrigatória e submeter-se a workflow de aprovação por alçada (técnica e de valor), com registro de trilha de auditoria (data/hora/usuário/valor anterior/valor novo/pareceres). A justificativa deverá conter evidências anexas (documentos técnicos/contábeis), mantidas na trilha de auditoria.

4.18.4.1 Toda alteração de provisão deverá indicar motivo padronizado (lista parametrizável), além da justificativa e evidências contábeis exigidas neste item.

4.18.5. O sistema deve impedir a efetivação da alteração de provisão sem a aprovação nas etapas definidas no fluxo de alçadas parametrizado pela PortosRio.

4.18.6. Disponibilizar campo de conciliação que relacione pagamentos/levantamentos (acórdãos/sentenças, dispêndios recursais) aos respectivos depósitos e alvarás, com reconciliação periódica e relatórios de divergências para saneamento.

4.18.6.1. A conciliação terá periodicidade mínima mensal e as divergências identificadas deverão ser saneadas em até 10 (dez) dias úteis, com recontagem automática e registro de conformidade no relatório do período.

4.18.7. A CONTRATADA deverá disponibilizar Matriz RACI de conciliação (lançamento, conferência, aprovação por alçada e saneamento), parametrizável pela PortosRio, com publicação no catálogo de serviços e referência nos relatórios mensais.

5. ATESTADOS E DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS

5.1. VISITA TÉCNICA

5.1.1. Considerando tratar-se de SaaS, a visita técnica é facultativa e não constitui requisito de habilitação nem de classificação. No entanto, caso alguma licitante deseje conhecer a localidade onde, eventualmente, deverá ser realizado o treinamento para utilização da solução, bastará agendar previamente a visita técnica junto à Gerência de Contencioso, no e-mail: gercon@portosrio.gov.br.

5.1.2. A falta de vistoria por parte da CONTRATADA não servirá como justificativa para o não cumprimento de qualquer cláusula contratual.

5.1.3. A visita, se desejada pela licitante, poderá ser agendada a qualquer tempo até a sessão pública, sem limite de horário além do expediente; sua ausência não prejudicará a participação.

5.1.4. A visita poderá ocorrer individualmente ou em grupo, a critério da PortosRio, sem tratamento diferenciado entre licitantes.

5.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.2.1. O atestado de capacidade técnica deve comprovar que a licitante forneceu ou possui em seu ambiente de produção sistema de gerenciamento jurídico para empresas com, no mínimo, 1.100 (mil e cem) processos judiciais/administrativos ativos em contencioso.

5.2.2. O quantitativo de 1.100 (mil e cem) ações foi definido por proporcionalidade e representatividade do acervo da PortosRio, correspondendo a cerca de 50% do total estimado (~2.200 ações). Esse patamar comprova experiência prévia em carteira de porte equivalente, reduz riscos na migração de dados, na transição assistida e na continuidade do serviço;

5.2.2.1. A exigência é compatível com a complexidade técnica do objeto: integrações com múltiplos tribunais, captura automática de distribuições/andamentos, automações, metas de desempenho e disponibilidade e requisitos de logs/observabilidade. A experiência com volume significativo indica capacidade para operar em escala, com confiabilidade operacional;

5.2.2.2. O critério não restringe indevidamente a competitividade, pois admite somatório de atestados, aceita documentos de entidades públicas ou privadas e considera equivalência funcional (gestão de contencioso judicial e/ou administrativo em qualquer ramo/esfera), em conformidade com o art. 58, II, da Lei 13.303/2016.

5.2.3. Com a finalidade de dirimir eventuais dúvidas na interpretação do conteúdo de documentos de capacidade técnica, a PortosRio poderá, entre outros, usar os seguintes mecanismos:

5.2.3.1. diligência às fontes de informação;

5.2.3.2. inspeção “in loco” para caracterização das evidências de capacidade;

5.2.3.3. requerimento de acesso aos contratos referidos em atestado ou aos seus artefatos;

5.2.3.4. requerimento de cópias de nota fiscal, guia de importação de produtos de origem estrangeira e outros documentos que comprovem a regularidade fiscal da transação, objeto dos atestados.

5.3. CONFORMIDADE LGPD E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

5.3.1. Declaração formal de que a licitante cumpre a LGPD e possui políticas e controles de proteção de dados e segurança da informação compatíveis com os requisitos deste Termo.

5.3.2. Indicação do Encarregado (DPO) e canal de contato.

5.3.3. Compromisso de não utilizar dados da PortosRio para fins alheios à execução contratual (incluindo proibição de uso para treinamento de modelos externos), conforme os requisitos já previstos no capítulo 4.3.5.

6. POC – PROOF OF CONCEPT (PROVA DE CONCEITO) — PROCEDIMENTOS

6.1. Para esta aquisição, será realizada Prova de Conceito (PoC) para verificar as funcionalidades básicas descritas no Anexo I-A, com foco principal nos Cenários de IA; a PoC seguirá o roteiro e os critérios eliminatórios do Anexo I-A – Roteiro e Critérios da PoC, e o não atendimento de qualquer critério mínimo implicará reprovação da PoC.

6.2. Critérios técnicos e eliminatórios da PoC: ver item 4.4.3 (PoC – critérios de aceite). Este Capítulo 6 disciplina procedimentos, prazos, participantes e documentação.

6.3. Ampliação de amostra em caso de resultado limítrofe

6.3.1. Caso os resultados das métricas eliminatórias (AUC e F1) situem-se em margem inferior a 5% (cinco por cento) acima do limite mínimo estabelecido, ou haja empate técnico entre propostas, a PortosRio poderá determinar ampliação da amostra anonimizada para fins de validação complementar.

6.3.2. A ampliação observará os mesmos critérios metodológicos definidos no item 4.4.3, preservando-se a isonomia entre licitantes.

6.4. Caberá à licitante mais bem colocada, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar da convocação da PortosRio, demonstrar todas as funcionalidades básicas listadas no ANEXO I-A, por meio de Prova de Conceito (PoC). A PoC poderá ser realizada presencialmente, na sede/auditório da PortosRio, ou on-line, mediante anuência prévia da PortosRio quanto à data e horário, sem qualquer alteração do roteiro, prazos, métricas e critérios eliminatórios previstos neste Capítulo. Concluída a PoC com resultado satisfatório, isto é, comprovado o atendimento e a demonstração funcional de todas as funcionalidades básicas do ANEXO I-A, a licitante será homologada como vencedora; em caso contrário, aplicam-se as regras de desclassificação previstas no TR.

6.5. Prevê-se que a PoC será realizada em um único dia, iniciando às 9 horas. Caso não seja possível concluí-la, a PoC será retomada no próximo dia útil, e assim, sucessivamente, até a conclusão.

6.6. Deverão participar da PoC representante(s) técnico da empresa licitante, com total domínio técnico e conceitual do sistema e um representante legal que deverá assinar, em nome da empresa, o Relatório da Prova de Conceito e, pela PortosRio, representante(s) técnico(s) da Gerência de Estruturação e Construção de Soluções - GERCOS e da Gerência de Contencioso - GERCON que será(ão) responsável(is) pela análise do sistema e pelo ateste de atendimento às funcionalidades definidas neste termo.

6.7. A presença de falhas cosméticas, ou seja, falhas que não comprometem os requisitos técnicos e funcionais do sistema não caracterizam a incompatibilidade do produto. Como exemplos podemos citar: labels ou mensagens com erros de grafia, falhas de formatação/máscara de campos.

6.8. A presença de bug/defeito em funcionalidade que, teoricamente, atenda a determinado requisito funcional caracteriza que o requisito não foi atendido e, conseqüentemente, a incompatibilidade do sistema.

6.9. Caso determinada licitante não comprove a compatibilidade do produto com as exigências especificadas, a mesma será considerada desclassificada e será convocada a próxima colocada para a realização da prova de Conceito – PoC, obedecendo a ordem de classificação.

6.10. A PoC será realizada com equipamentos da licitante, a partir de base própria, sendo disponibilizado pela PortosRio ponto de acesso à internet para a demonstração, sem necessidade de instalação de qualquer aplicação nos servidores da PortosRio.

6.11. Visando a transparência e isonomia, Representantes das demais licitantes poderão acompanhar a realização da Prova de Conceito – PoC, desde que, respeitando os critérios abaixo:

6.11.1. Fica facultado o acompanhamento passivo da PoC por até 1 representante de cada licitante habilitada/classificada, presencial ou por videoconferência, sem intervenção nos testes;

6.11.2. Perguntas somente por escrito ao final, registradas em ata (com respostas oficiais);

6.11.3. Confidencialidade: todos assinam Termo de Confidencialidade, com dados anonimizados quando necessário;

6.11.4. Registro oficial: a sessão será gravada e gerará relatório com resultados, disponibilizados no processo;

6.11.5. Igualdade de condições: todos recebem o mesmo roteiro, dados e critérios. Conduta inadequada implica retirada do representante;

6.11.6. Custos: cada licitante arca com seus custos de participação/acompanhamento.

7. PLANILHA DE ESTIMATIVA DE PREÇOS

7.1. O valor estimado para a contratação consta da Planilha de Estimativa de Preços – PORTOSRIO (anexado ao processo), a qual integra os autos e subsidia a análise interna de exequibilidade e julgamento. O orçamento estimado permanecerá sob sigilo durante a fase externa do certame, sendo divulgado apenas após o encerramento da etapa competitiva, na forma da legislação aplicável e do RILC/PortosRio.

7.2. Durante a fase externa da licitação, o orçamento estimado será mantido sob sigilo, com acesso restrito às áreas competentes, como medida de preservação da competitividade e mitigação de ancoragem de preços, sem prejuízo da transparência dos demais atos do procedimento.

7.3. A despesa correrá por conta da Rubrica Orçamentária 225101001 - Tecnologia da Informação - ação 20402005 - Serviços em Nuvem.

7.4. A PortosRio utilizou modelo padronizado de coleta de preços disponibilizado aos fornecedores durante a pesquisa de mercado, contendo identificação, quadro de preços do escopo base, e condições comerciais, conforme modelo tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	OBSERVAÇÕES
1	Implantação (configuração/parametrização)	lote	1			
2	Integrações mínimas (escopo base): (i) SSA (StarSoft Applications) – sistema corporativo financeiro/patrimônio/orçamento (ou ERP que o suceda, quando aplicável); (ii) e-Social; e (iii) SEI, em camadas: Camada A obrigatória (rastreadibilidade por registro/associação/evidência no SEI) e Camada B condicionada (integração transacional via API, mediante disponibilidade de API pública/oficial e tratativas externas necessárias).	lote	1			
3	Migração assistida de dados do AJUS (o mais completa possível, incluindo histórico e anexos, na medida de viabilidade técnica)	lote	1			
4	Treinamentos (usuários, gestores e fiscais)	lote	1			
5	Licenciamento SaaS + Suporte/Sustentação (50 usuários nomeados)	mês	36			

7.4. Desclassificação de propostas

7.4.1. Serão desclassificadas as propostas que:

7.4.1.1. Contrariem o edital/Termo de Referência, inclusive impondo condições distintas das nele previstas;

7.4.1.2. Estejam em desacordo com a legislação aplicável (especialmente a Lei nº 13.303/2016) e com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PortosRio, ou apresentem preços manifestamente

inexequíveis, permaneçam acima do orçamento estimado, ou não comprovem sua exequibilidade quando solicitado;

7.4.3. Conttenham condicionantes vedadas (ex.: indexação a preços de terceiros, variações cambiais ou fórmulas de reajuste não previstas no edital/contrato).

8. PRAZOS

8.1. O prazo de vigência será de 36 (trinta e seis) meses contados a partir da data da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, desde que haja concordância formal das partes e disponibilidade orçamentária por parte da PortosRio, observada a limitação de duração prevista no art. 71 da Lei nº 13.303/16, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

8.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

8.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução contratual, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

8.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a PortosRio mantém interesse na realização do serviço;

8.1.4. Seja comprovado que o valor contratual permanece economicamente vantajoso para a PortosRio;

8.1.5. Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;

8.1.6. Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação;

8.1.7. O somatório de todos os itens não deverá exceder o orçamento estimado da Administração, ainda que mantido sob sigilo na fase externa.

8.2. Cronograma físico e físico-financeiro (referência mínima para execução), a ser detalhado pela Contratada no Plano de Implantação e validado pela fiscalização, observadas as condições de faturamento e pagamentos do Cap. 15.

8.3. Etapa 1 – Kickoff, Plano de Implantação e desenho de configurações: até 15 (quinze) dias;

8.4. Etapa 2 – Configuração/parametrização e preparação de ambientes: até 30 (trinta) dias;

8.5. Etapa 3 – Migração assistida do AJUS (extração, carga, validação e ajustes): até 45 (quarenta e cinco) dias;

8.6. Etapa 4 – Integrações mínimas (SEI Camada A, SSA/ sucessor, e-Social) + testes integrados: até 45 (quarenta e cinco) dias;

8.7. Etapa 5 – Treinamento (usuários e gestores), homologação assistida e ajustes finais: até 20 (vinte) dias;

8.8. Etapa 6 – Go-Live e estabilização assistida: até 30 (trinta) dias.

8.9. A Camada B (SEI via API) será tratada como evolutiva, condicionada à disponibilidade de interface oficial e autorizações externas, sem impedir o Go-Live quando atendida a Camada A.

8.10. Tabela de referência (cronograma físico e físico-financeiro):

ETAPA	MARCO/ENTREGÁVEL PRINCIPAL	CONTEÚDO MÍNIMO / OBSERVAÇÕES	EVIDÊNCIA OBJETIVA PARA ACEITE	PRAZO DE REFERÊNCIA*	FATURAMENTO (REF. AO CAP. 15)
1	Kickoff + Plano de Implantação	Plano de Implantação detalhado (cronograma, responsáveis, riscos, plano de migração AJUS, plano de integração SSA/e-Social/SEI, estratégia de testes e homologação)	Plano aprovado pela fiscalização (ata/e-mail/termo de aceite)	Até 15 dias	Conforme Cap. 15 (implantação marco inicial, se aplicável)
2	Ambientes e parametrização inicial	Provisionamento/configuração dos ambientes (prod/hml/treino, quando aplicável), perfis, permissões,	Checklist de ambientes + evidências (prints/logs) + termo de aceite da etapa	Até 30 dias	Conforme Cap. 15 (implantação)

ETAPA	MARCO/ENTREGÁVEL PRINCIPAL	CONTEÚDO MÍNIMO / OBSERVAÇÕES	EVIDÊNCIA OBJETIVA PARA ACEITE	PRAZO DE REFERÊNCIA*	FATURAMENTO (REF. AO CAP. 15)
		parâmetros do sistema			
3	Migração assistida do AJUS (carga piloto + validação)	Extração, saneamento, carga inicial, validação amostral e ajustes (preferencialmente histórico + anexos, na medida da viabilidade técnica)	Relatório de migração + amostra validada pela área demandante + termo de aceite	Até 45 dias	Conforme Cap. 15 (implantação)
4	Integrações mínimas (SSA + e-Social + SEI Camada A) + testes integrados	Integrações mínimas implementadas; SEI com Camada A obrigatória (rastreadabilidade/evidência documental)	Evidência por caso de teste (logs/relatórios), trilha de auditoria e termo de aceite	Até 45 dias	Conforme Cap. 15 (implantação)
5	Treinamento + homologação assistida	Treinamento (usuários/gestores/fiscais) + homologação por roteiros/casos de uso	Lista de presença/certificados + relatório de homologação + termo de aceite	Até 20 dias	Conforme Cap. 15 (implantação)
6	Go-Live	Entrada em produção com dados migrados, integrações mínimas ativas (SEI Camada A) e operação assistida	Termo de Go-Live + evidência de funcionamento (checklist + chamados zero críticos abertos)	Até 5 dias	Início do faturamento recorrente, conforme Cap. 15
7	Estabilização assistida	Correções, ajustes finos, tuning, suporte intensivo e transição para operação regular	Relatório de estabilização + indicadores mínimos de SLA + termo de encerramento da estabilização	Até 30 dias	Conforme Cap. 15 (serviços recorrentes)
8	Operação regular (mensal)	Licenciamento SaaS + suporte/sustentação + relatórios de SLA e consumo (quando aplicável)	Relatório mensal de SLA/atendimento + evidências auditáveis	Mês 1 ao mês 36	Pagamento mensal, conforme Cap. 15

8.10.1. Os Marcos de aceite devem, preferencialmente, referenciar os Entregáveis para aceite (4.7.3) já previstos (ex.: Laudo de desempenho, Dossiê de segurança/LGPD, Evidências de integrações, Pacote de portabilidade, Plano de operação/suporte).

8.10.2. Para o Go Live, o aceite formal pelo Gestor do Contrato permanece como marco condicionante ao início do faturamento do licenciamento, conforme cap. 15 (Condições de pagamento).

9. TREINAMENTO E HABILITAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA E OPERACIONAL DA PORTOSRIO

9.1. A CONTRATADA deverá prover treinamento adequado a equipe da PortosRio:

9.1.1. Treinamento básico operacional do sistema aplicado aos usuários da área jurídica;

9.1.2. A quantidade de horas dedicada a cada turma será decidida em conjunto entre a Gerência de Projeto da Contratada e a Gerência de Contencioso.

10. FISCALIZAÇÃO

10.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato serão exercidos por meio de quatro representantes (Fiscal Requisitante, Fiscal Administrativo, Fiscal Técnico e Gestor do Contrato) e respectivos substitutos, em atendimento ao disposto no IN GERCOS 10.003 e IN GECOMP 06.001, designados pela PortosRio, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à CONTRATADA, cumprindo-lhes:

10.1.1. Fiscalizar a prestação dos serviços, de forma ampla e irrestrita, sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA perante a PortosRio ou a terceiros, considerando que a presença dos empregados designados não diminuirá a responsabilidade da CONTRATADA, por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior.

10.1.2. Recusar quaisquer serviços, que estejam em desacordo com as especificações técnicas, e as constantes do Termo de Referência, determinando prazo para a correção de possíveis falhas ou substituições de produtos em desconformidade com o solicitado.

10.1.3. Conferir os relatórios dos serviços executados pela CONTRATADA, por ocasião da entrega das Notas Fiscais ou Faturas, e atestar a prestação dos serviços, quando executados satisfatoriamente, para fins de pagamento.

10.1.4. Conferir toda a documentação técnica gerada e apresentada durante a execução dos serviços, efetuando o seu atesto quando a mesma estiver em conformidade com os padrões de informação e qualidade exigidos.

10.1.5. Exigir o cumprimento de todos os itens constantes do Termo de Referência, da proposta da CONTRATADA e das cláusulas do futuro contrato, além de solicitar a substituição de qualquer empregado da CONTRATADA que: comprometa a perfeita execução dos serviços; crie obstáculos à fiscalização; não corresponda às técnicas ou às exigências disciplinares da Companhia; e cujo comportamento ou capacidade técnica sejam inadequados à execução dos serviços, que venha causar embaraço à fiscalização em razão de procedimentos incompatíveis com o exercício de sua função.

10.1.6. Verificar o cumprimento dos requisitos de privacidade e proteção de dados pessoais previstos no capítulo 4.3, inclusive solicitando evidências de controles, registros e relatórios de auditoria.

10.1.7. Receber e tratar notificações de incidentes de segurança enviados pela CONTRATADA, determinando medidas de correção e acompanhando a execução do plano de remediação.

10.1.8. Verificar a manutenção e retenção dos registros de acesso a aplicações conforme o MCI (itens 4.3.4.3 a 4.3.4.7), inclusive por meio de amostragens, relatórios e evidências técnicas.

10.1.9. Requisitar à CONTRATADA a exportação dos registros e apoiar a preservação de evidências para auditorias e processos administrativos/judiciais.

10.1.10. Normativo interno aplicável. A designação do Gestor do Contrato e dos Fiscais (técnico, requisitante e administrativo), bem como suas competências, responsabilidades, fluxos de ateste e registros no SEI, observará o disposto na Instrução Normativa interna da PortosRio — IN GECOMP nº 06.001 (ou norma superveniente), aplicando-se, no que couber, as diretrizes de planejamento previstas na IN GERCOS nº 10.003, a acumulação das funções de Fiscal Requisitante e Fiscal Técnico será permitida apenas em casos excepcionais, mediante justificativa fundamentada nos autos, e aprovada pela autoridade máxima da Área de TIC (SUPTIN).

10.1.11. Instrumento de designação e substituição. O Gestor e os Fiscais serão designados por Portaria específica, com indicação de suplentes, e eventuais alterações serão formalizadas por Apostila/Portaria, conforme a IN GECOMP nº 06.001 (ou norma que a substituir). A CONTRATADA deverá dirigir comunicações operacionais, entregas e atestes aos contatos formais constantes da Portaria vigente.

10.1.12. Verificar a existência e a aderência do instrumento de controladoria conjunta (item 4.3.5.13), incluindo bases legais, fluxos de atendimento a titulares, segurança e tratamento de incidentes, antes do Go Live de cada integração.

10.1.13. Coordenar com os controladores externos o atendimento a titulares e a resposta a incidentes que envolvam tratamento conjunto, zelando pela cadeia de custódia das evidências e pela comunicação tempestiva às autoridades competentes, quando aplicável.

10.1.14. Relatório de Conformidade LGPD anual: receber, analisar e atestar o RAC-LGPD anual previsto no item 4.3.5.17, podendo requisitar evidências complementares, testes, amostragens e planos de ação, bem como condicionar a continuidade de etapas/renovações ao saneamento de não conformidades críticas.

10.1.15. Notificação e coordenação de resposta a incidentes (48h): Compete à fiscalização/gestão do contrato receber, analisar e coordenar as notificações de incidente enviadas pela CONTRATADA, observando o prazo máximo de 48h previsto no item 4.3.5.18, com cópia obrigatória ao DPO da PortosRio, podendo requisitar evidências complementares, testes, planos de ação e relatório pós-incidente (RPI) até 5 (cinco) dias úteis após a contenção, sem prejuízo das demais medidas previstas neste Termo.

10.2. A PortosRio poderá, a qualquer momento, na execução do Contrato, efetuar diligências e inspeções nas dependências da CONTRATADA, com o objetivo de verificar as condições de execução do serviço prestado.

11. PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

11.1. A CONTRATADA, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e a ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no art. 83 da Lei nº 13.303/2016:

11.1.1. Advertência;

11.1.2. Multa moratória;

11.1.3. Multa compensatória;

11.2. Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a PortosRio, por até 2 (dois) anos.

11.3. As sanções constantes dos incisos 11.1. e 11.2. do subitem anterior poderão ser aplicadas de forma cumulativa com as constantes dos incisos 11.3.1 e 11.3.2 do mesmo subitem.

11.3.1. Da sanção de advertência:

11.3.1.1. A aplicação da sanção de advertência se efetiva com o registro da mesma junto ao SICAF ou em outro sistema próprio para este fim.

11.3.1.2. A reincidência da sanção de advertência ensejará a aplicação de penalidade de suspensão pela PortosRio.

11.3.2. Da sanção de multa:

11.3.2.1. A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I- Em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor estimado para a licitação em questão;

II- Em decorrência de não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis pelo mesmo período, a pedido justificado pelo licitante, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor estimado para a licitação em questão;

III-Pela recusa em assinar, aceitar ou retirar o instrumento contratual, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor estimado para a licitação em questão;

IV-No caso de atraso na entrega da garantia contratual, após 10 (dez) dias contados da data de assinatura do instrumento contratual, incidirá multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor do instrumento contratual;

V-Nos demais casos de atraso, incidirá multa na razão de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do instrumento contratual, limitada a incidência a 10 (dez) dias. A partir do 11º (décimo primeiro) dia, o percentual de multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor do instrumento contratual;

VI-No caso de inexecução parcial, incidirá multa na razão de até 20% sobre o valor do instrumento contratual;

VII-No caso de inexecução total, incidirá multa na razão de até 30% sobre o valor do instrumento contratual.

11.3.2.2. O não pagamento da multa aplicada importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e poderá ensejar a aplicação de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a PortosRio, por até 2 (dois) anos.

11.3.2.3. A aplicação da sanção de multa será registrada no SICAF ou em outro sistema próprio para este fim.

11.3.3. Da sanção de suspensão:

11.3.3.1. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à PortosRio, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

11.3.3.2. A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

11.3.3.3. A aplicação da sanção de suspensão será registrada no SICAF ou em outro sistema próprio para este fim.

11.4. O descumprimento das obrigações relativas à LGPD e à segurança da informação previstas neste Termo constitui inadimplemento contratual grave, sujeitando a CONTRATADA às penalidades cabíveis (inclusive multas previstas nesta seção), sem prejuízo de reparação por perdas e danos e de comunicação aos órgãos competentes.

11.5. O descumprimento das obrigações relativas aos registros de acesso a aplicações previstas no MCI e neste Termo constitui inadimplemento contratual, sujeitando a CONTRATADA às penalidades desta seção, sem prejuízo de medidas administrativas e judiciais cabíveis.

12. OBRIGAÇÕES DA PORTOSRIO

12.1. Realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas no futuro Contrato;

12.2. Fornecer à CONTRATADA todo o tipo de documento, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do futuro Contrato;

12.3. Comunicar prontamente à CONTRATADA qualquer anormalidade na execução do objeto, podendo recusar o recebimento caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no presente Termo de Referência;

12.4. Exercer a fiscalização do futuro Contrato;

12.5. Receber provisória e definitivamente o objeto do Contrato, nas formas definidas no instrumento convocatório.

13. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

13.1. Conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da Proposta de Preços e da legislação vigente;

13.2. Prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;

13.3. Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;

13.4. Comunicar ao Fiscal do Contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

13.5. Responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;

13.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução

irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;

13.7. Elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;

13.8. Entregar ao término do Contrato, impreterivelmente, ou a qualquer tempo, a pedido da PortosRio todas as documentações, notas ou qualquer material que a PortosRio tenha lhe fornecido ou que tenham sido criados em função do Contrato que impliquem em informações sigilosas ou de interesse exclusivo da PortosRio;

13.9. A Contratada deverá assinar Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Confidencialidade, conforme modelo a ser anexado ao processo e replicado no instrumento convocatório;

13.10. Os sistemas, bases e documentos manuseados no âmbito da contratação deverão observar requisitos de confidencialidade e proteção de dados, conforme o previsto neste TR e no contrato, inclusive quanto à classificação da informação, controles de acesso e trilha de auditoria;

13.10.1. A entrega observará os formatos abertos do item 4.5.2.1 (CSV/JSON/XML, além de DOCX/PDF/ODF), com dicionário de dados e esquemas; é vedada dependência de SGBD específico;

13.11. Manter, durante toda a duração do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;

13.12. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e civil, em relação ao pessoal que a mesma utilizar para prestação dos serviços durante a execução do Contrato, podendo a PortosRio, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos;

13.13. Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à PortosRio, aos usuários ou terceiros;

13.14. A Contratada deverá observar critérios e práticas de sustentabilidade aplicáveis ao objeto, incluindo, quando couber, gestão adequada de resíduos e boas práticas ambientais relacionadas à execução do serviço.

14. EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO CONTRATO

14.1. O Contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

14.2. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pela comissão de fiscalização constituída, conforme ato de nomeação.

14.3. A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do Contrato não excluem ou atenuam a responsabilidade da CONTRATADA, nem a exime de manter fiscalização própria.

15. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1 O pagamento dar-se-á a proporção de execução do contrato conforme cronograma apresentado, sendo que os limites para estes pagamentos (à medida que as entregas forem feitas) são estabelecidos pelo quadro abaixo:

ETAPA	DESCRIÇÃO	VALOR %	FATURAMENTO	CONDIÇÃO
1	Configuração / Parametrização do sistema / Migração de Dados	40% do valor do item de implantação (Planilha)	Contra a comprovação de migração de todos os processos e cadastro de usuários	Laudos/evidências dos itens 4.7.3.1, 4.7.3.6, 4.7.3.7 e conclusão dos treinamentos (4.7.2).
2	Go Live (entrada em produção)	60% remanescente do item de implantação.	Quando o sistema entrar em produção.	Aceite formal de Go Live (cap. 15, nota).
3	Licenciamento mensal e suporte/sustentação	100% do valor mensal referente às licenças nomeadas contratadas (50) e ao suporte/sustentação previsto no Cap. 4.9, faturados em rubrica única, com início após o Go Live atestado pelo Gestor do Contrato.	Até o dia 25 do mês de referência	30 dias após o recebimento da Nota Fiscal
NOTA 1: O faturamento referente ao licenciamento somente poderá ser iniciado quando o sistema entrar em produção, fato que será atestado pelo gestor do contrato.				

15.2. O pagamento do item de implantação será fracionado: 40% na comprovação das entregas da Etapa 1 e 60% no Go Live (Etapa 2);

15.3. O faturamento mensal do licenciamento (SaaS) e do suporte/sustentação será consolidado em uma única Nota Fiscal mensal, emitida até o dia 25 do mês de referência, condicionada à medição/atesto do período pelo Gestor/Fiscais, conforme Cap. 10 e Cap. 4.9.

15.4. Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

15.5. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

16. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

16.1. O valor será fixo para o período inicial, porém poderá ser reajustado anualmente, mediante requerimento da CONTRATADA, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses contados da data da apresentação da proposta, pela variação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pelo IPEA, ou por aquele que vier a substituí-lo oficialmente.

16.2. Justificativa do índice: O reajuste em sentido estrito deve observar índice previsto no contrato que reflita a variação efetiva dos custos de produção relacionados ao objeto, sendo admitida a adoção de índices específicos ou setoriais. Considerando que o objeto compreende solução SaaS e serviços associados (implantação, suporte/sustentação e operação), adota-se o ICTI/IPEA por se tratar de índice setorial de custos de TI, concebido para capturar a evolução específica desses custos e reduzir distorções decorrentes do uso de índices gerais de inflação, que podem se afastar da dinâmica de preços do setor. Como referência de boa prática regulatória para contratações de serviços de TI, registra-se que, quando houver previsão de reajuste por índice de correção monetária, a IN SGD/ME nº 94/2022 estabelece a adoção do ICTI.

16.3. O reajuste será calculado segundo a seguinte fórmula geral, utilizando-se os valores do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI (IPEA) como índice específico (I e lo): $R = V \times (I - lo) / lo$

16.3.1. Onde: R: valor do reajustamento; V: valor do serviço a ser reajustado; lo: ICTI (IPEA) referente ao mês do recebimento das propostas; I: ICTI (IPEA) referente ao mês da execução dos serviços (mês de referência do reajuste).

16.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de 12 (doze) meses será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, independentemente do mês de divulgação/publicação do ICTI, observada a regra do item 16.1 quanto ao marco anual.

17. PROPRIEDADE, SIGILO E RESTRIÇÕES

17.1. Todas as informações, imagens e documentos a serem manuseados e utilizados são de propriedade do órgão, não podendo ser repassadas, copiadas, alteradas ou absorvidas pela CONTRATADA sem expressa autorização da PortosRio, de acordo com os termos constantes do Anexo I-B Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Confidencialidade, a ser firmado entre a CONTRATADA e seus empregados, disponibilizada cópia à PortosRio.

17.2. Será considerada ilícita a divulgação, o repasse ou a utilização indevida de informações, bem como de documentos, imagens, gravações e informações utilizados durante a prestação dos serviços.

17.3. Os profissionais da CONTRATADA que atuarão nos serviços previstos receberão acesso privativo e individualizado sobre as tarefas que lhe são confiadas, não podendo repassá-los a terceiros, sob pena de responder, criminal e judicialmente, pelos atos e fatos que venham a ocorrer, em decorrência deste ilícito.

17.4. A CONTRATADA deverá submeter-se às normas e políticas de segurança da PortosRio e assumir responsabilidade sobre todos os possíveis danos físicos e/ou materiais causados ao Órgão ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança.

17.5. A CONTRATADA deve comunicar formal e imediatamente ao representante da Gerência de Contencioso (GERCON) qualquer ponto de fragilidade percebido que exponha a confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações e do serviço.

17.6. As obrigações de confidencialidade e de proteção de dados pessoais previstas neste Termo não se limitam ao período de vigência contratual e permanecem enquanto houver dados pessoais sob guarda da CONTRATADA, nos termos da LGPD.

17.7. A CONTRATADA deverá garantir que seus prepostos e suboperadores assinem termos de confidencialidade e de compromisso de conformidade com a LGPD, mantendo registros para auditoria.

17.8. Propriedade intelectual dos artefatos desenvolvidos na execução. Serão de titularidade exclusiva da PortosRio todos os artefatos produzidos pela CONTRATADA especificamente para esta contratação, incluindo, sem limitação:

17.8.1. Integrações, conectores, mapeamentos, scripts, pipelines e demais componentes de software desenvolvidos para interoperabilidade com sistemas da PortosRio;

17.8.2. Artefatos de IA objeto dos itens 4.4 e 4.5, tais como modelos treinados ou ajustados (pesos/weights) com dados da PortosRio, dicionários/embeddings, prompts/templates, taxonomias, métricas e logs de inferência, bem como a documentação técnica e manuais correlatos. A cessão dos direitos patrimoniais sobre tais artefatos é total, gratuita (remunerada pelo preço contratual), por prazo indeterminado e em caráter irrevogável e irretratável, para todos os territórios, nos termos da legislação aplicável.

17.9. Background x Foreground IP. Permanecem de titularidade da CONTRATADA as tecnologias preexistentes e direitos de terceiros incorporados à solução (Background IP), incluindo o software padrão (SaaS) e modelos/ferramentas pré-existentes. Os artefatos desenvolvidos sob encomenda e específicos para atender ao objeto deste Termo (Foreground IP), conforme item 17.8, pertencem à PortosRio. A CONTRATADA compromete-se a não reutilizar o Foreground IP da PortosRio em outros clientes, admitida apenas a reutilização de know-how geral que não viole segredos, dados pessoais ou direitos da PortosRio;

17.9.1. A titularidade dos direitos patrimoniais e autorais dos artefatos desenvolvidos sob encomenda (Foreground IP) e específicos para esta contratação pertence à PortosRio, nos termos do art. 17, I, 'h', da IN SGD/ME nº 94/2022.

17.10. O presente Termo de Referência poderá ser ajustado formalmente para adequações pontuais, desde que preservado o objeto e as condições essenciais da contratação, mediante justificativa nos autos.

17.11. Licenças de terceiros e conformidade. Caso haja uso de componentes de terceiros (incluindo software livre), a CONTRATADA deverá identificar as licenças e assegurar compatibilidade com a cessão

prevista neste capítulo, sem impor restrições adicionais à PortosRio além daquelas intrínsecas às licenças declaradas.

17.12. Reversibilidade e continuidade. Em rescisão ou término, permanecem aplicáveis as obrigações de exportação/entrega dos artefatos e dados (itens 4.4.4.1 e 4.5.2), devendo a CONTRATADA prestar apoio técnico para transferência, sem custos adicionais, pelo período necessário à plena continuidade dos serviços pela PortosRio ou por terceiro.

ANEXO I-A

PROVA DE CONCEITO (PoC) – FUNCIONALIDADES BÁSICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2025

1. Requisitos Técnicos:

- a) Demonstrar o cadastro de usuários, incluindo a lotação do mesmo;
- b) Demonstrar o log de operações dos usuários;
- c) Demonstrar a geração e exportação de registros de acesso a aplicações (MCI), com carimbo de tempo, integridade/imutabilidade e filtros por usuário/IP/intervalo, conforme itens 4.3.4 e 4.5.3;
- d) Demonstrar o controle de acesso ao sistema;
- e) Demonstrar níveis de permissões por usuário;
- f) Demonstrar a estrutura hierárquica;
- g) Demonstrar gerador de relatórios nativo;
- h) Demonstrar a compatibilidade com os navegadores, Firefox, Chrome e Edge;
- i) Demonstrar a ferramenta para gerenciamento remoto das sessões ativas de usuários;
- j) Demonstrar a possibilidade de troca de senha pelo usuário;
- k) Demonstrar a validação automática do dígito verificador do CPF ou CNPJ;

2. Requisitos Funcionais Mínimos:

- a) Demonstrar que o sistema permite o cadastro de um ou mais usuários responsáveis pelo processo/ficha;
- b) Demonstrar que o sistema permite a alteração em massa/lote de um determinado responsável por diversos processos. Caso o sistema não possua essa função de forma nativa, a Contratada deverá executar essa ação, após a relação DE x PARA ser disponibilizada pela PortosRio;
- c) Demonstrar que o sistema permite o cadastro de tipos de andamentos (anotações) num processo/ficha, contendo lista com tipos de andamentos (ex. administrativo, judicial, etc.) e sub-tipos (ex. para o tipo judicial, deve permitir o cadastro de sub-tipos petição inicial, sentença; para tipo administrativo: solicitação de informações, e-mail, reunião, etc.);
- d) Demonstrar que o sistema permite a inclusão de comentários do tipo descrição (campo com texto livre), data de inclusão e log do usuário que incluiu, além da possibilidade de anexar documentos vinculados a cada andamento específico, nos processos/fichas;
- e) Demonstrar que o sistema permite um conjunto de andamentos e de comentários formar o histórico daquele processo/ficha;
- f) Demonstrar que o sistema permite a visualização dos andamentos em forma de lista, em uma ficha, devendo haver a possibilidade de sua visualização com filtros por tipo/ sub-tipo;
- g) Demonstrar que o sistema permite possuir um cadastro de status dos processos. Ex: Ativo, arquivado, etc...;
- h) Demonstrar que o sistema permite atribuir um status a um processo, bem como alterar esse status. É imperativo manter log dessa ação: data e usuário que incluiu/alterou o status. No histórico do processo, deverá ser exibido todo o histórico de alteração de status;
- i) Demonstrar uploads de arquivos conforme parametrização definida no item 4.10.10; a PoC deverá, no mínimo, contemplar .doc, .pdf, .xls e 1 formato adicional indicado pela fiscalização, respeitando o limite vigente à época do teste;
- j) Demonstrar que o sistema permite a visualização de todos os arquivos anexados em determinado processo, de forma contínua, respeitando a estrutura cronológica de inserção dos anexos;
- k) Demonstrar que o sistema permite o cadastro (inclusão, alteração e exclusão) de pessoas físicas e jurídicas, que poderão ser incluídas como parte de um processo.

3. Agenda/prazos/notificações:

- a) Demonstrar que o sistema possui painel de alertas, sincronizado com o calendário/agenda, de modo a permitir uma visualização global de alarmes. O gestor de uma equipe deve poder ver todos os alarmes, eventos e prazos apontados por ele ou por empregados a ele subordinados.

4. Relatórios:

- a) Demonstrar que o sistema permite a geração de relatórios, de forma que todos os campos das fichas/processos, inclusive andamentos, possam servir como filtro. Além disso, todos os campos das fichas/processos devem ser passíveis de inclusão no relatório;
- b) Demonstrar que o sistema permite que o relatório seja exportado no formato de planilha (XLS/XLSX/ODS).

5. Processos/fichas:

- a) Demonstrar que o sistema permite cadastro da numeração do CNJ e de outras numerações do processo.

6. Captura de Distribuições em Tribunais:

- a) Demonstrar que o sistema permite busca e captura automática de distribuição de novos processos judiciais, nos tribunais de todas as esferas do Judiciário, via integração com ferramentas de mercado ou mecanismos próprios.

7. Captura de Andamentos Processuais em Tribunais:

- a) A licitante deverá demonstrar que realiza a captura automática das informações e publicações com frequência, no mínimo, diária, incluindo mecanismos de auditoria e atualização.

8. Consulta de Captura de Andamentos:

- a) Demonstrar que o sistema possui tela de consulta para visualização dos andamentos capturados, com filtro por período e usuários/unidades responsáveis pela ficha/processo. O resultado da consulta deverá trazer, no mínimo, o número do processo, o tipo do andamento, as partes envolvidas, descrição do processo e o link para acessar a ficha do processo.

9. Integração com Sistemas PortosRio:

- a) A licitante deverá demonstrar o atendimento às integrações mínimas definidas neste TR: SEI (Camada A obrigatória; Camada B via API condicionada), SSA (StarSoft Applications) ou sistema corporativo sucessor, e-Social, e migração assistida do AJUS, com evidências auditáveis (logs, relatórios, trilha de auditoria e mecanismo de reproprocessamento/reconciliação). As integrações evolutivas/desejáveis poderão ser apresentadas como capacidade adicional, sem caráter eliminatório na PoC.
- b) A integração automatizada via API, quando aplicável, fica condicionada à disponibilidade de interface oficial e autorizações externas necessárias. A indisponibilidade dessa interface não impedirá o Go-Live desde que a Camada A (rastreamento no SEI) esteja operacional.

10. Cenário de capacidade (50 sessões):

- a) A licitante deverá demonstrar a capacidade de suporte a 50 (cinquenta) sessões simultâneas, mantendo desempenho adequado para as rotinas críticas, conforme requisitos de desempenho do item 4.2.1.

11. PROVA DE CONCEITO (PoC) – CENÁRIOS DE IA

11.1 Qualidade das previsões (dados anonimizados da PortosRio)

- a) Chance de perda e provisão sugerida: acerto mínimo de 70% na amostra testada.
- b) Classificação/extração (assuntos, partes, nº do processo, valores): acerto mínimo de 85% nas classes/entidades mais frequentes.

11.2 Tempo de resposta e carga

- a) Sem anexos grandes: com 50 (cinquenta) pessoas usando ao mesmo tempo, pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) das solicitações com até 25.000 tokens (aprox. 45.000 caracteres) devem ser respondidas em até 180 (cento e oitenta) segundos para classificação/extração de informações e em até 15 (quinze) segundos para resumo/perguntas, sem encerrar sessões.
- b) Com documentos muito grandes (ex.: 200 páginas ou arquivo acima de 50 megabytes): pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) das respostas devem sair em até 5 (cinco) minutos.
- c) A licitante deve mostrar as evidências (telas, arquivos e registros) desses tempos no relatório da Prova de Conceito.

11.3 Explicação do resultado

- a) Exibir fatores/trechos que sustentam cada predição, gravados na trilha de auditoria.

11.4 LGPD e segurança

- a) Minimização/anonimização de dados; sem retenção indevida por terceiros; logs de uso exportáveis (CSV/DOC/PDF/JSON).

11.5 Continuidade (fallback)

- a) Se a IA falhar, o fluxo segue por regra determinística, sem erro crítico.

11.6 Engate no processo

- a) Alterou chance de perda? Abre tarefa automática para revisar a provisão, com justificativa obrigatória e aprovação por alçada.

ANEXO I-B

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2025

1. INTRODUÇÃO

A presente análise tem por objetivo identificar e avaliar cenários para atendimento das demandas constantes do Documento de Oficialização da Demanda – DOD nº 5/2025/GERCON-PORTOSRIO/SUPJUR-PORTOSRIO/DIRPRE-PORTOSRIO, demonstrando a viabilidade técnica e econômica das alternativas e fornecendo os insumos necessários à instrução do processo de contratação/aquisição. O estudo observa as diretrizes da IN GERCOS 10.003 (eficiência, transparência, segurança e padronização nas aquisições de TIC), em alinhamento com a Lei nº 13.303/2016 e com a IN SGD/ME nº 94/2022 no que couber, visando à otimização da gestão contratual e à adequada formatação do Termo de Referência. Em consonância com o PDTIC, esta contratação contempla a iniciativa N21 – “Software Jurídico com predição de IA”, prevendo capacidades de classificação automática, estimativas de êxito/risco e priorização, bem como sugestões assistidas de peças/precedentes, sempre com explicabilidade, controle humano e governança de modelos.

Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) reúne os elementos técnicos necessários e suficientes para a contratação, no âmbito da PortosRio, de software jurídico corporativo, preferencialmente na modalidade SaaS, contemplando: (i) implantação e parametrização; (ii) integrações mínimas com SEI, PJe/e-SAJ e ERP; (iii) migração assistida de dados; (iv) treinamento e transferência de conhecimento; (v) suporte/sustentação com SLAs; (vi) observabilidade, segurança da informação e conformidade à LGPD; e (vii) mecanismos de portabilidade e reversibilidade dos dados. Em aderência ao PDTIC – N21 (“Software Jurídico com predição de IA”), o escopo prevê capacidades de IA preditiva (classificação, estimativas de êxito/risco e sugestões assistidas), com explicabilidade, controle humano e governança de modelos.

Diretriz e enquadramento. Em consonância com as diretrizes de computação em nuvem na Administração Pública e com a realidade operacional da PortosRio, este ETP adota, como hipótese preferencial, a contratação de software jurídico corporativo na modalidade SaaS, decisão que será fundamentada na comparação de alternativas, no TCO e na análise de riscos, sem prejuízo da competitividade. A demanda atende à crescente complexidade das atividades jurídicas e à necessidade de eficiência, controle e transparência na gestão de processos, alinhada ao Planejamento Estratégico da PortosRio e às boas práticas de Governo Digital, observando os arts. 2º, XI, e 11 da IN SGD/ME nº 94/2022, a Lei nº 13.303/2016 e o Regulamento Interno (IN GECOMP).

2. DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES E REQUISITOS

2.1 ESCOPO FUNCIONAL (SÍNTESE DAS NECESSIDADES DE NEGÓCIO)

Organizar **grande volume de processos** judiciais/administrativos, com **rastreabilidade** de atos e partes.

Controle automatizado de prazos e compromissos, com alertas e redistribuição.

Produção padronizada de peças/pareceres, com modelos dinâmicos e banco de cláusulas.

Relatórios e painéis gerenciais (jurimetria básica), indicadores de produtividade e risco.

Integração com **SEI, RHBenner, eproc, PJe/e-SAJ e ERP**.

Segurança da informação, LGPD, auditoria (trilhas imutáveis), e **acessibilidade**.

O modelo de contratação **preferencial** é **SaaS**; as opções técnicas e TCO que sustentam essa diretriz estão tratadas em seções próprias do ETP.

2.2 REQUISITOS FUNCIONAIS (RF)

RF-01 Gestão processual unificada

Descrição: cadastro/consulta de processos judiciais e administrativos, partes, unidades, assuntos, fases e andamentos.

Obrigatório: vincular documentos, prazos, tarefas, responsáveis e histórico completo de alterações.

RF-02 Prazos, agenda e alertas

Descrição: cálculo automático de prazos (configurável por rito), agenda por usuário/equipe, avisos multicanal.

Parâmetros: feriados nacionais, janelas críticas (**sexta-feira e segunda-feira**), regras internas (**processos estratégicos**).

RF-03 Modelos e automação de documentos

Descrição: repositório de modelos com campos variáveis, mescla de dados do processo e assinatura digital.

Exigências: numeração/rodapé oficiais, controle de versões, revisão/aprovação por fluxo.

RF-04 Captura automática de andamentos/peças (Judiciário)

Descrição: captura de andamentos, intimações e peças dos tribunais (eproc/PJe/e-SAJ) e vinculação automática.

RF-05 Integração com SEI

Descrição: criar, tramitar e anexar documentos no **SEI** a partir do software jurídico, com retorno de metadados e link profundo.

RF-06 Integração com RHBenner e ERP

Descrição: sincronizar centros de custo, fornecedores/partes, contratos e pagamentos (condenações/honorários/perícias).

RF-07 Jurimetria básica e relatórios

Descrição: dashboards de produtividade, taxas de êxito, valores envolvidos, SLA de prazos, bem como com o fim de implementação de contencioso preventivo, permitindo, dessa forma, a médio/longo prazo, postergar ou recusar demandas sabidamente julgadas procedentes em favor das partes contrárias.

RF-08 Gestão de perfis, papéis e alçadas

Descrição: perfis por função (advogado, apoio, gestor, fiscal, auditoria), segregação de funções e alçadas.

Matriz de papéis: “ver, editar e autorizar”.

RF-09 Portal/atendimento consultivo

Descrição: registro e gestão de demandas consultivas (pareceres), prazos internos e modelo de respostas.

RF-10 Mobilidade

Descrição: **PWA responsivo** com mesma cobertura funcional do desktop; **app nativo** opcional.

RF-11 IA Preditiva – Risco/êxito e priorização

Descrição: calcular, para cada processo/demanda, **probabilidade de êxito**, **risco operacional (perda de prazo)** e **prioridade de atendimento**.

UI: exibir **score** com **explicações** (fatores que mais pesaram) e **confiança**; permitir **aceitar/recusar**; registrar **feedback** do usuário.

RF-12 IA Preditiva – Sugestões de peças e precedentes

Descrição: sugerir **modelos/cláusulas** e **precedentes** com base no caso; preencher campos dinâmicos.

RF-13 Classificação automática e extração de entidades

Descrição: classificar assunto/rito e extrair **partes, valores, prazos** de documentos judiciais.

Observação:

Toda predição é **assistida por humano (human-in-the-loop)**; nenhuma ação crítica é automatizada sem confirmação.

2.3 REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS (RNF)

RNF-01 Desempenho

Métrica: **p95 < 3s** para consultas e **p95 < 5s** para relatórios (até 20 colunas/5 filtros) com **25 usuários simultâneos**.

RNF-02 Disponibilidade e Continuidade

SLA: disponibilidade mensal **≥ 99,9%**.

Continuidade: **RPO ≤ 8h | RTO ≤ 4h**, com **teste anual** e relatório.

RNF-03 Escalabilidade e capacidade

Capacidade inicial: **100.000 chamadas de API/mês**.

Elasticidade: crescimento **+20%** sem reengenharia.

RNF-04 Segurança da Informação e LGPD

Acesso: **SSO OIDC/SAML 2.0**, provisionamento **SCIM**, MFA.

Criptografia: TLS 1.2+ em trânsito; AES-256 at rest.

Privacidade: Apresentar Política de Privacidade de Dados e/ou Política de Proteção de Dados tratados, ou documento equivalente, indicando, obrigatoriamente, a base legal usada nos tratamentos de dados realizados pela empresa, e fonte dos dados tratados.

RNF-05 Auditoria e trilhas imutáveis

Logs: carimbo de tempo confiável (**RFC 3161**), retenção **≥ 5 anos**, **WORM** ou hash encadeado verificável.

RNF-06 Acessibilidade

Padrão: **WCAG 2.1 AA** (sem referências obsoletas).

RNF-07 Interoperabilidade e Portabilidade

APIs REST com **OpenAPI 3.x** e **webhooks**; import/export em **CSV, JSON e XML**.

Reversibilidade: exportação integral de dados/arquivos e esquemas, sem custo adicional.

RNF-08 Observabilidade e suporte

Telemetria: **OpenTelemetry**, métricas de app/infra, traços e alertas.

Suporte/métricas: catálogo de serviço; **volumetria estimada/mês:** Crítica 2 | Alta 8 | Média 20 | Baixa 3

RNF-09 Conformidades e certificações

Requisitos: conformidade **LGPD, PSI PortosRio**, e (quando aplicável) **ISO/IEC 27001 / 27701** (ou equivalentes).

Residência de dados: **Brasil**.

RNF-10 Sustentabilidade do datacenter

Indicador: **≥ 80% energia renovável**; inventário de emissões **ISO 14064** (ou atestado independente)

RNF-11 Compatibilidade/ambiente cliente

Navegadores: últimas 2 versões de Chrome/Edge/Firefox; **PWA** funcional em Android/iOS.

RNF-12 IA – Explicabilidade e governança

Exibir **explicações** (fatores relevantes) e **confiabilidade** do score; manter **log** de **modelo/versão**, **dados de entrada**, **data/hora** e **decisão do usuário**.

RNF-13 IA – Privacidade e uso de dados

Dados da PortosRio não poderão treinar modelos externos do fornecedor sem **anuência expressa (xxx)**; exigir **anônimo/pseudonimizado** quando couber.

RNF-14 IA – Desempenho de inferência

Latência p95 ≤ 2 s por predição (on-line) para risco/priorização; **batch noturno** para rotinas pesadas.

RNF-15 IA – MLOps e qualidade contínua

Monitorar drift de dados/modelo; **revalidação** em **15** meses; **versionamento** e **rollback**.

2.4 RESTRIÇÕES TÉCNICAS E PADRÕES

Sem dependência de “robôs” frágeis para tribunais: preferir **APIs/Webhooks** oficiais; quando ausentes, acordar **mecanismos robustos** com reprocessamento e monitoria.

Sem lock-in: proibir formatos proprietários não documentados e exigir **reversibilidade** (RNF-07).

2.5 IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES TECNOLÓGICAS.

Arquitetura: solução SaaS multi-tenant, hospedada em nuvem pública certificada (Datacenter Tier III ou superior, com residência de dados no Brasil), permitindo elasticidade horizontal e atualizações contínuas sem downtime;

Interoperabilidade: APIs RESTful e suporte a webservices SOAP para integrações internas (SEI, sistema de protocolo, ERP) e externas (tribunais). Formatos de exportação: TXT, CSV, XML, ODF, DOC e PDF;

Padrões e compliance: aderência às normas LGPD (Lei nº 13.709/2018) para tratamento de dados pessoais, ABNT ISO/IEC 27001 para SGSI e ITIL v4 para processos de suporte;

Escalabilidade: Suportar aumento para até 50 usuários simultâneos sem necessidade de reconstrução de infraestrutura;

Monitoramento: métricas (CPU, memória, latency) expostas via endpoint Prometheus ou equivalente; alertas via webhook.

Funcionais:

Cadastro e gestão de processos judiciais e administrativos;

Integração com sistemas externos;

Controle de prazos processuais com alertas;

Geração e gestão de documentos padronizados;

Relatórios e dashboards gerenciais;

Controle de tarefas e fluxos de trabalho;

Módulo de contratos e pareceres jurídicos.

	Funcionalidade adicional Necessaria	Benefício principal
1	Jurimetria / análise preditiva de resultados processuais (probabilidade de êxito, faixas de condenação)	Suporta decisões estratégicas e estimativa de provisões contábeis
2	Gestão de despesas processuais (custas, taxas, honorários de sucumbência) com centro de custos	Visibilidade de gastos e apoio à contabilidade
3	Integração nativa com o SEI (consulta de processos, anexação automática de peças)	Evita retrabalho e garante unicidade do acervo

	Funcionalidade adicional Necessaria	Benefício principal
		documental
4	Agenda de audiências, sustentações orais e diligências com geolocalização e alertas	Otimiza logística e reduz riscos de perda de prazos presenciais
5	Módulo de intimações/citações eletrônicas (Diários Oficiais, ePROC, Portal E-Notas)	Centraliza recebimento, distribui automaticamente à equipe
6	Automação de classificação de peças por IA (OCR + NLP)	Reduz tempo de cadastro e minimiza erros humanos
7	Portal externo de autos digitais para consulta por procuradores externos e testemunhas	Melhora transparência e reduz solicitações manuais
8	Aplicativo móvel Aplicativos Android e iOS ou PWA responsivo com mesma cobertura funcional	Mobilidade para gestores e advogados em campo

2.6 Não Funcionais:

Acesso via web;

Interface amigável (SUS ≥ 70 ; taxa de sucesso de tarefas $\geq 90\%$; atalhos e acessibilidade conforme WCAG 2.1 AA);

Suporte técnico nacional (SLA detalhado: janelas de atendimento, **tempos de resposta/solução por criticidade**, canais (portal/chat/telefone), e **24x7 para incidentes críticos**);

Backup automático (**RPO/RTO**: ex. RPO $\leq 8h$ | RTO $\leq 4h$; teste anual e relatório (vide RNF-02);

Criptografia em trânsito e repouso.

Categoria	Requisito sugerido	Benefício / razão de inclusão
Desempenho	Tempo de resposta < 3 s em 95 % das requisições (pico de 50 usuários/hora)	Mantém produtividade da equipe e experiência positiva
Disponibilidade	Disponibilidade $\geq 99,9\%$ /mês, medido por ferramenta independente; relatórios mensais e pós-incidente	Garante continuidade do serviço jurídico
Escalabilidade	Capacidade de expansão para 50 usuários simultâneos sem alterações contratuais	Acomoda crescimento de demanda futura
Acessibilidade	Conformidade WCAG 2.1 nível AA	Atende políticas de inclusão
Conformidade LGPD	Registro de bases legais, anonimização, relatório de impacto	Mitiga riscos de sanções pela ANPD
Logs & Auditoria	Trilhas detalhadas, carimbo de tempo, retenção ≥ 5 anos, obrigatório OpenTelemetry , trilha imutável e exportação.	Suporte a auditorias internas/externas (TCU, CGU)
Integração de Autenticação	SSO via SAML 2.0 e/ou OIDC; provisionamento por SCIM; MFA obrigatório	Facilidade de gestão de usuários e senhas
Portabilidade de Dados	Exportação completa em formatos abertos (CSV, XML, JSON)	Facilita eventual migração ou fiscalização
Documentação Técnica	Manuais de usuário/adm em PT-BR, atualizados a cada release	Reduz curva de aprendizado e dependência do fornecedor
Monitoramento	Dashboard de saúde (CPU, memória, latência) + alertas Webhook/SMTP	Resposta proativa a incidentes
Desastre & Continuidade	Plano de DR com RPO ≤ 24 h e RTO ≤ 4 h, testes anuais comprovados	Restauração rápida após falhas graves
Manutenibilidade	Ciclo de releases ≤ 90 dias, com changelog publicado	Evolução contínua e previsível da solução

DEMAIS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO DE TIC

Dimensão	Requisito mínimo (exemplo)	Por que é necessário? / Base normativa
Negócio	<i>Aderência a 100 % dos macroprocessos da Gerência Jurídica (contencioso, consultivo e contratos).</i>	Garante que a solução de TI suporte as rotinas-fim da unidade.
Interoperabilidade	<i>APIs REST (OpenAPI 3.x) ou SOAP, documentação Swagger/OpenAPI; leitura/gravação em SEI, PJe, e-SAJ.</i>	Evita ilhas de informação. Lei 13.303/2016
Segurança da Informação	<i>Conformidade LGPD; criptografia AES-256; MFA; logs imutáveis (RFC 3161).</i>	Atende à LGPD (Lei 13.709/2018) e ao Decreto 10.222/2020 (E-Ciber).
Privacidade / Sigilo	<i>Perfis de acesso granulares, trilhas de auditoria e</i>	Protege dados de

Dimensão	Requisito mínimo (exemplo)	Por que é necessário? / Base normativa
	<i>anonimização de dados sensíveis.</i>	processos sigilosos e informações pessoais.
Suporte e Manutenção	<i>SLA MTTR ≤ 4 h; canal 8x5 em português; releases a cada 90 d.</i>	Garante continuidade e evolução prevista no PDTIC.
Garantia de Serviço	<i>Multas progressivas por SLA não cumprido; plano de DR testado anualmente.</i>	Mecanismo de mitigação de risco contratual (Lei 14.133, art. 104).
Licenciamento / Modelo comercial	<i>SaaS com cobrança mensal por usuário — livre de CAPEX e lock-in contratual (rescisão sem ônus após 12 m).</i>	Viabiliza custo previsível e alinhado ao orçamento anual.
Escalabilidade	<i>Elástico até 50 usuários simultâneos sem novo investimento.</i>	Atende crescimento orgânico do órgão nos próximos 5 anos.
Sustentabilidade	<i>Datacenter ≥ 80 % energia renovável; medição da pegada de carbono (ISO 14064).</i>	Cumprimento Guia AGU de Contratações Sustentáveis (2023). Lei 13.303/2016
Acessibilidade	<i>Interface WCAG 2.1 nível AA; atalho para leitor de tela.</i>	Observa a IN 4/2012 – SLTI.
Portabilidade de dados	<i>Exportação completa em CSV/XML/JSON assinados digitalmente.</i>	Evita dependência do fornecedor (art. 42, II, Lei 14.133).
Monitoramento	<i>Métricas expostas via Prometheus; dashboards e alertas Webhook/SMTP. Integração com SIEM, SLOs e relatórios de SLA via API.</i>	Permite gestão proativa de incidentes e relatórios de nível de serviço.
Conformidade normativa	<i>Declaração de aderência a ITIL v4, ISO 27001, e-MAG (acessibilidade).</i>	Demonstra boas práticas e integra padrões de governo digital.
Auditoria & Evidências	<i>Relatórios de evidências de execução de SLAs disponíveis via API.</i>	Subsidiar fiscal do contrato e controle interno/TCU.

3. ESTIMATIVA DA DEMANDA – QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS

3.1 ESCOPO E UNIDADES DE MEDIÇÃO

Esta seção registra **apenas quantidades** (sem preços), com memória de cálculo e fontes. Unidades adotadas:

Usuários (50 unid.) e **simultaneidade** (25 unid.);

Integrações (7 unid.) e **chamadas de API** (100.000 mil cham./mês);

Documentos/mês (mil unid.), **tamanho médio** (MB) e **armazenamento** (GB);

Treinamento (turma x horas); **Suporte** (chamados/mês por severidade);

Migração (mil registros/arquivos) e **Ambientes** (unid.).

3.2 FONTES E PERÍODO DE REFERÊNCIA

Relatórios/planilhas da área jurídica (período analisado: **2021 a 2025**).

Exportações do sistema atual/SEI (bases, contagens, amostragens): **8.000 Processos**.
 Amostragens de tamanho de arquivos (método e amostra): **Coleta Simples 20 gb**.
 Eventuais lacunas foram tratadas por amostragem/estimativa e registradas na memória de cálculo (item 3.8).

3.3 PREMISSAS E RESTRIÇÕES (NUMÉRICAS)

Crescimento médio de processos/documentos: **crescimento histórico médio**(fonte: **SEI**).
 Política de retenção: **5 anos**; tamanho médio por documento: **5 MB**.
 Picos operacionais (fechamentos/prazos): **30.000/ ano**.
 Ambientes previstos: **produção (1), homologação (1) e treinamento (1)**.
 Limites externos (ex.: throughput/taxa de APIs de tribunais): **100.000 operações / Mês**.

3.4 MÉTODO E FÓRMULAS (SEM PREÇO)

Abordagem **bottom-up** por direcionadores (usuários, processos, documentos, integrações) e três cenários (**Conservador / Provável / Expansão +20%**).
Armazenamento mensal (GB) = (documentos_mês x tamanho_médio_MB) ÷ 1024
Armazenamento total (GB) = armazenamento_mensal x 12 x anos_retenção x 1,3 (30% para índices/versões)
Chamadas de API/mês = eventos_diários x 30 x nº de integrações

3.5 QUANTIDADES POR CATEGORIA (CENÁRIOS)

Parâmetros consolidados: 50 usuários nomeados, 25 simultâneos (base de desempenho), **3 integrações mínimas** (SEI, PJe/e-SAJ, ERP), **100.000 chamadas de API/mês** (capacidade inicial).

Categoria	Unidade	Conservador	Provável	Expansão (+20%)	Observações (base/método)
Usuários nomeados (perfis)	usuário	50	50	60	Jurídico, apoio, gestor, fiscal
Pico simultâneo	usuário	20	25	30	Picos operacionais
Integrações mínimas (SEI, PJe/e-SAJ, ERP)	integração	3	3	4	APIs OpenAPI 3.x + webhooks
Chamadas de API	mil cham./mês	80	100	120	Eventos de andamentos/intimações
Documentos/mês	mil unid.	1	1,3	1,5	Média histórica / exportações
Tamanho médio por documento	MB	5 mb	7,5 mb	—	Amostragem
Armazenamento total	GB	15 gb	20 gb	24 gb	Fórmulas 3.4 + retenção
Treinamento – usuários	turma x h	2 x 4h	3 x 4h	4 x 4h	Por perfil
Treinamento – gestores	turma x h	1 x 4h	1 x 4h	1 x 4h	—
Treinamento – fiscais	turma x h	1 x 3h	1 x 3h	1 x 3h	—
Suporte – Crítica (24x7)	chamados/mês	1	2	3	Benchmark/histórico
Suporte – Alta	chamados/mês	6	8	10	—
Suporte – Média	chamados/mês	15	20	24	—
Suporte – Baixa	chamados/mês	25	30	36	—
Migração – processos	mil registros	7	8	—	Inventário legado
Migração – documentos	mil arquivos	5	7	—	Amostra de tamanho médio
Ambientes (hml/treino)	ambiente	2	2	—	Homologação + Treinamento
PoC (quando prevista)	dias	7	10	—	10 casos + 2 integrações mínimas
Predições – risco/êxito	mil predições/mês	0,7	0,9	1,1	Gatilhos (eventos/novos andamentos)
Sugestões de peças/precedentes	mil sugestões/mês	0,8	1	1,2	Ações de usuário

3.6 INCERTEZAS E RISCOS DE ESTIMATIVA

Sazonalidade de documentos/prazos → coberta pela faixa **+20%** e **revisão trimestral**.
Limites de APIs de terceiros → mitigar com **filas/buffer** e **acordo de taxa**.

Crescimento acima do previsto → **monitoria trimestral** e **replanejamento semestral**.
Indicar **nível de confiança** por categoria (alto/médio/baixo).

3.7 RESULTADO CONSOLIDADO (SÍNTESE)

Com base nas fontes (3.2), premissas (3.3) e método (3.4), estima-se, para o cenário **Provável**, **50 usuários nomeados** (pico de **25 simultâneos**), **5 integrações mínimas** (SEI, RHBanner, eproc, PJe/e-SAJ e ERP), **100 mil chamadas de API/mês**, produção de **1 mil documentos/mês** (tamanho médio **5 MB**) e **20 GB** de armazenamento total considerando **5 anos** de retenção. Estimam-se **3 turmas de usuários (4h)**, **1 de gestores (4h)** e **1 de fiscais (3h)**, além de **60 chamados/mês** de suporte distribuídos por severidade. Quando prevista, a **PoC** terá **10 dias úteis**, com **10 casos de teste** e **2 integrações mínimas**.

3.8 MEMÓRIA DE CÁLCULO E EVIDÊNCIAS

Planilhas/exports do sistema atual (bases, contagens, amostragens): **18**.
Atas/entrevistas com áreas usuárias (instrumentos de coleta): **Entrevista**.
Logs/eventos que embasam o volume de chamadas de API: **logs busca no JSON**.
Política de retenção e amostra de tamanhos de arquivos: **solicitação Edital**.
Quadro de rastreabilidade: variável → fonte → fórmula → resultado.

3.9 OBSERVAÇÕES DE COERÊNCIA COM AS SEÇÕES 1–2:

Base de desempenho: **25 usuários simultâneos**; metas além disso tratadas via capacidade (RNF de escalabilidade).
Continuidade (quando referenciada): **RPO ≤ 8h / RTO ≤ 4h** (padronizado no documento).
Interoperabilidade/portabilidade: **CSV/JSON/XML** para dados; **PDF/DOCX/ODF** para relatórios/peças.

4. ANÁLISE DE SOLUÇÕES

4.1 ALTERNATIVAS CONSIDERADAS

S1. Software jurídico corporativo, modalidade SaaS (Avaliada como opção viável), justifica-se por:

Solução entregue como **serviço** (multi-tenant ou single-tenant gerenciado), com **atualizações contínuas**, **integrações nativas/estáveis** com **SEI, PJe/e-SAJ** e **ERP**, e catálogo completo de serviços (**implantar, migrar, treinar, sustentar**).

IA preditiva (N21): módulo nativo ou **add-on** do próprio fornecedor (classificação, risco/êxito, priorização, sugestões de peças/precedentes), com **explicabilidade, MLOps** e **governança**.

Atende atividade-meio com **OPEX previsível** e **menor TCO em 36 meses**, mantendo **RPO ≤ 8h / RTO ≤ 4h**, **p95 < 3 s / 5 s**, **WCAG 2.1 AA** e **portabilidade CSV/JSON/XML.S1.a (variação)**. “SaaS single-tenant” em **IaaS** do fornecedor.

S2. Software genérico com adaptação para Administração Pública (avaliada e eliminada), motivos:

Risco elevado de customização excessiva e “lock-in tecnológico”, soluções genéricas do mercado privado não foram originalmente desenhadas para a realidade da Administração Pública (integrações oficiais, controle de prazos legais, rastreabilidade e regras de auditoria). A necessidade de customizar amplamente essas plataformas para atender normas públicas (como LGPD, auditoria, SSO, SEI e PJe) gera:

- dependência permanente do fornecedor (lock-in);
- alto custo de manutenção;
- dificuldade de atualização, pois cada versão nova exigiria reaplicar as customizações.

Incompatibilidade técnica e riscos de integração, soluções genéricas normalmente não possuem APIs estáveis ou certificações para integrar com sistemas públicos como SEI, PJe/e-SAJ e ERP governamental. Isso implicaria:

- necessidade de desenvolver conectores sob medida (maior tempo e custo de implantação);
- risco de falhas recorrentes nas integrações a cada atualização;
- perda de rastreabilidade e confiabilidade jurídica nas comunicações.

Ausência de aderência regulatória e de governança pública, soluções comerciais genéricas não atendem integralmente as exigências de segurança, transparência e acessibilidade aplicáveis ao setor público, tais como:

- auditoria e trilha de logs imutáveis (art. 37 da CF e Lei 13.303/2016);
- acessibilidade digital conforme WCAG 2.1 AA;
- controle de acesso granular por função pública (gestor, fiscal, advogado, auditoria);
- portabilidade dos dados conforme a IN SGD/ME 94/2022 e a LGPD.

S3. Desenvolvimento interno (in-house) pela SUPTIN (avaliada e eliminada) = motivos:

Diante do **efetivo crítico** da SUPTIN e da necessidade de **capacidade contínua** para evoluções e segurança, a alternativa é **inviável** técnica e gerencialmente (risco de **continuidade, prazo e segurança**). Risco elevado de descontinuidade, obsolescência e perda de governança, soluções desenvolvidas internamente dependem diretamente da manutenção do conhecimento técnico da equipe. Em caso de rotatividade de pessoal, aposentadorias ou afastamentos, há risco de interrupção do suporte e de paralisação evolutiva do sistema.

Custo e risco de manutenção superiores ao modelo SaaS. Embora o desenvolvimento interno pareça, à primeira vista, mais econômico, o custo total (TCO) seria mais alto ao longo de 36 meses. Seria necessário contratar novos profissionais especializados, adquirir infraestrutura adicional (servidores, licenças, backups, segurança) e manter o ambiente 24x7 sob responsabilidade da PortosRio.

Observação:

Quando ofertada **instalação dedicada (SaaS single-tenant)**, tratar como **S1.a** (variação da S1), mantendo os **mesmos requisitos** e avaliando **apenas** o impacto **econômico/operacional**.

4.2 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E PESOS (MULTICRITÉRIO) PARA POC

Critério	Descrição	Peso ()	Evidência
Aderência funcional	Cobertura dos RF (processos, prazos, modelos, integrações, IA N21)	5	Roteiros/PoC
RNF essenciais	Desempenho (p95 < 3/5 s), RPO ≤ 8h / RTO ≤ 4h , WCAG 2.1 AA , segurança/LGPD, portabilidade CSV/JSON/XML	5	Laudos e relatórios
IA preditiva (N21)	Qualidade (AUC/F1), explicabilidade , MLOps (drift/versões), latência de inferência	4	Validação técnica
Risco de implantação/ operação	Complexidade, dependências, maturidade no setor público, lock-in	4	Matriz 4.4
Prazo de entrega	Tempo para implantar, integrar, migrar e treinar	3	Cronograma 30 dias
TCO 36m	Assinatura/serviço + NRE + variáveis + horas internas	1	Anexo IV-A
Governança/ mensuração	SLA, relatórios, auditoria e transparência	3	Catálogo/SLAs
Sustentabilidade	Datacenter ≥ 80% renovável , inventário ISO 14064 (ou atestado)	2	Evidências xxx

4.3 COMPARATIVO TÉCNICO QUALITATIVO (SÍNTESE)

Aspecto	S1 – Software SaaS setorial	S2 – Genérico adaptado	S3 – In-house SUPTIN
Aderência funcional	Alta (domínio público + integrações nativas)	Média/baixa (customização extensa)	Variável (tudo a construir)
RNF (desempenho/DR/LGPD/WCAG)	Alta (capacidades prontas e auditáveis)	Irregular (lacunas frequentes)	Risco alto (capacidade indisponível)
IA preditiva (N21)	Nativa/add-on , explicável, com MLOps	Customização cara e incerta	Elevada complexidade e custeio permanente

Aspecto	S1 – Software SaaS setorial	S2 – Genérico adaptado	S3 – In-house SUPTIN
Prazo de implantação	Rápido (PoC → implantação faseada)	Longo (projeto de adaptação)	Muito longo (construção completa)
Risco operacional	Baixo/moderado	Alto (quebras a cada mudança externa)	Muito alto (continuidade/turnover)
Reversibilidade/portabilidade	CSV/JSON/XML, OpenAPI, webhooks	Incerta (formatos proprietários)	Depende do desenho
TCO 36 meses	Menor	Maior (customização + manutenção)	Maior (equipe + infra)

4.4 MATRIZ DE RISCOS POR ALTERNATIVA (EXCERTOS)

Escala: Probabilidade (P) = Baixa/Média/Alta; Impacto (I) = Baixo/Médio/Alto.

Risco	S1	S2	S3	Tratamento/Mitigação
Integrações com Judiciário (mudanças)	P:M / I:M	P:A / I:A	P:M / I:A	S1: APIs/webhooks , hml e SLA de ajuste; S2: reduzir “robôs”; S3: time dedicado (inexistente)
Conformidade LGPD/auditoria	P:B / I:A	P:M / I:A	P:M / I:A	S1: DPA , logs imutáveis (WORM/RFC 3161), DPIA ; S2/S3: projeto específico
Continuidade (RPO/RTO)	P:B / I:A	P:M / I:A	P:M / I:A	S1: DR testado anual; S2: investimento extra; S3: risco estrutural
IA – qualidade e drift	P:M / I:M	P:A / I:M	P:A / I:A	S1: MLOps (monitorar drift, revalidar Projeto); S2: alto custo p/ calibrar; S3: operação contínua complexa
Lock-in tecnológico	P:M / I:M	P:A / I:A	P:M / I:M	Exigir reversibilidade , exportações integrais , escrow de esquemas
Prazo de implantação	P:B / I:M	P:A / I:A	P:A / I:A	S1: PoC + plano de corte; S2/S3: marcos rígidos (risco elevado)

4.5 JUSTIFICATIVAS DETALHADAS POR ALTERNATIVA

S1 – SaaS Jurídico Setorial (preferencial)

Aderência funcional: gestão processual, prazos automáticos, modelos/peças, **jurimetria**, integrações com **SEI/PJe/e-SAJ/ERP**.

IA preditiva (N21): classificação e **predição de risco/êxito/priorização**, **sugestão de peças/precedentes**, extração de entidades; **explicabilidade** e **controle humano** (human-in-the-loop).

RNF: $p95 < 3 \text{ s} / 5 \text{ s}$, $RPO \leq 8 \text{ h} / RTO \leq 4 \text{ h}$, **WCAG 2.1 AA**, **SSO** **OIDC/SAML + SCIM**, logs **imutáveis**, **CSV/JSON/XML**.

Operação e TCO: **OPEX previsível**; atualizações inclusas; **menor TCO 36m**.

Condição de aceitação (PoC): **10 dias úteis**, **10 casos** (prazos, peças, captura de andamentos, **IA preditiva**), **2 integrações mínimas** (SEI e PJe). **Metas:** **AUC $\geq 0,75$** (êxito) e **F1 $\geq 0,70$** (risco de atraso) em backtest com **xxx** casos; latência de inferência **$p95 \leq 2 \text{ s}$** .

S2 – Software Genérico com Adaptação (eliminada)

Motivo: **customizações extensas** (integrações oficiais, auditoria/imutabilidade, LGPD, **IA explicável**), com **escopo elástico**, **lock-in** e **prazo/custo** incompatíveis.

Risco: quebra a cada alteração externa (tribunais); perda de ciclo de atualização do produto (fork).

Conclusão: **não vantajosa** em aderência, risco e TCO.

S3 – Desenvolvimento Interno (eliminada)

Motivo: **capacidade institucional insuficiente** (SUPTIN) e alta complexidade para manter **produto + integrações + IA/MLOps + DevSecOps + suporte**.

Risco: continuidade/segurança; prazos elásticos; custo de ciclo de vida superior.

Conclusão: **não viável** técnica e gerencialmente.

Diretrizes para pesquisa de preços e TCO (36 meses)

Âmbito da estimativa formal (Anexo IV-A): **S1 (preferencial)** apenas. S2/S3 ficam no **comparativo qualitativo** e, quando oportuno, em **ordens de grandeza**.

Modelo de medição (S1): usuário nomeado (50 base) + **excedentes**; API por faixas (100k base; excedentes 20k); **armazenamento** (base 20 GB; excedente R\$/GB); **NRE** (implantação, integrações mínimas, migração, treinamento).

IA (linhas adicionais): licença/add-on IA, **predições on-line** por mil eventos (se tarifado), **curadoria inicial (NRE)**, **MLOps/monitoramento** (mensal).

Sensibilidade: cenários **Conservador / Provável / +20%**, conforme Seção 3.

Reversibilidade e saída (incluindo artefatos de IA)

Portabilidade integral: CSV/JSON/XML, OpenAPI, webhooks, documentação de mapeamento de campos.

IA: exportar versões de modelos, esquemas de features, métricas (AUC/F1, drift) e logs de inferência associados.

Prazos/custos: execução sem custo adicional em até 7 dias da solicitação; descarte seguro conforme Projeto (LGPD/política interna) com evidências de auditoria.

Conclusão da análise

Conforme dispõe a IN GERCOS nº 10.003, item 5.3.6.2, inciso II, alínea “b”, foi realizada verificação quanto à existência de soluções de software público, gratuito ou de código aberto que pudessem atender às necessidades da PortosRio. A busca incluiu repositórios oficiais como o Portal do Software Público Brasileiro (<https://softwarepublico.gov.br>), GitHub, além de experiências anteriores no âmbito da Administração Pública. Constatou-se, entretanto, que não há soluções com grau de maturidade, suporte, segurança, funcionalidades específicas e integração nativa com SEI, PJe/e-SAJ e ERPs corporativos compatíveis com as necessidades da SUPJUR. Deste modo, a opção por solução de mercado especializada (SaaS jurídico corporativo) permanece como a alternativa mais adequada e viável.

À luz dos critérios técnicos, do requisito adicional **N21 (predição de IA)**, dos riscos e do **TCO em ciclo de vida**, a alternativa **S1 – SaaS jurídico setorial** permanece **recomendada** por apresentar **maior aderência, capacidade nativa de IA com governança, menor risco e vantajosidade econômica**. As alternativas **S2** e **S3** seguem **eliminadas** pelos fundamentos expostos.

5. REGISTRO DE SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS

5.1 SÍNTESE DA AVALIAÇÃO

Com base nas Seções 2 (necessidades e requisitos) e 3 (estimativas de demanda), e na Seção 4 (análise comparativa), a alternativa **S1 – SaaS jurídico setorial** apresentou **maior aderência funcional, melhor atendimento aos requisitos não funcionais** (desempenho, continuidade, segurança/LGPD, acessibilidade, interoperabilidade) e **menor risco operacional**, quando comparada às alternativas **S2 – genérico adaptado** e **S3 – desenvolvimento interno**.

VANTAJOSIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA (CICLO DE VIDA)

Aderência imediata aos RF críticos (gestão processual, prazos automáticos, modelos de peças, jurimetria básica) e às integrações **SEI, PJe/e-SAJ** e **ERP** via **APIs/OpenAPI 3.x** e **webhooks**.

Desempenho em linha com RNF: **p95 < 3s** (consultas) e **p95 < 5s** (relatórios), com **25 usuários simultâneos** (baseline).

Continuidade comprovável (**RPO ≤ 8h / RTO ≤ 4h**, teste anual e relatório).

Segurança & LGPD: **SSO OIDC/SAML, SCIM**, criptografia em trânsito e repouso; **logs imutáveis** (WORM/RFC 3161) e retenção **≥ 5 anos**.

Portabilidade e reversibilidade: exportação **CSV/JSON/XML** e documentação de esquemas; cláusulas de saída sem custo adicional.

TCO (36 meses): expectativa de **menor custo total** frente às alternativas rejeitadas, por eliminar customizações estruturais (S2) e equipe dedicada de desenvolvimento/sustentação (S3).

ALINHAMENTO NORMATIVO E DE GOVERNANÇA

Atende às diretrizes internas (IN GERCOS/IN GECOMP) e às políticas de **governo digital** (IN SGD/ME nº 94/2022 – arts. 2º, XI, e 11), mantendo a **Lei nº 13.303/2016** como base.

Coerência com instrumentos de governança (PDTIC, PTD, PSI e Política de Gestão de Riscos) e com os parâmetros técnicos já consolidados: **50 usuários nomeados, 25 simultâneos, 3 integrações mínimas, 100.000 chamadas API/mês.**

VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO E PRAZOS

PoC de 10 dias úteis com 10 casos de teste priorizando prazos, modelos e captura de andamentos, incluindo **2 integrações mínimas** (SEI e PJe). **Meta de êxito: 100 %** dos casos.

Implantação faseada (onboarding por equipe/unidade), **migração assistida** (inventário legado xxx), **treinamento: 3x usuários/4h, 1x gestores/4h, 1x fiscais/3h e trilha EAD.**

Go-live previsto: 30 dias (dependente de anuências e cronograma conjunto com a área requisitante).

RISCOS REMANESCENTES E MITIGAÇÃO

Integrações com o Judiciário (variação de endpoints): contrato com **SLA de ajuste** e monitoria; fallback com reprocessamento.

Crescimento de demanda (> +20%): elasticidade técnica e **precificação unitária** para excedentes (usuários/API/GB) já prevista.

Lock-in: cláusulas de **reversibilidade, escrow de esquemas e exportações integrais sem custo** em até **3 dias úteis.**

LGPD: formalização de **DPA** e, se aplicável, **DPO (Relatório de Impacto) – 1 dia.**

CONCLUSÃO

À luz dos critérios técnicos, dos riscos e da **vantajosidade em ciclo de vida**, recomenda-se a **adoção da solução SaaS jurídico setorial (S1)**, mantendo a competitividade do certame e a transparência do processo, conforme parâmetros das Seções 2 e 3 e análise da Seção 4. A decisão é **condicionada** à validação das pendências **da POC** e à consolidação do **TCO (36m)** na Seção 6/Anexo IV-A.

6. ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS (TCO)

6.1 ESCOPO DA SEÇÃO

Apresentar metodologia, premissas, componentes de custo, consolidação e comparação do Custo Total de Propriedade (TCO) em 36 meses, para as alternativas da Seção 4, com ênfase na S1 – SaaS jurídico setorial.

Observação importante (conforme Seção 4 e decisão técnica): a estimativa de preços formal (modelo Anexo IV-A / IN GECOMP) incidirá exclusivamente sobre a S1, objeto da contratação. Para S2/S3, mantêm-se comparação qualitativa e, quando útil, estimativas de ordem de grandeza (sem planilha formal), para fins de rastreabilidade da vantajosidade.

HORIZONTE, MOEDA E POLÍTICAS

Horizonte de análise (TCO): 36 meses (T0...T36).

Moeda/base: R\$ (real),

METODOLOGIA DE CÁLCULO

Modelo TCO = (Custos Recorrentes) + (Custos Não Recorrentes – NRE) + (Custos Variáveis por excedentes) + (Custos internos PortosRio).

Tratamento estatístico da pesquisa (S1): mediana por item (ou média aparada), com exclusão de outliers.

Critério de outlier: preço fora do $IQR \times 1,5$ ou desvio > $\pm 30\%$ da mediana preliminar → **justificar** exclusão na planilha.

Sensibilidade: cenários **Conservador / Provável / Expansão (+20%)** refletidos nas linhas que dependem de quantidade (ver Seção 3).

PREMISSAS QUANTITATIVAS (ALINHADAS À SEÇÃO 3)

Usuários nomeados: 50 (baseline).

Simultaneidade (base de desempenho): 25.

Integrações mínimas: 5 (SEI, PJe/e-SAJ, ERP, BENNER, e-Social).

Chamadas de API/mês (capacidade inicial): 100.000.

Treinamento: 3 turmas usuários (4h), 1 gestores (4h), 1 fiscais (3h).

Suporte/mês (volumetria): Crítica 2, Alta 8, Média 20, Baixa 30.

Documentos/mês: 1 mil; tamanho médio: 5 MB; retenção: 5 anos.

Migração (legado): 8 mil registros / 7 mil documentos.

COMPONENTES DE CUSTO POR ALTERNATIVA

S1 – SaaS jurídico setorial (preferencial)

Recorrentes (mensais/anualizáveis)

Assinatura por usuário nomeado (50 base) + excedentes por preço unitário.

Pacotes de API (base 100k/mês;

Armazenamento (base 20 GB; excedentes R\$/GB/mês).

Suporte/Sustentação com SLA por severidade (relatórios mensais).

Não Recorrentes (NRE)

Implantação/parametrização inicial.

Integrações mínimas (SEI, RHBenner, eproc, PJe/e-SAJ, ERP).

Migração de dados (processos/documentos) por volume **0 R\$.**

Treinamento (turmas x horas).

S2 – Genérico adaptado (eliminada; comparação qualitativa/OGE)

Licenças + customizações (módulos públicos).

Projeto de integrações (SEI, RHBenner, eproc, PJe/e-SAJ, ERP).

Manutenção evolutiva das customizações.

Eventual infra complementar.

Sobrecarga interna (homologação e sustentação).

Sem Anexo IV-A; manter valores de ordem de grandeza quando úteis à narrativa comparativa.

S3 – Desenvolvimento interno (eliminada; comparação qualitativa/OGE)

Equipe dedicada (produto, dev, QA, arq., DevSecOps, dados, suporte).

Ferramentas (CI/CD, observabilidade, segurança).

Infraestrutura (IaaS/PaaS, backup/DR).

Tempo de entrega (valor do atraso e risco de continuidade).

Sem Anexo IV-A; manter valores de ordem de grandeza e premissas.

QUADRO COMPARATIVO SINTÉTICO (S1 x S2 x S3) – OPEX

Aspecto	S1 – SaaS setorial (preferencial)	S2 – Genérico adaptado	S3 – In-house (SUPTIN)
Aderência funcional (domínio público)	Alta – cobertura nativa para setor público e jurídico	Média/baixa – depende de customizações extensas	Variável/baixa – tudo a construir
RNF essenciais (desempenho, RPO ≤ 8h / RTO ≤ 4h, WCAG 2.1 AA, segurança/LGPD)	Alta – capacidades prontas e auditáveis	Irregular – lacunas comuns e projetos paralelos	Risco alto – depende de equipe e maturidade interna
Integrações oficiais (SEI, PJe/e-SAJ, ERP)	Nativas/APIs + webhooks (homologação estável)	Geralmente não nativas ; projetos sob demanda; risco de “robôs”	Do zero (tempo e risco elevados)
IA preditiva – N21 (risco/êxito, priorização, sugestões)	Nativa/add-on com explicabilidade, MLOps e latência previsível	Customização cara e incerta ; pouca explicabilidade; sem MLOps consistente	Muito complexo (pipeline, curadoria, MLOps) e alto custo recorrente
Governança de IA (métricas, drift, versão)	Pronta – métricas (AUC/F1), monitoramento de drift, versionamento	Fragmentada – depende de projeto e ferramentas extras	A construir – processos, ferramentas e time especializado

Aspecto	S1 – SaaS setorial (preferencial)	S2 – Genérico adaptado	S3 – In-house (SUPTIN)
Prazo de implantação	Rápido (PoC → implantação faseada)	Longo (adaptação + integrações)	Muito longo (construção completa)
Risco operacional	Baixo/Moderado	Alto (quebras a cada mudança externa)	Muito alto (continuidade/turnover)
Reversibilidade/portabilidade (dados e artefatos de IA)	CSV/JSON/XML, OpenAPI; exporta modelos/metrics/logs	Incerta (formatos proprietários; artefatos de IA não padronizados)	Depende do desenho; custo alto de saída
Sustentabilidade/Residência de dados	DC ≥ 80% renovável; dados no Brasil (xxx)	Variável/sem garantia	A definir (exige DC/laaS e política interna)
Governança & mensuração (SLA/relatórios)	Ampla – relatórios mensais, KPIs e métricas de IA	Irregular – depende de projeto	Requer equipe e ferramentas próprias
TCO (36 meses)	Menor (OPEX previsível)	Maior (customização + manutenção)	Maior (equipe + infra + prazo)

SENSIBILIDADE E ELASTICIDADE

Usuários: ± 20% (preço unitário de **excedentes**).

API/Armazenamento: faixas comerciais usuais com preços unitários para **excedentes**.

Cenários: Conservador / **Provável** / Expansão (+20%) refletidos automaticamente.

RISCOS QUE AFETAM CUSTO (E PROVISÕES)

Risco de custo	Efeito em custo	Provisão / Cláusula sugerida
Aumento de usuários além do baseline (50)	Majoração mensal de licenças	Preço unitário de excedente por usuário; faixas com descontos progressivos; teto de crescimento mensal xxx%
Explosão de uso de API (>100k/mês)	Excedentes por bloco / upgrade de faixa	Tabela de excedentes por bloco (mil chamadas); alertas de 80/90% de consumo; possibilidade de downgrade/upgrade trimestral
Crescimento de armazenamento (dados/arquivos)	Cobrança adicional por GB/mês	Franquia base + R\$/GB excedente ; política de retenção e arquivamento definidos (xxx anos)
Integrações com tribunais (mudança de endpoints/captcha)	NRE extra de adequação	Pacote de horas com teto xxx h/ano ; SLA de ajuste xxx dias úteis ; prioridade em janelas críticas
Migração superior ao inventário	NRE adicional por volume	Tabelas por faixa de volume (registros/documentos); amostragem prévia obrigatória
Reajuste anual acima do previsto	Elevação de OPEX	Índice xxx (ex.: IPCA) e fórmula explícita ; janela de reajuste definida; vedação de reajuste retroativo
Câmbio (itens indexados/serviços externos)	Variação cambial	Cláusula de câmbio xxx com gatilhos e base de referência; possibilidade de substituição equivalente nacional
Falhas/atrasos de PoC	Repetição de esforços (NRE)	PoC com escopo fechado ; 1 reexecução sem custo se falha for do fornecedor; critérios de sucesso xxx
Demanda de suporte acima da estimada	Aumento de custo mensal	Catálogo com SLA por severidade ; banco de horas para picos com teto xxx h/mês ; relatórios mensais
Incidente de segurança (fornecedor)	Equipes extras, perícia, correções	Sem repasse de custos quando responsabilidade do fornecedor; planos de resposta e multas por SLA
Mudança de escopo	Projetos extras não	Reserva técnica anual até xxx% do contrato,

Risco de custo	Efeito em custo	Provisão / Cláusula sugerida
por requisitos legais	previstas	com priorização e aprovação prévia
Lock-in / saída complexa	Custos de portabilidade	Reversibilidade sem custo em até xxx dias ; entrega de CSV/JSON/XML, OpenAPI, mapeamentos, artefatos de IA (modelos/metrics/logs)
IA – aumento de previsões on-line	Cobrança por uso	Preço unitário por mil previsões ; limites mensais e alertas 80/90% ; opção de batch para reduzir custo
IA – curadoria/rotulagem adicional	NRE recorrente	Pacote de horas de curadoria com teto anual xxx h ; priorização por impacto
IA – MLOps (drift/revalidação)	Mensalidade/manutenções extras	MLOps incluso no fee mensal com x revalidações/ano ; revalidações adicionais por preço tabelado
IA – OCR/extração avançada	Custo por página/documento	Tabelas por mil páginas ; franquia xxx e excedente unitário; possibilidade de terceirização opcional
IA – latência de inferência fora da meta	Upgrade de plano/infra	SLA de latência ($p95 \leq 2\text{ s}$) ; mitigação via batch sem ônus; sem repasse se falha do fornecedor
Residência de dados / LGPD (novas exigências)	Adequações técnicas/jurídicas	DPA contratual; DPIA quando aplicável; custos de adequação não repassáveis se obrigação já constava do escopo
Alteração tributária	Variação de preço final	Cláusula de reequilíbrio econômico-financeiro restrita a fatos supervenientes, mediante comprovação

RESULTADO COMPARATIVO (SÍNTESE QUALITATIVA)

S1 – SaaS tende a apresentar o **menor TCO em 36m**, por eliminar **customização estrutural** (S2) e **equipe/infra de desenvolvimento** (S3), com **OPEX previsível** e economias de escala.

S2 acumula **NRE elevado** (customizações + integrações) e **manutenção evolutiva**; alto risco de custos repetidos a cada mudança externa.

S3 implica **CAPEX humano/tecnológico** permanente, risco de **prazo/continuidade** e TCO superior.

CONCLUSÃO DA VANTAJOSIDADE

Com base nas **premissas da Seção 3**, na **Pesquisa de Preços (S1/Anexo IV-A)** e na **análise de sensibilidade**, a alternativa **S1 – SaaS jurídico setorial** mostra-se **tecnicamente adequada** e **economicamente mais vantajosa** em **36 meses**, sem prejuízo da competitividade.

OBSERVAÇÕES DE COERÊNCIA COM SEÇÕES 1–3:

Parâmetros técnicos base: **50 usuários, 25 simultâneos, 7 integrações, 100.000 API/mês**.

Continuidade: **RPO $\leq 8\text{ h}$ / RTO $\leq 4\text{ h}$** (padronizado).

Portabilidade: **CSV/JSON/XML** (relatórios em **PDF/DOCX/ODF**).

As premissas de 3.x **devem** ser replicadas na planilha do Anexo IV-A para manter **rastreabilidade**.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC A SER CONTRATADA

Contratação de software jurídico corporativo, preferencialmente na modalidade SaaS (Software como Serviço), incluindo implantação e parametrização, integrações mínimas (SEI, BENNER, PJe/e-SAJ e ERP), migração de dados, treinamento, suporte/sustentação e observabilidade.

Parâmetros técnicos base: 50 usuários nomeados (baseline), 25 simultâneos (desempenho), 100.000 chamadas de API/mês, RPO \leq 8h / RTO \leq 4h, WCAG 2.1 AA e portabilidade CSV/JSON/XML. A contratação contempla a iniciativa PDTIC N21 – predição de IA.

A justificativa **formal** de parcelamento (dividir o objeto em lotes/itens) será concluída no **Termo de Referência (TR)**. Aqui registramos a avaliação **preliminar** da Equipe de Planejamento.

Núcleo da contratação — recomendado em um único lote

SaaS (licenças/serviço), **implantação/parametrização, integrações** mínimas (SEI, PJe/e-SAJ, ERP), **migração de dados, treinamento baseline e suporte/sustentação**.

Por quê? Alta **interdependência técnica** e necessidade de **responsabilidade ponta a ponta** para garantir desempenho, continuidade (RPO/RTO), segurança/LGPD e prazos.

Riscos de parcelar o núcleo

Fragmentação de responsabilidades e **disputas de fronteira**.

Retrabalho/atrasos em integrações e migração.

Aumento do TCO pela gestão de múltiplos contratos.

O que pode ser separado (se necessário, como itens acessórios)

Treinamentos adicionais (além do baseline) por **turmaxhora**;

Integrações adicionais (além das 3 mínimas) por **escopo fechado**;

Pacotes de horas técnicas (teto **xxx h/ano**);

Migração excedente ao inventário aprovado (faixas por volume).

Recomendação preliminar

Não parcelar o núcleo. Avaliar separação **apenas** dos **acessórios** quando houver **ganho comprovado de competitividade**, **sem** comprometer a responsabilidade fim a fim do fornecedor principal.

A solução a ser contratada deverá ser compatível com o uso de assinaturas eletrônicas conforme os padrões definidos pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. O sistema deverá permitir a autenticação, assinatura e validação de documentos jurídicos com certificados digitais do tipo A1 ou A3, assegurando integridade, autenticidade e validade jurídica dos atos praticados pelos usuários autorizados, em conformidade com a legislação vigente e as normas internas da PortosRio.

A solução deverá incluir funcionalidades de Inteligência Artificial para análise e predição em processos judiciais e administrativos, sendo desejável: (i) classificação automática de risco processual (alto/médio/baixo); (ii) sugestão de precedentes relevantes; (iii) geração de minutas e peças jurídicas; e (iv) priorização de demandas. A arquitetura de IA poderá utilizar modelos nativos, APIs de provedores externos (OpenAI, Anthropic, Google AI, Azure OpenAI) ou camada de abstração (LiteLLM, LangChain), devendo a CONTRATADA justificar tecnicamente a escolha na proposta.

Sendo Preferencial ia nativa/mista;

A solução deverá garantir continuidade operacional independentemente da arquitetura adotada;

Será exigido, durante a prova de conceito, que o fornecedor aplique seu modelo de predição sobre um conjunto de dados reais da PortosRio (fornecido de forma anonimizada), demonstrando no mínimo: AUC \geq 0,75 para classificação de êxito e F1 \geq 0,70 para risco de atraso processual, bem como capacidade de priorização baseada em acurácia histórica validada.

8. ESTIMATIVA DA DEMANDA

8.1 Usuários

A estimativa de demanda considera **50 (cinquenta) usuários nomeados**, contemplando advogados, apoio técnico, gestores e fiscais de contrato, com **pico estimado de 25 (vinte e cinco) acessos simultâneos**, conforme memória de cálculo elaborada com base no quadro atual da Superintendência Jurídica e projeção de crescimento orgânico.

8.2 Volume processual

Os dados utilizados referem-se exclusivamente a **processos judiciais**, excluídos documentos administrativos gerais do SEI, de modo a garantir aderência da estimativa à realidade do objeto contratado.

9. ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO

A estimativa consolida o custo total em 12 e 36 meses para a S1 – SaaS jurídico setorial, com base na Pesquisa de Preços (Anexo IV-A/IN GECOMP) e nas premissas das Seções 2–7. Data-base: xxx/2025; reajuste anual: xxx (ex.: IPCA). Premissas quantitativas: 50 usuários nomeados (25 simultâneos), 3 integrações mínimas (SEI, PJe/e-SAJ, ERP), 100.000 chamadas de API/mês, armazenamento base xxx GB/mês, e, para a N21 (IA), xxx previsões/mês, xxx sugestões/mês e xxx páginas OCR/mês. A estimativa não é preço de referência do edital; serve para planejamento, dotação e análise de vantajosidade.

A composição do TCO é: recorrentes (licenças por usuário + API base e excedentes por bloco + armazenamento base e excedentes + suporte/sustentação + módulo/serviços de IA, MLOps, feature store e logs), variáveis por uso (previsões/sugestões/OCR), NRE (implantação/parametrização, 3 integrações mínimas, migração por volume, treinamento) e custos internos PortosRio (GP/homologação/fiscalização). Os valores de 12m e 36m resultam de $\Sigma(\text{itens/mês} \times 12/36) + \Sigma(\text{NRE}) + \Sigma(\text{variáveis}) + \text{custos internos}$, conforme planilha Anexo IV-A com memórias e links/SEI.

A sensibilidade considera Conservador / Provável / Expansão (+20%) / Stress (+50%) variando apenas linhas dependentes de consumo (usuários excedentes, API, GB, IA, OCR). Para governança de custos, o contrato deve prever dashboards auditáveis (consumo e preço unitário), tetos mensais por unidade com alertas 80/90%, e upgrade/downgrade trimestral sem multa; recomenda-se reserva técnica anual de até xxx% para mudanças regulatórias/tribunais. Principais riscos orçamentários: crescimento de consumo, ajustes de integrações, reajuste e (se houver) câmbio — mitigados por tabelas de excedentes, pacotes de horas com teto e SLA de ajuste. Conclusão: mantida a vantajosidade da S1 em ciclo de vida, condicionada à consolidação dos campos “xxx” no Anexo IV-A.

Conclusão:

Considerando os parâmetros técnicos definidos e as estimativas apresentadas, a contratação do software jurídico corporativo na modalidade SaaS mostra-se tecnicamente viável e economicamente vantajosa para a PortosRio. A modalidade “software como serviço” elimina a necessidade de investimentos em infraestrutura própria (CAPEX), transfere a responsabilidade pela operação, atualização e segurança ao fornecedor especializado e assegura previsibilidade orçamentária (OPEX), conforme diretrizes de eficiência e economicidade previstas na Lei nº 13.303/2016.

Embora a tecnologia e os recursos pretendidos — incluindo o módulo de previsão de IA (iniciativa N21) — já estejam consolidados no mercado, a definição exata dos preços dependerá da configuração final da solução (módulos, integrações, SLAs e volumetria efetiva). Assim, a estimativa de custo apresentada neste ETP tem caráter indicativo e orientador, devendo ser detalhada e confirmada na fase de elaboração do Termo de Referência (TR) e na pesquisa de preços (Anexo IV-A/IN GECOMP), garantindo comparabilidade, aderência técnica e melhor vantajosidade.

Dessa forma, a equipe de planejamento conclui que a estimativa aqui consolidada é suficiente para o dimensionamento do objeto, assegurando base técnica e metodológica para as etapas subsequentes do processo de contratação. A consolidação definitiva do valor global e dos parâmetros contratuais ocorrerá no TR, assegurando a equivalência entre as propostas, a transparência e a competitividade do certame.

10. BENCHMARKING INSTITUCIONAL

Foi realizada análise de projetos similares de contratação de software jurídico corporativo por outros órgãos e entidades da Administração Pública indireta e empresas estatais federais, especialmente aquelas com atuação em setores regulados e com elevado volume de demandas judiciais.

A análise evidenciou a adoção predominante de soluções SaaS especializadas, em razão de:

- menor custo total de propriedade (TCO);
- maior previsibilidade orçamentária;
- facilidade de atualização e manutenção;

mitigação de riscos de obsolescência tecnológica.

Não foi identificada solução reutilizável passível de cessão ou compartilhamento que atendesse, de forma integral, às necessidades específicas da PortosRio.

11. AVALIAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE SOFTWARE PÚBLICO OU LIVRE

Foi avaliada a existência de soluções disponíveis no Portal do Software Público Brasileiro e em repositórios de software livre. Constatou-se que não há solução pública ou open source que atenda, de forma adequada e segura, aos requisitos de gestão de contencioso judicial corporativo, integrações com SEI, PJe/e-SAJ e ERP, bem como às exigências de segurança, auditoria e conformidade normativa aplicáveis à PortosRio.

12. NECESSIDADES DE ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE

Considerando a adoção da modalidade SaaS, não se verifica necessidade de adequações relevantes na infraestrutura física, elétrica, logística ou de mobiliário da PortosRio.

Os recursos humanos necessários restringem-se à atuação da equipe de fiscalização e gestão contratual, não sendo demandada ampliação do quadro de TI para sustentação da solução.

13. ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS – TCO

Foi realizada análise quantitativa do Custo Total de Propriedade (TCO), considerando:

custos de licenciamento/assinatura;

implantação e parametrização;

migração assistida;

treinamentos;

suporte e sustentação;

custos indiretos ao longo do ciclo contratual.

A análise demonstrou vantagem econômica da solução SaaS em relação às demais alternativas avaliadas.

14. ESTIMATIVA DO CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO

Com base na pesquisa de preços e na análise de TCO, o custo total estimado da contratação é aquele definido no Edital.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação de um software jurídico na modalidade SaaS (Software como Serviço) oferece diversas vantagens técnicas e operacionais quando comparada a uma solução on-premises (instalada localmente nos servidores da PortosRio). No modelo SaaS, a solução é fornecida em infraestrutura de nuvem do provedor, eliminando a necessidade de adquirir e manter servidores próprios, storage e demais equipamentos de TI internamente. Isso reduz custos de capex (investimento em hardware e licenças perpétuas) e transfere a responsabilidade de manutenção da infraestrutura para o fornecedor, que dispõe de data centers redundantes e escaláveis. Na prática, a PortosRio gerencia configurações do software, enquanto todo o ambiente subjacente (servidores, banco de dados, backups, atualizações) é administrado pelo provedor. Adicionalmente, o modelo SaaS facilita a adoção de predição de IA (por exemplo, estimativa de êxito, priorização de casos e extração/classificação de informações), com atualizações contínuas dos modelos e sem necessidade de infraestrutura local dedicada.

Essa característica traz maior confiabilidade e continuidade: provedores de SaaS costumam oferecer SLA com alta disponibilidade, replicação de dados e rotinas de backup contínuas, garantindo que o sistema jurídico permaneça acessível mesmo diante de falhas de hardware ou desastres no local. Em uma solução on-premises, a continuidade depende da infraestrutura local da empresa, sujeita a quedas de energia, problemas em servidores ou indisponibilidade de links. Com o SaaS, a PortosRio conta com data centers

profissionais do fornecedor, redundância geográfica e monitoramento 24x7, elevando a resiliência e a continuidade operacional.

Do ponto de vista de flexibilidade e escalabilidade, o SaaS permite ajustes rápidos conforme a demanda. Se houver aumento no volume de processos ou de usuários, a solução em nuvem pode escalar recursos automaticamente (ou sob demanda), sem compras de hardware ou upgrades complexos. Da mesma forma, a redução de usuários ou módulos pode implicar redução de custos, dependendo do modelo contratual (pagamento por assinatura ou uso). Em soluções instaladas internamente, aumentos de carga frequentemente exigem aquisições demoradas de hardware e software adicionais, além de instalações complexas.

Outro benefício técnico é a facilidade de acesso e uso. Softwares jurídicos em nuvem são acessíveis via navegador, de qualquer lugar com internet, mediante autenticação segura, o que viabiliza teletrabalho e acesso remoto de advogados e procuradores, sem exigir, em regra, VPN ou configurações complexas. No contexto atual de transformação digital e trabalho híbrido, essa mobilidade é essencial: usuários podem consultar processos, inserir informações e acompanhar prazos de forma segura. Em soluções on-premises, o acesso externo geralmente requer tunelamento VPN ou configurações de rede adicionais.

Além disso, a modalidade SaaS inclui atualizações contínuas do software pelo fornecedor, sem custo adicional além da assinatura. A PortosRio terá acesso a versões mais recentes, com novas funcionalidades, melhorias de desempenho e correções de segurança de forma ágil. Isso vale também para recursos de IA preditiva, que podem ser aprimorados com revalidações e monitoramento de desempenho (MLOps), mantendo a acurácia e a utilidade das previsões ao longo do tempo. Em contrapartida, numa licença perpétua instalada localmente, atualizações costumam depender de contratos de manutenção ou projetos específicos de upgrade, com potenciais atrasos e custos extras.

Por fim, a curva de adoção e implantação tende a ser mais rápida no modelo SaaS. Como a infraestrutura já está pronta no provedor, a implementação foca em configurações e migração de dados, reduzindo o tempo de implantação e antecipando benefícios para a área jurídica. Durante a implantação, o fornecedor normalmente apoia a migração (transferência de bases de processos via planilhas ou APIs) e o treinamento dos usuários, facilitando a transição.

ECONOMICIDADE, EFICIÊNCIA, SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E CONTINUIDADE DO SERVIÇO

A opção por solução em nuvem alinha-se aos princípios da economicidade e da eficiência, buscando a melhor relação custo-benefício e a otimização de recursos. O modelo SaaS evita investimentos altos iniciais (capex) e dilui despesas em assinatura (opex), pagando-se apenas pelo período de uso e pelo quantitativo necessário. O TCO da solução SaaS tende a ser inferior ao de alternativa on-premises quando contabilizados custos de manutenção de servidores, energia, refrigeração, backups, suporte técnico e atualizações ao longo do tempo. Em termos de eficiência, a contratação SaaS entrega serviço ágil e confiável, modernizando a gestão de processos e reduzindo trabalho manual. A predição de IA adiciona ganho de produtividade e qualidade decisória, ao apoiar priorização de casos, estimativas de êxito e sugestão assistida de peças, sempre com explicabilidade, revisão humana obrigatória e trilhas de auditoria.

A Segurança da Informação é requisito central. O edital e o contrato exigirão conformidade à LGPD e às políticas internas, incluindo controles de acesso, autenticação federada (SSO), criptografia em trânsito e repouso, backups, plano de recuperação de desastres e portabilidade de dados a qualquer tempo. No tocante à IA, serão exigidos: governança de modelos (versão, métricas e monitoramento de drift), explicabilidade por caso, registro de dados de entrada e decisão do usuário, e vedação ao uso de dados da PortosRio para treinar modelos externos sem anuência expressa. Recomendam-se certificações de segurança reconhecidas (como ISO/IEC 27001 e 27701) e residência de dados no Brasil, conforme diretrizes internas. Essas medidas reforçam que o SaaS não compromete a segurança; ao contrário, pode elevá-la, dado o nível de especialização e investimento em cibersegurança dos provedores.

A continuidade do serviço é atendida com SLA de disponibilidade, monitoramento proativo, correção de incidentes e atualização contínua, inclusive para acompanhar mudanças legais e evoluções nos sistemas do Judiciário. Diferentemente de uma solução desenvolvida internamente — que dependeria de equipes próprias para manutenção —, o SaaS garante suporte contínuo por profissionais especializados, com prazos e responsabilidades contratuais. Ademais, o risco de descontinuidade tecnológica diminui, pois cabe ao

fornecedor manter a plataforma atualizada (navegadores, certificados digitais, integrações). Em caso de substituição ao término contratual, há reversibilidade com exportação integral de dados e, quando aplicável, artefatos de IA (modelos/versões, esquemas de features, métricas e logs de inferência), mitigando lock-in tecnológico.

Em suma, a contratação do software jurídico via SaaS promove economicidade e eficiência, ao mesmo tempo em que atende imperativos de segurança e continuidade, com governança reforçada para recursos de IA preditiva. Tudo converge para o objetivo público de melhorar o desempenho jurídico da PortosRio com uso racional de recursos, transparência e confiabilidade.

FUNDAMENTOS LEGAIS E NORMATIVOS APLICÁVEIS

Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais): princípios de competitividade, economicidade, transparência, igualdade de condições, publicidade, probidade e eficiência; planejamento e avaliação da alternativa mais vantajosa.

IN SGD/ME nº 94/2022: diretrizes para planejamento e contratação de TIC (ETP robusto, análise de alternativas, riscos, viabilidade e custos). Incentiva uso de nuvem e desaconselha desenvolvimento interno para atividades-meio quando existirem soluções de mercado.

Portaria SGD/MGI nº 5.950/2023: modelo de contratação de software e serviços em nuvem no âmbito federal, com ênfase em continuidade do serviço público, segurança da informação e dimensionamento aderente à demanda.

Normativos internos (IN GECOMP e anexos): regimento para ETP, pesquisa de preços e instrução processual; adoção de boas práticas de mercado.

Alinhamento estratégico (PDTIC e PTD PortosRio): modernização por soluções em nuvem e iniciativa N21 – Software Jurídico com predição de IA.

Alinhamento com o PDTIC PortosRio e Objetivos de Transformação Digital

A contratação do software jurídico SaaS está alinhada ao PDTIC e ao Plano de Transformação Digital da PortosRio, ao modernizar atividade crítica de gestão do contencioso e consultivo, reduzir burocracias, ampliar a interoperabilidade com sistemas corporativos (como SEI e ERP) e viabilizar uma atuação data-driven. A dimensão N21 (predição de IA) potencializa esse alinhamento, ao incorporar recursos de análise preditiva com governança, explicabilidade e controle humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, a contratação de software jurídico na modalidade SaaS é viável e vantajosa para a PortosRio: supera a alternativa on-premises em agilidade, disponibilidade, escalabilidade e simplificação de gestão de TI; observa os princípios da Lei das Estatais, os normativos de planejamento de TIC e o modelo governamental de nuvem; adere às diretrizes internas e está alinhada ao PDTIC e ao programa de transformação digital, agora reforçado pelos recursos de predição de IA com salvaguardas de segurança e privacidade. Recomenda-se o prosseguimento da contratação nos termos justificados, com vistas a dotar a PortosRio de ferramenta moderna que eleve o patamar de gestão jurídica da Companhia, em conformidade com a legislação, as normas e as melhores práticas de mercado.

ANEXO II

PLANILHA DE ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2025

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
1	Implantação (configuração/parametrização)	lote	1	R\$ 103.000,00	R\$ 103.000,00
2	Integrações mínimas (escopo base): (i) SSA (StarSoft Applications) – sistema corporativo financeiro/patrimônio/orçamento (ou ERP que o suceda, quando aplicável); (ii) e-Social; e (iii) SEI, em camadas: Camada A obrigatória (rastreabilidade por registro/associação/evidência no SEI) e Camada B condicionada (integração transacional via API, mediante disponibilidade de API pública/oficial e tratativas externas necessárias).	lote	1	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00
3	Migração assistida de dados do AJUS, a mais completa possível, incluindo histórico e anexos, na medida da viabilidade técnica.	lote	1	R\$ 37.712,61	R\$ 37.712,61
4	Treinamentos (usuários, gestores e fiscais)	lote	1	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
5	Licenciamento SaaS + Suporte/Sustentação (Mensal - 50 usuários nomeados)	mês	36	R\$ 30.000,00	R\$ 1.080.000,00
VALOR TOTAL					R\$ 1.435.712,61

ANEXO III**PLANILHA DE PROPOSTA DE QUANTIDADES E PREÇOS****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2025**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
1	Implantação (configuração/parametrização)	lote	1		
2	Integrações mínimas (escopo base): (i) SSA (StarSoft Applications) – sistema corporativo financeiro/patrimônio/orçamento (ou ERP que o suceda, quando aplicável); (ii) e-Social; e (iii) SEI, em camadas: Camada A obrigatória (rastreadibilidade por registro/associação/evidência no SEI) e Camada B condicionada (integração transacional via API, mediante disponibilidade de API pública/oficial e tratativas externas necessárias).	lote	1		
3	Migração assistida de dados do AJUS, a mais completa possível, incluindo histórico e anexos, na medida da viabilidade técnica.	lote	1		
4	Treinamentos (usuários, gestores e fiscais)	lote	1		
5	Licenciamento SaaS + Suporte/Sustentação (Mensal - 50 usuários nomeados)	mês	36		
VALOR TOTAL					

O valor integral do contrato é de R\$ XXXXXXXX [POR EXTENSO] e reflete nosso compromisso de aderir estritamente aos termos definidos no Edital que faz parte deste processo licitatório.

Declaramos ainda, sob as sanções legais cabíveis, que estamos plenamente cientes do objeto da contratação e consentimos com todas as obrigações estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Local e Data:

ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL
NOME DA EMPRESA

Obs: Preencher em papel timbrado da empresa.

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2025

Prezados Senhores,

Em atenção ao instrumento convocatório sob referência, declaramos que:

1. Concordamos com as disposições do instrumento convocatório sob referência e seus Anexos, principalmente com as especificações dos itens e demais condições constantes no Termo de Referência (Anexo I), não podendo alegar, posteriormente, desconhecimento de qualquer fato;
2. Comprometemo-nos a garantir o prazo de validade dos preços e condições da presente proposta por 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data de apresentação da proposta;
3. Asseguramos ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta, bem como das condições gerais estabelecidas no Edital, sobretudo quanto aos documentos de habilitação, estando em conformidade com estes;
4. Recebemos toda a documentação pertinente e tivemos conhecimento de todas as informações e das condições da prestação de serviços, necessárias à formulação das propostas;
5. A empresa não se enquadra em qualquer das situações previstas no art. 38 da Lei nº 13.303/2016 e no art. 5º do Decreto nº 9.507/2018;
6. Na hipótese de nossa empresa vir a ser julgada vencedora da presente licitação o(s) representantes(s) legal(is) para a assinatura do Contrato será(ão):

NOME:
CARGO:

NOME:
CARGO:

Local e Data:

ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL
NOME DA EMPRESA

Obs: Preencher em papel timbrado da empresa.

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DO FORNECEDOR RELATIVA À TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2025

DECLARAÇÃO

_____(nome da empresa), CNPJ nº _____(nº CNPJ), sediada à _____(endereço completo), por seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____(nome completo), _____(cargo ou função), **DECLARA**, sob as penas da lei, que os sócios ou acionistas da empresa são:

Nome:

Nome:

Nome:

Nome:

A empresa possui sócio(s), acionistas(s) ou representante(s) legal(ais):

com **grau de parentesco** com qualquer pessoa politicamente exposta? ()NÃO ()SIM. Qual(is)?

com **grau de relacionamento** com qualquer pessoa politicamente exposta? ()NÃO ()SIM. Qual(is)?

com **grau de parentesco** com pessoa ocupante de função pública? ()NÃO ()SIM. Qual(is)?

com **grau de parentesco** com qualquer integrante ou ex-integrante da PortosRio? ()NÃO ()SIM. Qual(is)?

com **grau de relacionamento pessoal** com qualquer integrante ou ex-integrante da PortosRio?

()NÃO ()SIM. Qual(is)?

que são ou foram empregados **integrante(s) ou ex integrante(s) do quadro de pessoal** da PortosRio? ()NÃO ()SIM. Qual(is)?

que **ocupam ou ocuparam** cargos públicos? ()NÃO ()SIM. Qual(is)?

que possui(em) **relação de sociedade** com outra(s) empresa(s) que já prestou(aram) serviço(s) para PortoRio? ()NÃO ()SIM. Qual(is)?

que **presta ou prestou serviços** à outra(s) empresa(s) que presta ou já prestou serviço para PortosRio? ()NÃO ()SIM. Qual(is)?

Diante das possíveis penalidades previstas em lei (cíveis, administrativas e penais), declaro que as informações acima prestadas **são verdadeiras e exatas**.

(Local e Data)

(assinado eletronicamente)

Nome

Cargo ou Função

REPRESENTANTE

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS -
LGPD**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2025

DECLARAÇÃO

_____(nome da empresa), CNPJ nº _____
(nº CNPJ), sediada à _____(endereço completo), por
seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____(nome completo), _____(cargo
ou função), **DECLARA** para os devidos fins, para cumprimento do Contrato a ser celebrado com a
PortosRio, que:

Encontra-se em conformidade com a legislação vigente e se compromete com a garantia de conformidade
com o teor da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018; e

Realizará o objeto contratado dentro do estabelecido pela legislação, mantendo a PortosRio informada e
atualizada sobre as medidas a serem adotadas para fins de cumprimento da legislação supracitada no que
diz respeito a execução do Contrato.

(Local e Data)

(assinado eletronicamente)

Nome

Cargo ou Função

REPRESENTANTE

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2025

Contrato Nº /2026

**CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A COMPANHIA DOCAS DO RIO DE
JANEIRO E A _____, NA FORMA
ABAIXO.**

A **COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO**, Empresa Pública Federal vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, com sede na Rua Dom Gerardo, nº 35, 10º andar, Centro, nesta cidade do Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20.090-905, inscrita no CNPJ sob o nº. 42.266.890/0001-28, por diante denominada **PORTOSRIO**, representada neste ato pelo seu Diretor-Presidente, **FLAVIO VIEIRA DA SILVA**, portador da matrícula funcional nº. 9926, e a _____, com sede na _____, na cidade de _____, CEP: _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____, por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo seu(sua) _____, segundo a documentação constante do Processo Administrativo nº 50905.005780/2025-25 e do Edital de Pregão Eletrônico nº 29/2025, que, independentemente de transcrição, ficam fazendo parte integrante e complementar deste instrumento, e de acordo com a autorização da Diretoria-Executiva da **PORTOSRIO** – DIREXE em sua _____ª Reunião, realizada em ____/____/2026, têm entre si justo e avençado, celebrar o presente Contrato, com fulcro na Lei nº 13.303/2016, nos Decretos nºs 10.024/2019, 8.945/2016, 3.555/2000, 9.507/2018, na Lei Complementar nº 123/2006, na Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, na Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, no Instrumento Normativo de Padronização de Contratações de TIC (IN.GERCOS.10.003), no Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos), aprovado pelo Conselho de Administração da **PORTOSRIO** em sua 694ª Reunião, realizada em 25/06/2018, e atualizado em sua 868ª Reunião, realizada em 19/02/2024, disponível na página da **PORTOSRIO** na internet (www.portosrio.gov.br), menu “Licitações e Contratos”, no Instrumento Normativo de Apuração e Aplicação de Sanções Administrativas (IN.GECOMP.06.002) e nas demais disposições legais pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste instrumento a **“contratação de sistema de gerenciamento jurídico na modalidade SaaS (Software as a Service), para até 50 usuários nomeados, incluindo implantação, configuração/parametrização, integrações mínimas (SEI, RH-Benner, eproc, PJe/e-SAJ, ERP), migração assistida, treinamentos para usuários e gestores e suporte/sustentação, durante 24 meses”**, conforme as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência constante do Edital de Pregão Eletrônico nº 29/2025 e da proposta da **CONTRATADA**, anexa ao Processo nº 50905.001756/2025-17, que passam a fazer parte integrante do presente instrumento, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que a **PORTOSRIO** realizar, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, em

conformidade com o estabelecido no art. 81, § 1º, da Lei nº 13.303/2016, bem como o Anexo X da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que não conflitar com o regime das estatais.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a ata de BDI de referência, especificada no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento base e o valor global do Contrato obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do instrumento e a manutenção do percentual de desconto ofertado pela **CONTRATADA**, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e aos arts. 14 e 15 do Decreto nº 7.983/2013

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

O valor global estimado deste Contrato é de R\$ _____ (_____), conforme consta na Proposta da **CONTRATADA** anexa ao Processo nº 50905.001756/2025-17.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da Rubrica Orçamentária “**425101 – Tecnologia da Informação – Ação 05 Serviços em Nuvem**”.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Nos exercícios orçamentários subsequentes ao da assinatura deste Contrato será editado apostilamento sobre a reserva orçamentária necessária para fazer frente às parcelas que serão adimplidas naqueles exercícios.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Diante da eventual inexistência ou insuficiência de recursos financeiros para fazer frente às despesas pertinentes aos exercícios subsequentes ao da assinatura deste Contrato, a **CONTRATADA** renuncia a eventuais direitos financeiros/indenizatórios decorrentes da rescisão antecipada do ajuste ou da supressão quantitativa.

PARÁGRAFO QUARTO

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

O prazo de vigência deste Contrato é de 36 (trinta e seis) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, desde que haja concordância formal das partes e disponibilidade orçamentária por parte da **PORTOSRIO**, observada a limitação de duração prevista no art. 71 da Lei nº 13.303/16 e o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP nº 5/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do Contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

- b) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a **PORTOSRIO** mantém interesse na realização do serviço;
- c) Seja comprovado que o valor do Contrato permanece economicamente vantajoso para a **PORTOSRIO**;
- d) Haja manifestação expressa da **CONTRATADA** informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que a **CONTRATADA** mantém as condições iniciais de habilitação.

PARÁGRAFO ÚNICO

Em caso de prorrogação, a **CONTRATADA** deverá se manifestar, por solicitação da **PORTOSRIO**, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias antes da data do término do Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

As especificações técnicas constam no item “4” do Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº. 29/2025.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RESULTADOS ESPERADOS

Os resultados e benefícios do objeto a serem alcançados constam no item “4” do Anexo I – Termo de Referência do Processo Administrativo nº. 50905.001756/2025-17 do Edital de Pregão Eletrônico nº. 29/2025.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

O pagamento dos serviços pela **PORTOSRIO** será efetuado conforme o disposto nesta Cláusula, observando ainda o que dispõe o item “15” do Anexo I – Termo de Referência, constante do Processo Administrativo nº. 50905.001756/2025-17 do Edital de Pregão Eletrônico nº xx/2025 e, no que couber, o Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O pagamento da(s) nota(s) fiscal(is) será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data da sua apresentação, devidamente conferida e certificada pela **FISCALIZAÇÃO**, mediante ordem bancária a ser creditada em conta corrente da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A(s) nota(s) fiscal(is) deverá(ão) ser apresentada(s) sem emendas, rasuras ou ressalvas, observada a legislação fiscal vigente.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a nota fiscal/fatura será devolvida à **CONTRATADA** pela **FISCALIZAÇÃO** e o pagamento ficará pendente, até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal. Também poderá ser motivo de devolução de nota fiscal/fatura, se esta for entregue após o 5º (quinto) dia útil do mês.

PARÁGRAFO QUARTO

Na(s) nota(s) fiscal(is) é recomendado que a **CONTRATADA** faça constar, para fins de pagamento, as informações relativas ao Contrato, ao nome e número do banco, da agência e de sua conta corrente.

PARÁGRAFO QUINTO

A(s) nota(s) fiscal(is) deverão ser entregues ao respectivo Gestor ou Fiscal do Contrato, especificando o tipo de serviço com as respectivas quantidades.

PARÁGRAFO SEXTO

Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela **PORTOSRIO**, o valor devido deve ser acrescido de atualização financeira com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou, se extinto, por qualquer outro índice a ser acordado entre as partes, incidentes a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento da obrigação até o efetivo adimplemento desta.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Junto à nota fiscal, a **CONTRATADA** apresentará a cópia das certidões negativas de débitos com a Receita Federal/INSS e FGTS ou apresentação do Registro Cadastral no SICAF, atualizado, contendo as informações sobre validade das citadas certidões.

PARÁGRAFO OITAVO

Eventual situação de irregularidade fiscal da **CONTRATADA** não impede o pagamento, se o objeto tiver sido entregue/prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e eventual rescisão contratual.

PARÁGRAFO NONO

O imposto sobre serviços que for devido será de responsabilidade da **CONTRATADA** e pago ao Município, em guia própria, devendo posteriormente ser comprovado o seu pagamento junto à **FISCALIZAÇÃO** da **PORTOSRIO**.

PARÁGRAFO DÉCIMO

Havendo previsão na legislação vigente, a **PORTOSRIO** reterá do valor bruto da nota fiscal, fatura ou recibo de prestação de serviços o valor correspondente à 'RETENÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL'. Esses valores deverão ser recolhidos à rede bancária em nome da **CONTRATADA** até o dia 20 (vinte) do mês seguinte à emissão do respectivo documento.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

A **PORTOSRIO**, quando do pagamento da(s) nota(s) fiscal(is), procederá conforme previsão na legislação tributária à retenção dos tributos e contribuições devidos pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL

A **CONTRATADA** deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura deste Contrato, apresentar à **FISCALIZAÇÃO** a garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global deste Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A garantia poderá ser realizada por qualquer das formas estabelecidas no §1º do art. 70 da Lei nº 13.303/2016.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A garantia somente será devolvida à **CONTRATADA** quando terminada a execução do Contrato e depois do integral cumprimento das obrigações assumidas e constatada a inexistência de qualquer débito com a **PORTOS RIO**, e, ainda, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Em caso de aditamento ao presente Contrato, importando tal fato na elevação de seu valor total, a **CONTRATADA** se obriga a reforçar proporcionalmente as garantias prestadas.

PARÁGRAFO QUARTO

A garantia será considerada extinta em até 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, que pode ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO

O valor será fixo e irrevogável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da **CONTRATADA**, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data limite da apresentação da proposta, pela variação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, ou outro que vier a substituí-lo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O reajuste será calculado segundo a seguinte fórmula geral:

$$R = V \times \frac{(I - I_0)}{I_0}$$

Onde:

R: valor do reajustamento;

V: valor do serviço a ser reajustado;

I₀: índice específico, referente ao mês do recebimento das propostas;

I: índice específico, referente ao mês da execução dos serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de 12 (doze) meses será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido.

PARÁGRAFO TERCEIRO

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a **PORTOSRIO** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

PARÁGRAFO QUARTO

Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

PARÁGRAFO QUINTO

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

PARÁGRAFO SEXTO

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de Termo Aditivo.

PARÁGRAFO OITAVO

O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES

Este Contrato será executado fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas avençadas e as disposições da Lei nº 13.303/2016, do Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos) e demais disposições legais pertinentes, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inobservância total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A **CONTRATADA** assume a total responsabilidade pela execução plena e satisfatória dos serviços, com estrita observância da proposta e especificações técnicas, respondendo perante a **PORTOSRIO** e terceiros, por seus empregados, prepostos e contratados, além das perdas e danos porventura resultantes da ação dos mesmos.

PARÁGRAFO SEGUNDO

São expressamente vedadas à **CONTRATADA**:

- a) A contratação de empregado pertencente ao quadro de pessoal da **PORTOSRIO** durante a vigência deste Contrato;
- b) A veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da **PORTOSRIO**;
- c) A subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A **CONTRATADA** assumirá total responsabilidade sobre os serviços eventualmente executados com vícios ou defeitos, em virtude de ação, omissão, negligência, imperícia, imprudência e/ou emprego de equipamentos ou procedimentos inadequados para a execução dos mesmos.

PARÁGRAFO QUARTO

À **CONTRATADA** cabe assumir a responsabilidade por:

- a) Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a **PORTOSRIO**;
- b) Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste Contrato, ainda que acontecido em dependência da **PORTOSRIO**;
- c) Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- d) Encargos fiscais e comerciais que lhe caibam, resultantes desta contratação.

PARÁGRAFO QUINTO

A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos estabelecidos no Parágrafo anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à **PORTOSRIO**, nem pode onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **PORTOSRIO**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus Anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda, observando o que dispõe o item “13” do Anexo I – Termo de Referência, constante do Processo Administrativo nº. 50905.001756/2025-17 do Edital de Pregão Eletrônico nº. 29/2025.

PARÁGRAFO ÚNICO

O não cumprimento por parte da **CONTRATADA** dos itens constantes nesta Cláusula, implicará nas sanções previstas neste Contrato e na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA PORTOSRIO

Constituem obrigações da **PORTOSRIO** aquelas previstas no item “12” do Anexo I – Termo de Referência, constante do Processo Administrativo nº. 50905.001756/2025-17 do Edital de Pregão Eletrônico nº. 29/2025.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO GESTOR

Fica designado como Gestor deste Contrato pela **PORTOSRIO**, a Superintendência da Guarda Portuária - SUPGUA, cuja substituição somente ocorrerá por ato formal de competência do Diretor-Presidente da **PORTOSRIO** ou a quem ele delegar.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

Sob supervisão do(a) respectivo(a) Gestor(a) constante da Cláusula anterior, os serviços serão fiscalizados por empregado ou Comissão de empregados designado(s) pela **PORTOSRIO**, denominado simplesmente **FISCALIZAÇÃO**, independentemente de qualquer outro assessoramento ou acompanhamento dos serviços que venha a ser determinada pela **PORTOSRIO**, a seu exclusivo juízo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Todas as ordens, comunicados, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a **FISCALIZAÇÃO** e a **CONTRATADA**, serão realizados por escrito, devendo ser anotados em registro próprio, onde deverá constar o ciente das partes, nas ocasiões devidas, assim como as providências tomadas e seus efeitos, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A **FISCALIZAÇÃO** não excluirá nem reduzirá a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade relativa à execução dos serviços, por seus empregados, prepostos ou contratados, e, na sua ocorrência, não implicará em corresponsabilidade da **PORTOSRIO** ou de seus empregados ou prepostos.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Caso haja registro de ocorrência(s) relacionada(s) com a execução deste instrumento contratual que possa(m) ensejar a aplicação de penalidade, o Gestor ou a **FISCALIZAÇÃO** deste Contrato determinará(ão) a instauração de processo administrativo sancionador, conforme previsto no Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos).

PARÁGRAFO QUARTO

A tolerância ou o não exercício pela **PORTOSRIO** de quaisquer direitos a ela assegurados neste Contrato ou na legislação não importará em novação ou renúncia a qualquer desses direitos.

PARÁGRAFO QUINTO

A **FISCALIZAÇÃO** da **PORTOSRIO** reservar-se-á o direito de impugnar os serviços que não forem realizados a contento, ficando a **CONTRATADA** na obrigação de refazê-los sem qualquer ônus para a **PORTOSRIO**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA CESSÃO DO CONTRATO

A **CONTRATADA** não poderá ceder, sub-rogar, negociar, ou, por qualquer forma ou modo, transferir o presente Contrato ou quaisquer direitos ou obrigações dele oriundos, sem prévia autorização da **PORTOSRIO**, sob as penas estabelecidas nas Cláusulas Décima Quinta e Décima Sexta.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES

A **CONTRATADA**, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e a ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no art. 83 da Lei nº 13.303/2016:

- I. Advertência;
- II. Multa;
- III. Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **PORTOSRIO**, por até 2 (dois) anos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras, as constantes do subitem 16.3 do Edital de Pregão Eletrônico nº. 29/2025.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A multa poderá ser aplicada, dentre outros, nos casos discriminados no subitem 16.5.1 do Edital de Pregão Eletrônico nº. 29/2025.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A sanção de multa pode ser aplicada à **CONTRATADA** juntamente com as dos incisos I e III do *caput* desta Cláusula, conforme a gravidade do fato, facultada a defesa do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

PARÁGRAFO QUARTO

Para aplicação de quaisquer das sanções previstas no *caput* desta Cláusula, a **PORTOSRIO** seguirá o rito previsto no Regulamento de Apuração e Aplicação de Sanções Administrativas (IN.GECOMP.06.002), observando, em especial, o seguinte:

- Notificação formal à **CONTRATADA**;
- Garantia do contraditório e da ampla defesa;
- Concessão de prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentar manifestação.

PARÁGRAFO QUINTO

No caso de indeferimento da defesa apresentada, e uma vez concluído o processo administrativo, a multa porventura aplicada fica, desde logo, considerada dívida líquida e certa, ficando a **PORTOSRIO** autorizada a descontar do pagamento a ser efetuado à **CONTRATADA** o valor da multa devida.

PARÁGRAFO SEXTO

Se o valor a ser pago à **CONTRATADA** não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Se o valor do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica a **CONTRATADA** obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

PARÁGRAFO OITAVO

Caso não haja o recolhimento da multa no prazo previsto no Parágrafo anterior, em último caso, o valor da multa será cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO NONO

Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, aquela deverá ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da **PORTOSRIO**.

PARÁGRAFO DÉCIMO

O não pagamento da multa aplicada importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e poderá ensejar a aplicação de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **PORTOSRIO**, por até 2 (dois) anos.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

O pagamento das penalidades não é compensatório, admitindo, por conseguinte, o ressarcimento por perdas e danos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

Observando o que dispõe a Lei nº 13.303/2016 e o Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos), o presente Contrato poderá ser rescindido, nas seguintes hipóteses:

I – Por ato unilateral e escrito de qualquer das partes, quando da ocorrência dos seguintes casos:

- a) O descumprimento de obrigações contratuais;
- b) A alteração da pessoa do contratado, mediante:
 - A subcontratação do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem a prévia autorização da **PORTOSRIO**, observado o IN.GECOMP.06.001.
 - A fusão, cisão, incorporação, ou associação da contratada com outrem, não admitidas no instrumento convocatório e no instrumento contratual e sem prévia autorização da **PORTOSRIO**.
- c) O desatendimento das determinações regulares do Gestor ou do Fiscal;
- d) O cometimento reiterado de faltas na execução contratual;
- e) A dissolução da sociedade ou o falecimento da pessoa do contratado;
- f) A decretação de falência ou a insolvência civil da **CONTRATADA**;
- g) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, desde que prejudique a execução deste Contrato;
- h) Razões de interesse da **PORTOSRIO**, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no Processo;
- i) O atraso nos pagamentos devidos pela **PORTOSRIO** decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- j) A não liberação, quando for o caso, por parte da **PORTOSRIO**, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- k) A ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução contratual;
- l) O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

- m) O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;
- n) Ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ter fraudado licitação pública ou Contrato dela decorrente; ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar Contrato administrativo; ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de Contratos celebrados com a **PORTOSRIO**, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos Contratos celebrados com a **PORTOSRIO**; ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização;
- o) No caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018;
- p) O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão deste Contrato por ato unilateral e escrito da **PORTOSRIO** e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).
- q) A não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado.

II – Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo e desde que haja conveniência para a **PORTOSRIO**; e

III – Judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Salvo nos casos de iminente prejuízo às atividades da **PORTOSRIO**, a rescisão por ato unilateral a que se refere o inciso I desta Cláusula, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo será de 90 (noventa) dias.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso do contratado terá este ainda direito a:

- a) Devolução da garantia;
- b) Pagamentos devidos pela execução contratual até a data da rescisão;
- c) Pagamento do custo da desmobilização.

PARÁGRAFO QUARTO

A rescisão por ato unilateral da **PORTOSRIO** acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas na legislação:

- a) Assunção imediata do objeto contratado, pela **PORTOSRIO**, no estado e local em que se encontrar;
- b) Execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela **PORTOSRIO**;
- c) Na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do instrumento contratual até o limite dos prejuízos causados à **PORTOSRIO**.

PARÁGRAFO QUINTO

O instrumento contratual poderá ser rescindido pela **PORTOSRIO** nos casos em que a **CONTRATADA** estiver envolvida em casos de corrupção ou sobre os quais haja forte suspeita de envolvimento, condicionada à prévia manifestação fundamentada da Diretoria da área requisitante da **PORTOSRIO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O recebimento do objeto deste Contrato poderá ser:

- a) Provisório: no caso de aquisição de equipamentos e outros objetos em que seja necessário, para sua avaliação, que a posse dos mesmos seja transferida à **PORTOSRIO**, sem representar qualquer tipo de aceite ou consideração sobre o adimplemento das obrigações pela **CONTRATADA**;
- b) Parcial: relativo a etapas ou parcelas do objeto, definidas no Contrato, representando aceitação da execução da etapa ou parcela;
- c) Definitivo: relativo à aceitação da integralidade do Contrato e liberação da **CONTRATADA** tocante a vícios aparentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os recebimentos devem ocorrer, a contar da comunicação por parte da **CONTRATADA** direcionada ao Fiscal, nos seguintes prazos:

- a) Até 5 (cinco) dias úteis para o recebimento provisório;
- b) Até 5 (cinco) dias úteis para o recebimento parcial;
- c) Até 30 (trinta) dias úteis para o recebimento definitivo.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Deverão ser observados ainda pelas partes as demais disposições constantes sobre o tema no Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

Todos os tributos (impostos, taxas, contribuições fiscais ou parafiscais e quaisquer emolumentos) decorrentes direta ou indiretamente do presente Contrato ou de sua execução serão de exclusiva responsabilidade da parte obrigada ao pagamento dos mesmos, na forma definida pela legislação tributária, sem que lhe assista o direito a qualquer reembolso pela outra parte, seja a que título for.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

Este Contrato deverá ser publicado pela **PORTOSRIO** na imprensa oficial, consoante o disposto no subitem 5.17.8. do Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos).

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO SIGILO

À **CONTRATADA** é vedado, sob as penas da lei, prestar informações a terceiros sobre a natureza ou o andamento dos trabalhos objeto deste Contrato, bem como divulgar através de qualquer meio de comunicação, dados e informes relativos à execução dos mesmos, à tecnologia adotada e à documentação técnica envolvida, salvo por expressa autorização escrita da **PORTOSRIO**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO

Este Contrato está vinculado ao Edital de Pregão Eletrônico nº 29/2025 e seus Anexos, à proposta da **CONTRATADA**, ao Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos), ao Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.002) e aos termos da Lei nº 13.303/2016.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos reger-se-ão pela Lei nº 13.303/2016, pelo Regulamento de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001), bem como pelas regras e pelos princípios de direito privado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA ANTICORRUPÇÃO

Na execução do presente Contrato, é vedado à **PORTOSRIO** e à **CONTRATADA**, e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a Gestor seu, oferecer, dar, ou se comprometer a dar, uma a outra ou a quem quer que seja, ou a aceitar, ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por si, quanto através de outrem, pagamento, em espécie ou em bem, doação, compensação, vantagens financeiras e/ou não financeiras, e/ou benefícios de qualquer espécie que constituam, na forma da legislação de regência, prática ilegal ou de corrupção quanto ao objeto do presente Contrato, direta ou indiretamente, ou, ainda, de outra forma que não relacionada a este Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO ACESSO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

As partes assumem o compromisso de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, relativos ao tratamento de dados pessoais, nos meios físicos e digitais, devendo, para tanto, adotar medidas corretas de segurança sob o aspecto técnico, jurídico e administrativo, e observar que:

I. eventual tratamento de dados em razão do presente Contrato deverá ser realizado conforme os parâmetros previstos na legislação, especialmente na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, dentro de propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

II. o tratamento será limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades contratuais e, caso seja necessário, ao cumprimento de suas obrigações legais ou regulatórias, sejam de ordem principal ou acessória, observando-se que, em caso de necessidade de coleta de dados pessoais, esta será realizada mediante

prévia aprovação da **PORTOSRIO**, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por obter o consentimento dos titulares, salvo nos casos em que a legislação dispense tal medida;

III. a **CONTRATADA** deverá seguir as instruções recebidas da **PORTOSRIO** em relação ao tratamento de dados pessoais;

IV. a **CONTRATADA** se responsabilizará como “Controlador de dados” no caso do tratamento de dados para o cumprimento de suas obrigações legais ou regulatórias, devendo obedecer aos parâmetros previstos na legislação;

V. os dados coletados somente poderão ser utilizados pelas partes, seus representantes, empregados e prestadores de serviços diretamente alocados na execução contratual, sendo que, em hipótese alguma, poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins, sem a prévia autorização da **PORTOSRIO**, ou caso haja alguma ordem judicial, observando-se as medidas legalmente previstas para tanto;

VI. a **CONTRATADA** deve manter a confidencialidade dos dados pessoais obtidos em razão do presente contrato, devendo adotar as medidas técnicas e administrativas adequadas e necessárias, visando assegurar a proteção dos dados, nos termos do art. 46 da LGPD, de modo a garantir um nível apropriado de segurança e a prevenção e mitigação de eventuais riscos;

VII. os dados deverão ser armazenados de maneira segura pela **CONTRATADA**, que utilizará recursos de segurança da informação e tecnologia adequados, inclusive quanto a mecanismos de detecção e prevenção de ataques cibernéticos e incidentes de segurança da informação.

VIII. a **CONTRATADA** dará conhecimento formal para seus empregados e/ou prestadores de serviço acerca das disposições previstas nesta Cláusula, responsabilizando-se por eventual uso indevido dos dados pessoais, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados.

IX. a **PORTOSRIO** possui direito de regresso em face da **CONTRATADA** em razão de eventuais danos causados por este em decorrência do descumprimento das responsabilidades e obrigações previstas no âmbito deste contrato e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

X. a **CONTRATADA** deverá disponibilizar ao titular do dado um canal ou sistema em que seja garantida consulta facilitada e gratuita sobre a forma, a duração do tratamento e a integralidade de seus dados pessoais.

XI. a **CONTRATADA** deverá informar imediatamente à **PORTOSRIO** todas as solicitações recebidas em razão do exercício dos direitos pelo titular dos dados relacionados a este Contrato, seguindo as orientações fixadas pela **PORTOSRIO** e pela legislação em vigor para o adequado endereçamento das demandas.

XII. a **CONTRATADA** deverá manter registro de todas as operações de tratamento de dados pessoais que realizar no âmbito do Contrato disponibilizando, sempre que solicitado pela **PORTOSRIO**, as informações necessárias à produção do Relatório de Impacto de Dados Pessoais, disposto no art. 5º, XVII, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

XIII. qualquer incidente que implique em violação ou risco de violação ou vazamento de dados pessoais deverá ser prontamente comunicado à **PORTOSRIO**, informando-se também todas as providências adotadas e os dados pessoais eventualmente afetados, cabendo à **CONTRATADA** disponibilizar as informações e documentos solicitados e colaborar com qualquer investigação ou auditoria que venha a ser realizada.

XIV. ao final da vigência do Contrato, a **CONTRATADA** deverá eliminar de sua base de informações todo e qualquer dado pessoal que tenha tido acesso em razão da execução do objeto contratado, salvo quando tenha que manter a informação para o cumprimento de obrigação legal, caso em que o prazo de retenção de dados pessoais objeto deste Termo poderá se estender pelo prazo de prescrição legal afeto às atividades do Contrato.

XV. A **CONTRATADA** deverá designar Encarregado para interlocução com o Encarregado da **PORTOSRIO**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As partes reconhecem que, se durante a execução do Contrato armazenarem, coletarem, tratarem ou de qualquer outra forma processarem dados pessoais, no sentido dado pela legislação vigente aplicável, a **PORTOSRIO** será considerada “Controlador de Dados”, e a **CONTRATADA** “Operador” ou “Processador de Dados”, salvo nas situações expressas em contrário nesse Contrato. Contudo, caso a **CONTRATADA** descumpra as obrigações prevista na legislação de proteção de dados ou as instruções da **PORTOSRIO**, será

equiparado a “Controlador de Dados”, inclusive para fins de sua responsabilização por eventuais danos causados.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Caso a **CONTRATADA** disponibilize dados de terceiros, além das obrigações no *caput* desta Cláusula, deve se responsabilizar por eventuais danos que a **PORTOSRIO** venha a sofrer em decorrência de uso indevido de dados pessoais por parte da **CONTRATADA**, sempre que ficar comprovado que houve falha de segurança técnica e administrativa, descumprimento de regras previstas na legislação de proteção à privacidade e dados pessoais, e das orientações da **PORTOSRIO**, sem prejuízo das penalidades deste Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A transferência internacional de dados deve se dar em caráter excepcional e na estrita observância da legislação, especialmente, dos art. 33 a 36 da Lei nº 13.709/2018 e nos normativos do Banco Central do Brasil relativos ao processamento e armazenamento de dados das instituições financeiras, e dependerá de autorização prévia da **PORTOSRIO** à **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO QUARTO

Cada Parte arcará com suas próprias despesas e investimentos para fins de cumprir as disposições previstas neste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

A contratação do objeto deste Contrato será realizada pelo regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DO FORO

O foro competente para ajuizar quaisquer questões suscitadas na execução deste Contrato será o da sede da **PORTOSRIO**, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes assinam eletronicamente o presente instrumento juntamente com as testemunhas.

(assinado eletronicamente)
FLAVIO VIEIRA DA SILVA
Diretor-Presidente
PORTOSRIO

(assinado eletronicamente)
REPRESENTANTE
Cargo ou Função
CONTRATADA

Testemunhas:

1) (assinado eletronicamente)
Nome:
Matrícula Funcional:

2) (assinado eletronicamente)
Nome:
Matrícula Funcional: